

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GABRIELA AMARAL ARIAS

**INSEGURANÇA ALIMENTAR EM LARES DE MÃES SOLO EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

**FRANCA
2023**

GABRIELA AMARAL ARIAS

**INSEGURANÇA ALIMENTAR EM LARES DE MÃES SOLO EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como parte das exigências para obtenção do
título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Andreia Aparecida
Reis de Carvalho Liporoni.

FRANCA

2023

A696i

Arias, Gabriela Amaral

Insegurança alimentar em lares de mães solo em situação de vulnerabilidade econômica no município de Franca/SP / Gabriela Amaral Arias. -- Franca, 2023
119 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

1. Insegurança alimentar. 2. Mães solo. 3. Vulnerabilidade econômica. 4. CRAS. 5. Carolina Maria de Jesus. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIELA AMARAL ARIAS

**INSEGURANÇA ALIMENTAR EM LARES DE MÃES SOLO EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP**

Orientadora: _____

Nome: Profa. Dra. Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – campus Franca/SP.

Examinadora 1: _____

Nome: Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – campus Franca/SP.

Examinadora 2: _____

Nome: Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – campus Franca/SP.

Franca, 29 de novembro de 2023.

“A fome é uma invenção dos que comem.”

(Carolina Maria de Jesus)

AGRADECIMENTOS

Entrei na faculdade cheia de esperança, motivação e logo me tornei Flora, pronta para viver tudo o que eu sonhava. Mas depois de três semanas desbravando cada canto da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo), o mundo foi pego de surpresa pela pandemia do Covid-19. Dos quatro anos de universitária que me prometeram, tive dois, porque para uma menina que tinha acabado de sair do Ensino Médio animada para participar de tudo que a faculdade poderia oferecer, ter aulas pelo computador isolada no quarto significou um sonho acabado. Não foi fácil, mas depois que nossas vidas voltaram ao normal, finalmente consegui ser a menina participativa que continuou viva dentro de mim.

O processo de pesquisa foi um grande desafio: não é fácil encaixar uma mente criativa nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Foi por isso que escolhi o caminho da poesia, um caminho difícil e, para muitos, desnecessário, mas sinto que se não fosse assim eu não teria nenhuma motivação para seguir em frente. A arte rondou todo o meu crescimento e na faculdade não poderia ter sido de outra forma. A arte me faz sentir viva, é através dela que consigo me expressar do melhor jeito e dar voz para aqueles que gritam por justiça.

É uma honra ser bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), às vezes ainda não posso acreditar no que conquistei mesmo com dois anos perdidos pela pandemia. Por isso, devo sentir muito orgulho de mim por ter resistido a esses anos e ainda ter concluído um trabalho o qual me orgulho tanto. Dedico esse TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) a todos que caminharam comigo durante a faculdade, foi com o apoio de vocês que pude chegar até aqui.

Primeiro gostaria de agradecer à minha mãe, Cláudia Arias, e ao meu pai, Roberto Arias, por me apoiarem em todas as minhas decisões e me aceitarem do jeito que sou. Entre todas as ideias novas que eu levei para dentro de casa, todas vocês ouviram de cabeça aberta e embarcaram na ressignificação da vida que já conheciam. Tenho muito orgulho de ser filha de um casal que exala carinho e companheirismo, foi com vocês que aprendi o que é amor e empatia. Eu amo demais tudo que vocês são e tudo que significam para mim.

Aos meus irmãos, Victor Arias e Vinicius Arias, que sempre me apoiaram e me defenderam enquanto me fortaleciam para que eu caminhasse com as próprias

pernas. Se hoje sou o que sou, é porque vocês abriram os caminhos mais difíceis enquanto eu era só uma garotinha. Victor, obrigada por sempre segurar minha mão e por ser tão protetor e cuidadoso. Vinicius, tenho muito orgulho de tudo que está superando para chegar onde quer. Eu amo vocês e sou muito feliz de ter nascido na família que já estavam.

À minha tia Renata Ribeiro, por tornar minha vida mais leve e divertida e por ter trazido ao mundo minha priminha Carol Ribeiro, que está se tornando uma mulher maravilhosa que eu me orgulho muito. Amo vocês e agradeço por todo apoio que me dão diariamente. À todos os meus tios e tias, e às minhas avós, Maria da Glória Ribeiro e Neide do Amaral, por terem me presenteado com tantas memórias boas de cuidado na infância.

À Paçoca, minha cachorrinha caramelo que me trouxe alegria em um momento em que o mundo me adoeceu. Você me prova todos os dias que o amor não precisa ser dito em palavras.

À Floresta, minha namorada, que aguentou meus surtos e meus desesperos ao longo do ano. Você me apoiou quando nada fazia sentido e provou que amar é estar do lado nos momentos divertidos, mas principalmente nos momentos desafiadores. É lindo ter encontrado uma Floresta para a minha Flora, duas pessoas diferentes que juntas formam uma só. Tem um futuro inteiro esperando por nós que eu estou louca para conhecer segurando sua mão.

À Sara, minha psicóloga, que me deixou sã em um período em que o meu mundo estava de cabeça para baixo. Em tempos em que a saúde mental é desprezada, é um privilégio e uma honra ter te encontrado por aí! Obrigada por acolher tão bem a minha integralidade e me mostrar a importância do autocuidado.

Às minhas amigas Ana Beatriz Migliati, Ana Julia Oliveira, Sarah Alves e Victória Sebin, obrigada por me ensinarem o verdadeiro sentido de amizade e por sempre me lembrarem como é rir até a barriga doer. É uma honra ter amigas que me lembram como é ser criança e me encorajam a ser adulta, pois eu sei que em todos os obstáculos vocês estarão por perto. Vocês são o meu sustento e a minha maior fonte de alegria.

À Rafa Ferres, minha irmãzinha que a faculdade me deu, foi uma felicidade enorme dividir a vida universitária com você, obrigada por aturar todas as minhas maluquices que rondaram meu processo de pesquisa e ser ouvidos quando eu mais

precisei. Para sempre sentirei saudade de tudo que a gente viveu no nosso cafofo e da Amélia Maria, a gata que nos trouxe felicidade, arranhões e muita bagunça para dentro de casa.

Ao meu amigo Piteira, que tanto me incentivou e me sustentou na pesquisa e no meu processo de conseguir a bolsa. Sem você eu não teria chegado onde cheguei e nada disso teria sido possível. Ao Igor, meu amigo irmão que prova que me ama nos detalhes da implicância e eu faço o mesmo. Minha vida precisa de pessoas como você, que basta eu gritar para vir correndo. À Web, que foi companhia e cuidado desde o momento em que a faculdade era só uma ligação no meet. Obrigada por tudo que vivemos juntas e que ainda vamos viver, pois sei que você é uma das que ficarão para sempre.

À Boomer, Laura e Yasmin que me proporcionaram muitos momentos de diversão e leveza. Sentirei muita falta dos nossos almoços no RU, das festas, dos filmes e dos sorvetes na Marli. À Biscoito por ser a bruxinha que toda pessoa precisa ter por perto. Obrigada por todos os tarôs e conselhos de vida, que começaram logo na primeira semana de faculdade. À Gabriela que faz meus dias mais felizes e que vai deixar muitas saudades desse jeitinho único. Foi muito especial compartilhar aprendizados com a minha sala no geral, foi divertido, leve e desafiador, do jeito que uma faculdade deve ser. Vou levar todos vocês no meu coração.

Ao NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz) por me ensinar tanto durante essa jornada universitária. Foi gratificante mergulhar nas questões agrárias através das reuniões, dos Espaços Agroecológicos e das idas à Escola e Assentamento. O NATRA foi inspiração nessa pesquisa e eu tenho muito orgulho de ter participado de tudo isso.

À Luciana, minha supervisora de estágio, e à toda equipe do CRAS Centro que me ensinou sobre os desafios da prática profissional com tanta paciência e delicadeza. Agradeço por terem me mostrado a importância do coletivo e por valorizarem minhas opiniões como parte da equipe, espero encontrar pessoas como vocês na minha vida profissional.

À Sapateria, a bateria que tanto me acolheu e me integrou na faculdade. Foi com vocês que me senti uma verdadeira universitária, com tantas festas, bebidas para cima, tintas e corantes. Sinto que passei mais tempo naquele cantinho do lado

da quadra do que dentro da sala de aula, mas era lá que me sentia viva e via sentido em todo estresse do dia a dia.

Mas principalmente, à harmonia, minha família francana e minha panelinha da bateria. Quando eu olho para trás, percebo que tudo valeu a pena porque conheci vocês, que foram meu sustento nesses anos de faculdade. As melhores memórias que levarei da Unesp são as de cima do palco, foi lá que choramos, rimos, passamos raiva e fomos puramente felizes. Amo vocês com todo o meu coração e sinto uma gratidão eterna.

À Sigilo e ao Princeso, meus presentinhos da harmonia que levarei para a vida. Obrigada por serem meu apoio e minha fuga nessa cidade que eu nunca me identifiquei. Vocês foram leveza e alegria nos meus dias difíceis, porta-vozes das melhores fofocas, minhas companhias de diretoria, de estresses e de risos. Prin, obrigada por confiar em mim e por ter me puxado para essa loucura universitária que é a bateria, te devo muito por tudo que já fez por mim. É imensurável o tanto que me sinto bem do seu lado. Sigis, obrigada por ser a melhor amiga que Franca me deu, uma amiga que pude me identificar e me conhecer mais só de ter por perto. Para sempre vou querer seus conselhos e seus cuidados.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora, Andréia, que acreditou em mim quando parecia não haver mais esperança. O processo de conseguir a bolsa da FAPESP não foi fácil, mas desde o começo você se mostrou certa de que eu conseguiria e, assim, me convenceu da minha capacidade. Obrigado por ter embarcado na poesia junto comigo e por ter me entendido tão bem, você é uma professora maravilhosa, daquelas que nos instiga e torna nossos dias mais felizes.

Encerro esse ciclo com a certeza de que me entreguei inteiramente à faculdade, no ensino, na pesquisa, na extensão, nas festas e nas amizades. Crescer não é fácil, e me parece que agora estou me tornando adulta, mas olho e percebo que tenho muitas pessoas boas do meu lado que estão segurando minha mão para que esse processo seja mais leve e feliz. Obrigada a todos que viveram comigo esses anos de Flora, sei que vou levar para sempre as alegrias da juventude, porque foram vocês que estiveram do meu lado.

Finalizo esses agradecimentos com o trecho de uma música que parece ter sido escrita para mim, nesse momento da minha vida em que tanto precisei dizer e repetir o óbvio sobre o amor.

Me permito sonhar até de olhos abertos
Exercito o afeto, eu pratico o amor
Me dedico a criar um amanhã mais bonito
Pra quem anda comigo, pra quem nunca andou
Ciente do perigo em cada passo que eu dou

Viver é brincar com a incerteza e eu tô, eu tô bem vivo
Tento manter o equilíbrio
Sustento o peso de um sorriso com dor
E choro com riso, empresto e peço um ombro amigo
Digo e repito o óbvio sobre o amor
(Alarcon, 2022).

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as ações direcionadas ao combate da insegurança alimentar em lares de mães solo no município de Franca/SP em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, tendo como objetivos específicos compreender as condições históricas e sociais que propiciaram o avanço do modo de produção capitalista, do racismo e da insegurança alimentar, conhecer o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileiro e compreender o trabalho realizado pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) junto às mães solas no município de Franca no combate à insegurança alimentar. Para tanto, utilizou como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica e documental de abordagem marxista. Assim, iremos debater a história da luta pela terra no Brasil e como isso se relaciona com os dados atuais da fome no país, além de abordarmos o quadro sexista que atinge as mães solo, de forma a promover maior incidência de insegurança alimentar e nutricional. A insegurança alimentar é uma pauta extremamente atual e necessária, que está ligada diretamente com a concentração latifundiária no Brasil. A falta da reforma agrária popular e as dificuldades sociais e políticas enfrentadas pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil e de Franca/SP prejudicam o combate à fome e à desnutrição. Hoje, conforme os dados da Rede PENSSAN (2022), 33 milhões de pessoas estão passando fome no Brasil, dado que incide mais profundamente sobre as mulheres mães solo. Devido à estrutura sexista existente no país, as mulheres mães solo se encontram em maior tendência a vivenciarem a vulnerabilidade econômica e social e a insegurança alimentar. Para as mulheres pretas os desafios são ainda mais profundos: enfrentar a misoginia e o racismo simultaneamente traz maiores desafios para sobreviver, cuidar e alimentar crianças e adolescentes. O livro “Quarto de Despejo” e a vida da autora, Carolina Maria de Jesus, como mulher preta, favelada e mãe solo de três crianças, será capaz de nos mostrar as características da fome, sua cor, raça, classe social e gênero.

Palavras-chave: insegurança alimentar, mães solo, vulnerabilidade econômica, CRAS, Carolina Maria de Jesus.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil de crianças e adolescentes ocupados no município de Franca	85
Tabela 2 - Tabulação para pessoa da faixa de renda familiar per capita por sexo de Franca/SP	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa (%) de Desemprego no Brasil no período de 2004 a 2018.....	43
Gráfico 2 - Evolução da Segurança e da insegurança alimentar no Brasil (2020-2022).....	61
Gráfico 3 - Segurança e insegurança alimentar grave por raça/cor autorreferida (2020/2022).....	62
Gráfico 4 - Relação entre o Salário Mínimo nominal (real) versus Salário Mínimo necessário - Mês de referência: Janeiro (anos de 1995 a 2019).....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Art. - Artigo

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CNSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRSANS - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EBIA - Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar

EC - Emenda Constitucional

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCHs - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

GESUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social

GTSC A2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LGBTQIAP+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

Losan - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NATRA - Núcleo Agrário Terra e Raiz

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PA - Pensão Alimentícia

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PT - Partido dos Trabalhadores

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISPLANSAN - Sistema de Monitoramento do PLANSAN

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UBS - Unidade Básica de Saúde

Unesp - Universidade Estadual de São Paulo

VBP - Valor Bruto de Produção

VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 1 - “É duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer.”	24
1.1 Entre a história de Carolina e a história do Brasil.....	24
1.2 O Governo Militar.....	37
1.3 A pobreza, a fome e o neoliberalismo.....	39
 Capítulo 2 - “Ontem comemos mal. E hoje pior.”	48
2.1 Segurança Alimentar e Nutricional.....	48
2.2 Quarto de Despejo: diário de uma favelada.....	50
2.3 As Políticas de SAN e a intersectorialidade.....	58
2.4 Agenda 2030.....	60
2.5 II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN)	64
 Capítulo 3 - “Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los.”	69
3.1 Carolina mãe.....	69
3.2 Feminismo, racismo e a maternidade solo.....	74
3.3 Os CRAS de Franca no combate à insegurança alimentar em lares de mães solo.....	82
3.4 Fome em Franca.....	88
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, fruto de projeto de pesquisa apresentado à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), tem como objetivo geral analisar as ações direcionadas ao combate à insegurança alimentar em lares de mães solo no município de Franca/SP em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

Tem ainda como objetivos específicos:

- Compreender as condições históricas e sociais que propiciaram o avanço do modo de produção capitalista, do racismo e da insegurança alimentar.
- Conhecer o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileiro
- Compreender o trabalho realizado pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) junto às mães solas no município de Franca no combate à insegurança alimentar.

O caminho metodológico adotado se deu através da pesquisa bibliográfica e documental. Conforme Netto (2011), elas são capazes de colaborar para a apropriação da matéria e dominação da teoria, sendo que, segundo Marx, o conhecimento teórico é o conhecimento do concreto que constitui a realidade, é o objeto em sua existência real e efetiva, independente das aspirações do pesquisador. Pela teoria, podemos reproduzir a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa em nosso pensamento.

Os dados quantitativos do município de Franca se fazem muito escassos, tanto sobre a insegurança alimentar quanto da questão das mães solo. Logo no início da pesquisa foi dado início aos contatos formais com a Prefeitura local, pessoalmente, por email e através de inúmeras ligações, para ter acesso aos dados numéricos da cidade de Franca, mas apesar da insistência a autorização não foi efetivada. Apesar da proximidade desta pesquisadora enquanto estagiária da Política de Assistência Social através em um dos CRAS local, com o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável) e com a Política de Segurança Alimentar de Franca, o acesso aos dados do município se tornou algo extremamente

distante, o que se torna um dado que revela a negligência e a pouca importância dada às pesquisas. Com relação ao COMSEA destaca-se que as atas das reuniões não trazem informações referentes a dados e não trazem informações sobre o número de famílias em situação de insegurança alimentar no município.

A obra “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus, será amplamente reconhecida em todo o trabalho, incluindo os tópicos nomeados por frases ditas por Carolina Maria, e a abertura de cada capítulo com um trecho do livro. Isso nos auxiliará na aproximação da temática da fome em lares de mães solo em vulnerabilidade econômica, situação essa vivida pela escritora e descrita em forma de diário no livro supracitado. Com a análise de dados a partir desse livro, conseguiremos distinguir os determinantes da fome e traremos a relação desta com o racismo, o sexismo e a pobreza.

Carolina Maria de Jesus já veio ao mundo em um berço pobre e analfabeto. Filha de uma mãe solo e neta de negros escravizados, a escritora nasceu em Sacramento, Minas Gerais, no ano de 1914. Sua curiosidade incompreensível foi desenvolvida logo quando criança: foi a primeira da família a aprender a ler e a se apaixonar pela leitura, criando a imagem de uma negra que vivia mergulhada nos livros, algo nada comum para a época. O ponto alto de sua infância foi a breve vida na roça, que por conta das plantações, ela vivia feliz porque sempre tinha o que comer.

Sua juventude foi marcada por idas e vindas de sua cidade natal. Até por Franca passou, onde viveu cerca de dois ou três anos com a sua mãe em uma situação delicada de pobreza e fome. Foi aí que Carolina desenvolveu um senso crítico diante das barbaridades do capitalismo e da exploração do negro mesmo após a abolição da escravidão, visto que sua luta maior passou a ser a aquisição de dinheiro para comprar comida. Mais tarde em seu livro, ela escreveu: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (Jesus, 2018, p. 32).

São Paulo naquela época era o sonho de muita gente. Quando finalmente Carolina conseguiu se mudar para a grande capital, ela se frustrou com a pobreza e a fome que encontrou no lugar do que achava ser “o paraíso dos pobres”. A cidade estava em um processo de elevado crescimento

populacional, com um alto índice de desemprego e miséria, e logo Carolina Maria se viu catando papel para se sustentar, enquanto morava na favela. E como ela mesma disse, “a favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo” (Jesus, 2018, p. 107).

“Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só mesmo Deus para ter dó de nós.” (Jesus, 2018, p. 48).

Foi lá que Carolina criou seus três filhos, sozinha e sem nenhum apoio. Ela já desenvolvia o sonho de ser escritora, perdia muitos empregos por se distrair demais nas poesias. Começou a escrever um diário para desabafar da vida difícil que levava, que mais tarde se tornou o best-seller “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”. Foi em 1958 que o jornalista Audalio Dantas conheceu Carolina, começou a publicar alguns de seus escritos e, no ano de 1960, encontrou uma editora para publicar o livro. Foi um sucesso, dentro e fora do país.

A escritora mineira se tornou uma celebridade popular, logo saiu da favela e foi morar na tão sonhada casa de alvenaria. Mas não foi lá que encontrou a felicidade, sua vida continuou difícil até os seus últimos suspiros. Depois de ter sido excessivamente explorada pela mídia, ela se tornou um objeto fora de uso, esquecida de lado e julgada pela sociedade. Na mesma intensidade em que ela ascendeu, ela caiu.

Carolina Maria de Jesus foi mãe solo, mulher negra, escritora, catadora de papel e favelada. Seu livro “Quarto de Despejo”, escrito em folhas e cadernos encontrados no lixo, se passa entre 1955 e 1959, no qual desabafa de sua sofrida vida ao lado de seus três filhos na favela do Canindé em São Paulo. Além de ser um diário, o livro de Carolina pode ser usado até os dias de hoje como uma denúncia social da injustiça de viver na miséria, em condições desumanas e precárias, em um barraco no quarto de despejo da cidade grande. Através de seus escritos, é possível entender as dificuldades de criar três filhos sozinha, e compreender a fome de uma forma impactante e direto de suas origens: a pobreza. “E preciso conhecer a fome para saber descrevê-la” (Jesus, 2018, p. 29).

Afinal, Carolina usava a escrita para aliviar o vazio do estômago, ela dizia que quando a fome vinha “a vontade de escrever crescia” (Farias, 2018, p. 209).

Era um tormento. Eu não dormia. Começava a escrever às seis da tarde, e amanhecia. Se eu pudesse comer, ficava calma. Mas enquanto não escrevesse muito, muito, sentia uma aflição que me dava desespero. Sempre foi assim (Farias, 2018, p. 210 apud O Mundo Ilustrado 1960, p. 36/37).

Pretendemos dar o protagonismo para uma mulher que viveu diariamente o racismo, misoginia e a fome, presentes até os dias de hoje no Brasil. Ela é um exemplo concreto de um passado que ainda se faz presente no nosso país: Carolina Maria de Jesus faleceu no ano de 1977 e hoje, em 2023, 33,1 milhões de pessoas ainda passam fome no Brasil, sendo que 65% dos lares comandados por pessoas negras ou pardas se encontram em insegurança alimentar e 19,3% dos lares comandados por mulheres vivem em situação de fome (Rede PENSSAN, 2022).

Com o objetivo de mergulhar no assunto e sensibilizar o leitor através das vivências de Carolina, iremos nos aprofundar na história de vida da escritora ao longo das páginas deste trabalho. Será possível conhecer a insegurança alimentar em lares de mães solo durante a leitura da vida de uma mulher que viveu todas as questões debatidas nesta pesquisa, como fome, racismo, desigualdade social e a maternidade solo.

No capítulo 1, intitulado “É duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer” (Jesus, 2018, p. 61), frase escrita pela autora no dia 14 de junho de 1958 de seu diário, iremos desbravar a infância e a juventude de Carolina Maria de Jesus, relacionando esta com as condições históricas e sociais que propiciaram o avanço do modo de produção capitalista, do racismo e da insegurança alimentar. Traremos um contexto histórico da questão agrária e do neoliberalismo no Brasil, relacionados diretamente com o racismo e o capitalismo, e abordaremos a relação da fome e da pobreza com o neoliberalismo.

O segundo capítulo, “Ontem comemos mal. E hoje pior” (Jesus, 2018, p. 120), tem como ponto central a execução do objetivo específico de conhecer o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileiro. Nos

aprofundaremos na definição da segurança alimentar e nutricional (SAN) e como se dá a execução das políticas públicas que combatem a fome e a insegurança alimentar no Brasil. Conheceremos a vida de Carolina no momento de publicação de seu livro “Quarto de Despejo” e sua ascensão social e, depois, discutiremos a agenda de 2030 da ONU e o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O início do capítulo 3, nomeado de “Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los.” (Jesus, 2018, p. 189), será voltado para a vida de Carolina na favela do Canindé, onde ela teve seus três filhos e os criou sozinha. Com isso, iremos refletir sobre o feminismo, o racismo, a maternidade solo e o trabalho dos CRAS de Franca/SP no combate à insegurança alimentar em lares de mães solo, para assim, atingirmos o objetivo de compreender o trabalho realizado pelos CRAS junto às mães solas no município de Franca no combate à insegurança alimentar. Além disso, será necessário introduzirmos a situação da fome no município de Franca/SP e analisarmos as políticas públicas de assistência e de combate à fome e o papel do COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável) de Franca/SP.

Para finalizar, as considerações finais serão introduzidas por uma das frases de Carolina Maria de Jesus: “Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2018, p.44). Elas serão compostas por discussões acerca da importância da reforma agrária no combate à insegurança alimentar e nutricional, e o papel das universidades públicas e das extensões comunicativas e populares na propagação de tal temática, especificamente do NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz), da Unesp de Franca/SP.

Finalizaremos o trabalho falando da importância da esperança na luta contra a fome, para que continuemos a defender a terra e a alimentação saudável com perseverança e coragem, pois todas as pessoas têm o direito de enxergar tudo normalizado aos seus olhos, como disse Carolina após se alimentar. Depois, finalmente traremos o desfecho da vida da escritora mineira.

Com este trabalho, esperamos captar a essência da realidade das mães solo em situação de vulnerabilidade do Brasil, sempre nos apoiando no legado e na história de Carolina Maria de Jesus, de forma sábia e honrosa. Além disso, pretendemos abordar a insegurança alimentar através de um caminho crítico e respeitoso para com as pessoas que convivem com a fome diariamente. Por fim, desejamos também contribuir para um maior conhecimento desta realidade e ser referência para as políticas públicas voltadas ao atendimento à insegurança alimentar, principalmente no município de Franca/SP.

Deixamos aqui uma poesia para sensibilizar o leitor antes de começar a desfrutar da presente pesquisa. É sensível falar da fome, precisamos nos apoiar na poesia, pois a arte imita a vida e explica muito além do que se pode conceitualizar.

Quando a fome bate em casa
A poesia vai embora
Dos versos cortam as asas
Co'a chegada da senhora
É de dia, é de noite
Na verdade não tem hora
O vazio que tem no prato
É ela quem nos devora

Quando a fome bate em casa
Sem permissão para entrar
Desmorona, tudo arrasa
Sabe bem nos humilhar
Nos subúrbios, nas cidades
Nos becos a transitar
Gente pobre, retirantes
Já não podem esperar

Quando a fome bate em casa
Pai, Filho, Espírito Santo
Desce a filha à cova rasa
A tristeza com o seu manto
Quem nasceu nos arrabaldes
Nas quebradas, entretanto
Não esquece nada disso
Tudo isso no seu pranto

Quando a fome bate em casa
Faltando arroz e feijão
É tristeza que não passa
Desemprego, exploração
É um basta de chorar
É um grito na multidão

Rebelar-se contra a fome
É razão e coração
(Munhoz, 2020).

Capítulo 1 - “É duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer.”¹

16 de maio

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.

... Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que eu posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão². Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos (Jesus, 2018, p. 33).

1.1 Entre a história de Carolina e a história do Brasil

De acordo com a História, os povos que habitavam o nosso território até o ano de 1500 d.C. viviam em agrupamentos sociais, famílias e tribos, sendo sua maioria nômades, e para adquirir alimentos, eles se dedicavam à caça, pesca e extração de frutas, por isso pouco desenvolveram a agricultura. Nesse período, as comunidades viviam o que hoje conhecemos por comunismo primitivo, onde não havia comercialização ou propriedade dos bens da natureza e da terra, e tudo era de posse de todos para fins de sobrevivência (Stedile; Estevam, 2012).

Em 1500, os portugueses invadiram o nosso território em busca de ouro, mas logo perceberam que o lucro maior seria através da fertilidade das terras e da capacidade de cultivos, e assim implantaram o sistema de plantation, caracterizado pela monocultura, exportação e mão-de-obra escravizada, executado em grandes fazendas que eram destinadas pela Coroa Portuguesa à capitalistas-colonizadores (Stedile; Estevam, 2012). Assim, escravidão se apoiou na objetificação dos negros, no uso da violência física (Batista; Mastrodi, 2018) e na força de trabalho dos indígenas, que eram escravizados e levados para os engenhos (Oliveira; Freire, 2006).

Em 1850, com a aproximação da Abolição da Escravatura no Brasil foi promulgada a Lei de Terras, nº 601, para impedir o acesso às terras pelos ex-escravizados, visto que pela primeira vez no país a terra tornou-se uma propriedade privada, alcançada apenas por aqueles que conseguiam comprá-las da Coroa Portuguesa. Assim, com o fim da escravidão em 1888, os

¹ Jesus, 2018, p. 61.

² “Campos do Jordão: estância climática paulista, tradicionalmente procurada por tratamento de tuberculose.” (Jesus, 2018, p. 33).

ex-escravizados se dirigem para as cidades, pobres e sem moradia (Stedile; Estevam, 2012), “a lei de terras é também a mãe das favelas nas cidades brasileiras” (Stedile; Estevam, 2012, p. 26). Para substituir a mão-de-obra escravizada na agricultura, a Coroa atraiu para o Brasil quase dois milhões de trabalhadores pobres europeus, que não tinham propriedade das terras, mas que a ocupavam, formando o campesinato brasileiro.

O que dissemos até então se refere ao contexto histórico do Brasil até o momento em que Carolina Maria de Jesus veio ao mundo, por isso, pedimos licença para introduzir aqui a infância e a juventude dessa saudosa escritora. Precisamos ver além da história do Brasil, é necessário conhecermos a história de alguém que viveu na prática cada uma das questões discutidas neste trabalho.

Sacramento. Cidadezinha mineira cujo povoamento foi através dos massacres e capturas de indígenas e negros quilombolas, que estavam no meio do caminho das terras férteis e da abundância de água. Vilarejo com características rurais originado de uma conquista sanguinária, que na virada do século 19 para o século 20, permanecia como nos primórdios escravistas: os pobres, em sua grande maioria negros, continuavam pobres, e os brancos continuavam ricos e preconceituosos (Farias, 2018).

Era comum encontrar negros e negras fora das escolas, analfabetos de pai e de mãe, sem casas dignas e trabalhando em situações desumanas, que mesmo sob sol e chuva, muitas vezes não conseguiam pagar o prato de comida e o teto para o descanso. “A origem escrava era o registro ancestral que marcava a vida da grande maioria dessa população” (Farias, 2018, p. 11), de forma que, de acordo com Clóvis Moura (1988), o negro, diante do nosso capitalismo dependente, passou pelo processo permanente de imobilismo social que congelou a população negra. Um processo que se fundamentou no racismo gestado pela sociedade escravista, mas que não teve seu fim na abolição da escravidão, sendo reatualizado por mecanismos de barragem, “manipulados pelas classes dominantes racistas para mantê-lo [o negro] nos últimos estratos da sociedade” (Moura, 1988, p. 44 apud Costa; Mendes, 2022, p. 514).

Foi nesse ambiente de descaso para com a população negra e pobre que nasce, no dia 14 de março de 1914, Carolina Maria de Jesus, a pequena Bitita. Sua mãe, Maria Carolina de Jesus, conhecida como Cota, era filha de negros escravizados. Foi casada com Osório Pereira, um homem que, segundo narrações da filha da escritora, não estava preparado para a vida de casado e nem para construir uma família, muito menos com uma mulher negra. Assim, Cota teve de arranjar um emprego para sustentar a casa com o filho pequeno e o marido (Farias, 2018).

A falta de perspectiva do casal levou Cota a sair para dançar nos bailes aos finais de semana, onde conheceu João Cândido Veloso, pai de Carolina Maria de Jesus, um violeiro que “bebia até o sol raiar, não trabalhava e ficava fazendo arte” (Lima, 2014, p. 162 apud Farias, 2018). Portanto, ela engravidou, casada com um e encantada por outro, ambos que a abandonaram e a deixaram com dois filhos pequenos para cuidar sozinha (Farias, 2018). Observamos aqui o começo de uma vida na qual a mãe se sobrecarrega por cuidar sozinha de dois filhos, diante do abandono paterno que tem início cedo na vida de Carolina Maria de Jesus. Ela teve como primeiro exemplo seu próprio pai e o pai de seu irmão e, infelizmente, isso se tornará frequente durante sua trajetória, tendo essa história repetida diversas vezes no decorrer dos relacionamentos com os pais de seus filhos.

A pequena Bitita ficou sem pai e, ainda por cima, sendo a filha bastarda da família, de forma que Cota nunca se separou oficialmente de Osório. Desde criança já se mostrava extremamente curiosa e com uma inteligência fora do comum, sua maturidade precoce preocupava a todos e a vizinhança sempre reclamava, diziam que era preciso calar a menina. A situação se complicava quando ela cismava com alguma coisa, fazia perguntas sem parar até alguém responder ou espancá-la, e quando conseguia as respostas, vinha com mais questões (Farias, 2018).

Quando minha mãe me batia, eu ia para a casa do meu avô. Era uma choça de quatro águas coberta de capim. Semelhante às ocas dos índios eu via nos livros. A casa do vovô era tão pobre! Ele catou quatro fornilhas e enterrou-as no chão. Pôs dois travessões e as tábuas. Era a cama com um colchão de saco de estopa cheio de palha. Uma coberta tecida no tear, um pilão, uma roda de fiar o algodão, uma gamela para lavar os pés e duas panelas de ferro. Não tinham pratos, comiam-na cuia (Jesus, 2014, p. 29 apud Farias, 2018, p. 28).

Seu avô era quem a protegia. Benedicto José da Silva, nascido por volta de 1852, um homem analfabeto de origem africana, de acordo com Carolina. Foi apelidado pelo prefeito de “Sócrates Africano” por desfrutar de uma grande sabedoria e ser um homem ativo e rigoroso. Teve oito filhos, todos analfabetos, e incentivava os netos a irem para a escola e estudarem com “devoção”, que foi o que Bitita fez quando teve chance (Farias, 2018).

Com seis ou sete anos, Bitita foi matriculada no Colégio Allan Kardec, o melhor da região. Dona Mariquinha, que empregou Cota para lavar e passar roupas, teve essa ideia porque a menina não dava sossego a ninguém. No entanto, sua adaptação foi complicada, ela achava difícil aprender a ler e implorava para não ir à escola. As palmatórias, reguadas e medos utilizados sem culpa pela professora, obrigaram Carolina a se disciplinar, e com o tempo, foi se tornando uma aluna dedicada e apaixonada por livros (Farias, 2018).

Ela queria livros, mas ninguém da família sabia ler, portanto não haviam livros em sua casa. Um certo dia, ela pediu um emprestado à vizinha e conseguiu uma edição de “A escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães. O livro se trata de uma narrativa contra a escravidão, relata a história de sofrimento da protagonista e conta com um certo teor realista que mais tarde Carolina vai utilizar em seus romances. Ela se encantou pelo livro, foi sua primeira grande leitura (Farias, 2018).

Pouco mais de um ano depois de se encantar pelos estudos, leituras e pela escola, onde fez bons amigos e tinha uma professora que emprestava livros e respondia todas as suas perguntas sobre o mundo, Bitita teve que sair do colégio para acompanhar sua mãe em um trabalho fora da cidade de Sacramento. De uma menina que se negava a ir à escola, ela se tornou uma menina que estava revoltada por ter que deixar aquele lugar (Farias, 2018).

A vida em Sacramento era muito difícil para uma mulher como Cota, que tinha mais duas bocas para alimentar. Ela se interessou por um homem de nome José Romualdo, também negro que, agora sendo padrasto de duas crianças, se mostrava trabalhador e diferente dos outros homens que passaram em sua vida. Ele a chamou para irem trabalhar e morar juntos em

uma fazenda em Uberaba, cidade mineira mais desenvolvida economicamente e mais habitada do que Sacramento (Farias, 2018).

Estava tudo maravilhoso, Cota e Carolina nunca haviam se sentido tão reconfortadas. O fazendeiro parecia ser bom: deu bastante terra para a família se manter: plantaram arroz, feijão, milho e ganhavam sementes, o excedente era vendido pelo padraço no centro de Uberaba. Carolina ria porque sempre tinha alguma coisa para comer, foram dias gloriosos de muita fartura, sossego, paz e amor, ela passou a apreciar a vida na roça (Farias, 2018).

Hoje vivo a chorar saudosa
A minha infância tão bela
Que quadra pudente
Não mais esqueci-me dela.

De manhã pegava enxada
Ia pra roça trabalhar
À tarde estava cansada
Jantava, ia-me deitar.
(Jesus, 1996, p. 168 apud Farias, 2018, p. 57).

Mas tudo que é bom, dura pouco. Depois de quatro anos, o dono da fazenda, de um dia para o outro, expulsou todo mundo de suas terras, alegando que estavam lucrando sem dividir com ele. A verdade é que José Romualdo madrugava a trabalhar para manter e alimentar sua família, a terra era apenas para subsistência, e o fazendeiro vendia mil sacas do café mais nobre para exportação e queria os lucros dos jilós e algumas hortaliças vendidos nas feiras pela família (Farias, 2018).

O retorno para Sacramento foi difícil, na cidade tudo precisava ser comprado e era muito caro, a família havia se acostumado a viver da terra e ter alcance à tudo que precisava (Farias, 2018). Nesse momento da vida de Carolina Maria de Jesus fica evidente a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, de forma que o acesso à terra e a reforma agrária deveriam ser elementos fundamentais de combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional e, acima de tudo, deveriam ser vistos pelos governos nacionais como uma política pública de combate à pobreza (Rosset, 2006). Uma coisa é certa: se Carolina tivesse tido acesso a terras durante toda a sua vida, a soberania alimentar, gerada pelas plantações de alimentos saudáveis e

nutritivos, teria substituído o lugar da fome e da pobreza, que tomaram grandes proporções durante sua trajetória.

A casinha não tinha estrutura e a dispensa era praticamente vazia. O padraço e Cota foram trabalhar em uma fazenda, mas logo que a colheita acabou voltaram a ficar desempregados. Outra oferta de trabalho surgiu em uma lavoura de café em Restinga, macrorregião de Franca, São Paulo, onde a economia cafeeira havia se desenvolvido e trazido grande importância para a cidade. A casa oferecida à família era uma espécie de senzala modernizada e não tinha luz elétrica, eles não tinham a permissão de plantar nas terras e o mercado com créditos de compra deixado pelo fazendeiro ficava a cerca de quatro horas a pé. Fora isso, o fazendeiro vendia tudo o mais pelo dobro do preço, ou seja, o empregado sempre estava devendo o patrão e nunca o contrário (Farias, 2018).

Passaram um ano nessa luta e fugiram deixando tudo para trás: “Fomos para a cidade sem ter onde morar, não recebemos nada, e perdemos o pouco que tínhamos” (Lima, 2014, p. 162 apud Farias, 2018, p. 212). Carolina lamentou a perda de seus livros e Cota chorava por tanta desgraça e miséria (Farias, 2018).

Diz o brasileiro
Que acabou a escravidão.
Colono sua o ano inteiro
E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente
É preciso trabalhar.
Luta o pobre no sol quente
E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada
Toca o fiscal a corneta
Despertando o camarada
Para ir para a colheita.
Chega a roça ao sol nascer
Cada um na sua linha
Suando, e para comer
Só feijão e farinha.

Nunca pode melhorar
Esta negra situação
Carne não pode comprar
Prá não dever o patrão.

Fazendeiro, ao fim do mês

Dá um vale de cem mil-réis
 Artigo que custa seis
 Vende ao colono por dez.

Colono não tem futuro
 E trabalha todo dia
 O pobre não tem seguro
 E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade
 A vida inteira no mato
 E não tem sociedade
 Onde está o sindicato?

Passa o ano inteiro
 Trabalhando - que grandeza!
 Enriquece o fazendeiro
 E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:
 - Não fique na minha fazenda
 Colono tem que mudar
 Pois não há quem o defenda.
 (Jesus, 1961, p. 92 apud Farias, 2018, p. 68).

Em relação a história do Brasil, em 1930, após a proclamação da República, a agricultura é subordinada econômica e politicamente à burguesia industrial, de forma que é provocado o êxodo rural a fim de substituir a luta pela reforma agrária dos camponeses pelos novos empregos nas indústrias (Stedile; Estevam, 2012). Entretanto, os trabalhadores rurais, como a família de Carolina Maria de Jesus, encontraram nas cidades o desemprego, o subemprego e as periferias marginalizadas (Rocha; Cabral, 2016). “Por trás desta estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome” (Castro, 1984, p. 284).

Durante sua juventude, Carolina desenvolveu um conjunto de feridas nas pernas que a acompanharam por anos de sua vida. Entre idas e vindas das longas viagens a pé de Carolina atrás da cura, ela finalmente retornou a Sacramento com uma recepção não muito agradável: seus parentes não pareciam sentir saudades e até sua mãe insistia que sua presença lhe trazia aborrecimentos e nem mesmo acreditava em suas histórias (Farias, 2018).

Carolina tinha personalidade forte e não era nada fácil. Ela estava estudando e lendo cada vez mais, e sentava na calçada com seus livros, cena nada usual para a época: uma mulher negra sem fazer nada durante o dia, e

pior, lendo um livro! A realidade é que Carolina repousava para não forçar os machucados de sua doença nas pernas e encontrava conforto em sua leitura (Farias, 2018).

Mas não demorou muito para que Cota se compadecesse com a dor de sua filha, que ainda muito adoentada, era malvista e não conseguia arrumar empregos. E assim acabaram deixando a cidade juntas, com o destino de Franca, interior de São Paulo, onde permaneceram por uns dois ou três anos. Logo Cota conseguiu se empregar para uma família, mas as pessoas sentiam nojo de Carolina por conta de suas feridas nas pernas e não a empregavam. Ela correu pelas cidades atrás da cura, e um dia finalmente ficou curada, mas mesmo assim não parava em emprego algum, enquanto cozinheira, por exemplo, esquecia a panela no fogo por conta da leitura (Farias, 2018).

Não havia dinheiro para comer, se transportar e muito mesmo para uma casa: as duas moravam nas dependências de um circo, sem contar os períodos em que moraram na rua e passaram fome. Devido a dureza da vida, Carolina foi se tornando uma mulher desconfiada, amarga e revoltada, foi adquirindo consciência das questões sociais e políticas e da exploração do homem pelo homem (Farias, 2018). Ela dizia:

Sem esse papel (dinheiro) ninguém vive. Ele nos domina, e predomina na nossa vida. Os que tem bastante são fortes, são respeitados, são os dono do leme. Quem não os tem em grandes quantidades, é João-ninguém, pé rapado, são os desconsiderados, são os fracos (Farias, 2018, p. 105).

Afinal, o capitalismo tem como uma de suas características a acumulação e concentração de capital, além de ser constituído pela exploração e dominação do sobretrabalho da maioria da população por uma classe que estabelece as condições sociais da produção (Fontes, 2008). Desse modo, o Brasil traz uma forte herança de opressões originada na escravização de pessoas pretas, do patriarcado e do capitalismo, o que reflete diretamente na classe trabalhadora e no enfrentamento do Estado frente às expressões das questões sociais (Maríngolo, 2022), como a pobreza por exemplo.

A mãe estava com problemas de saúde, tinha uma rotina de trabalho pesada, sem repouso confortável e alimentação saudável, e percebeu que precisava voltar à Sacramento. Já Carolina vinha sonhando cada vez mais com

a capital de São Paulo, que acreditava ser um lugar de riquezas, boas oportunidades, acesso à moradia, cultura, coisas bonitas e pessoas educadas. Conseguiu o dinheiro para Cota retornar à sua cidade de origem e foi, provavelmente, a última vez que as duas tiveram contato direto (Farias, 2018).

(...) Hoje é bem triste a minha vida
Porque eu não seria contente
Estou distante esquecida
Longe dos meus parentes
Um dia deixei a minha terra
Minha mãe e meu irmão
Mas, não sabia que era
Eterna separação.
(Farias, 2018, p. 111).

Entre 1930 e 1963, que inclui a época de escrita do livro “Quarto de Despejo”, o Brasil se encontrava em seu processo de industrialização e urbanização, como já foi citado. Havia um elevado número de doenças nutricionais, retratadas pela desnutrição e carência nutricional, que estavam relacionadas com a miséria, a pobreza e o atraso econômico do país (Vasconcelos, 2005).

Em torno de 1936, Carolina teve a sorte de ser indicada para trabalhar com uma professora que procurava “uma criada para ir a São Paulo”. E foi, ansiosa e excitada, com 22 anos de idade (Farias, 2018).

Nunca havia visto tantas pessoas reunidas. Pensei: “será que hoje é dia de festa?” Fiquei preocupada com o corre-corre dos paulistanos. Olhares ansiosos, inquietos à espera das conduções. Uns empurrando os outros e ninguém reclamava, aquilo era normal? (Farias, 2018, p. 109).

Na década de 1930, a cidade de São Paulo passou por um elevado crescimento populacional por conta da entrada de migrantes do Nordeste, Minas Gerais e das zonas rurais, chegando a 450 novas pessoas em um único dia, segundo o Serviço de Estatística. Somado à crise econômica que o Brasil vivenciou logo após a crise de 1929, a instabilidade das produções e o desemprego foram profundamente intensificados, estima-se que no início de 1930, haviam cerca de 70 mil pessoas desempregadas só em São Paulo, sendo que até o final desse mesmo ano, o desemprego subiu para 100 mil pessoas (Zanirato, 2000).

No livro “Quarto de Despejo” podemos ler: “não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos” (Jesus, 2018, p. 54). A cidade já estava habituada a conviver com a pobreza, mas na década de 1930 ela aumentou consideravelmente (Zanirato, 2000).

Muitos brasileiros viam em São Paulo uma chance de crescer e de se desenvolver. Carolina mesmo dizia que achava que a capital paulista era um “paraíso para os pobres”. Percebemos aqui que ela não foi a única, largar tudo para trás por uma melhor condição de vida foi a realidade de muitos migrantes do Brasil no século de 1930, que ao chegar na cidade de São Paulo, se depararam com o desemprego, a pobreza, a miséria e a fome.

E como bem disse Carolina Maria de Jesus em 1959 “a pior coisa do mundo é a fome!” (Jesus, 2018, p. 191).

Em 1937, São Paulo era uma cidade com custo de vida alto. Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre 1930 e 1945, e posteriormente de 1951 a 1954, focou seu governo no apoio à industrialização no Estado do Rio de Janeiro, e somado às guerras mundiais que o Brasil carregou sequelas por anos, São Paulo estava em crise. A cidade perdeu riquezas e investimentos, muitas fazendas do interior foram abaladas, provocando mais e mais migrações do meio rural para o grande centro, que não tinha estruturas para receber o grande aumento populacional. Assim, foram crescendo os cortiços e as favelas (Farias, 2018).

Logo, Carolina Maria, como passou a ser chamada, começou a sentir pavor de São Paulo, não era tudo aquilo que ela imaginava e agora estava sem ninguém para contar. Ela trabalhou por pouco tempo para a professora, seu objetivo era viver da poesia, então começou a frequentar jornais e foi se exibindo por aí para quem a aceitasse (Farias, 2018).

A poesia tinha um extensa força na vida de Carolina Maria, parecia que o desejo de escrever se apoderava dela, ela dizia:

Tudo tenho feito para torcer a linha do meu destino e esquecer a tortura dos versos que me enchem a cabeça, mas eles brotam do meu pensamento e eu não tenho outro remédio senão dar-lhes expansão. Está aqui o fruto das minhas ideias (Farias, 2018, p. 118).

Quando eu escrevia, tinha a impressão que o meu cérebro normalizava-se. Que alívio! Quem me dera ser sempre assim? O meu desejo era escrever, mas não lia os meus escritos (Farias, 2018, p. 120).

Podemos entender um pouco o que se passava na cabeça de Carolina ao estudarmos a Escrivivência. Conceição Evaristo (2020) conta que o termo “Escrivivência” tem origem na imagem da Mãe Preta, que vivia a condição de mulher escravizada na casa-grande, e é no resgate dessa imagem que se realiza o ato de escrita das mulheres negras, de forma a borrar o passado em que esse corpo escravizado deveria se resumir à obediência. “Se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (Anzaldúa, 2000, p. 229-236, apud Evaristo, 2020, p. 36).

Enfim, Carolina Maria sempre se mostrou apoiadora de Getúlio Vargas. Alguns de seus versos em favor do presidente, e de outros políticos, foram publicados no jornal “O Defensor”, o qual mais tarde se tornou colaboradora com maior liberdade redacional. Certa vez, um jornalista publicou na “Folha da Manhã” uma matéria com sua foto, sendo ela o seu “caso exótico” e, muitas vezes, os jornalistas a mandavam embora ao saber que ela era preta (Farias, 2018).

Eu disse: o meu sonho é escrever!
Responde o branco: ela é louca.
O que as negras devem fazer...

É ir pro tanque lavar roupa.
(Jesus, Folha da Manhã, 1940 apud Farias, 2018, p. 121).

Por volta de 1940, foi viver no Rio de Janeiro, onde trabalhou na casa de famílias como cozinheira, um emprego que tinha aversão e a deixava infeliz (Farias, 2018).

Entre o fogão e as panela, só o diabo da poesia me tentava... Certo dia enquanto escrevia uma poesia, a panela do feijão queimou e a patroa me mandou embora...
Arranjei outro emprego, mas eu esquecia tudo para fazer um verso que me vinha à cabeça e acabava sendo outra vez despedida! Por isso eu disse ao senhor que a poesia é a minha desgraça. Por causa dela eu ando ao léu, pensando e rimando versos.
Isto é uma perseguição ou não é? Diga? (Jesus, 1942 apud Farias, 2018).

Foi breve sua passagem pela cidade maravilhosa, logo voltou para São Paulo continuar sua trajetória infeliz à procura de famílias que a empregassem. Ela tinha um comportamento agressivo e debochado, era comunicativa de forma dócil e ao mesmo tempo revoltada, não queria ser faxineira ou cozinheira, queria mesmo viver da poesia, ser reconhecida por seus escritos (Farias, 2018).

Entre 1942 e 1945, Carolina trabalhou em diversas casas de famílias, algumas que até abriram suas bibliotecas para ela e compartilhavam os jornais do dia. Mas sua relação com as patroas sempre terminava mal, ela sofreu muitos maus tratos e quem saía perdendo era ela, pois ela morava e se alimentava no emprego. Viam nela uma péssima empregada, não via a hora de poder sair para ir ao teatro ou aos jornais e, quando Carolina era despedida, deixava um verso escrito na parede, como esse a seguir (Farias, 2018):

Quando eu era empregada
Sofri tanta humilhação
As vezes eu tinha vontade
De dar uma surra no patrão

Era um patrão malcriado
Não deixava eu parar um segundo
E o diabo ainda falava:
De mim, para todo mundo.

Obrigava eu levantar
A uma da madrugada
E ainda andava dizendo

Esta malandra, não faz nada.

Se a gente dá um passo,
O diabo está sempre atrás
Vive sempre pondo defeito
Em todo serviço que a gente faz

Não gostei de trabalhar,
Foi para os donos da pensão,
Que quer tudo muito limpo
Mas não quer comprar sabão.

Se a gente dá um passo
A diaba está sempre junto
Vive sempre observando,
Se a empregada come muito.
(Farias, 2018, p. 143).

Segundo a Organização de Mulheres Negras Brasileiras, desde o período da escravização negra no Brasil, a sociedade racista atribuiu o trabalho de empregada de casa como destino prioritário das mulheres pretas. Esse posto é caracterizado pelo servilismo e são os trabalhos mais vulneráveis do mercado, como dizem especialistas (Carneiro, 2011). Afinal, como disse Carla Akotirene (2023, p. 63), “o cruzamento do racismo e sexismo geram vulnerabilidades e ausência de seguridade social para mulheres negras”.

Era início de 1940 e a população de São Paulo havia crescido cem por cento em dez anos. Os aluguéis eram extremamente altos, junto com a inflação dos gêneros alimentícios e o desemprego, afinal, a industrialização deixou de lado todo o investimento da área habitacional e gerou empregos apenas para aqueles com conhecimento tecnológico. O medo do despejo, que estava tão intenso e comum, rondava famílias inteiras. Carolina Maria de Jesus, além da falta de trabalho por querer viver da escrita, carregava uma revolta social de uma vida que nada melhorava (Farias, 2018).

Entre 1947 e 1948, depois de muitas mudanças e despejos, Carolina Maria morava em um terreno da rua Antônio de Barros. No final de 1948, os proprietários do terreno exigiram a retomada dos imóveis e deram sessenta dias para a desocupação de seus “invasores”. Logo, as forças policiais agiram a serviço do lucro da especulação imobiliária e forçaram os moradores a irem embora, criando uma multidão que não sabiam onde ir. Tiveram a ideia de recorrer ao governador Adhemar de Barros (1901-1969), que após uma conversa com o prefeito da cidade, Paulo Lauro, conseguiu a promessa de

instalar todos na margem do rio Tietê, no bairro do Canindé, depois de três dias. Começa aí o envolvimento de Carolina com a política e o seu forte apoio ao Adhemar de Barros, e nasce aqui uma das favelas mais conhecidas da cidade e do Estado de São Paulo até sua extinção: a favela do Canindé (Farias, 2018).

Pudemos ver até aqui que a trajetória de Carolina não foi nada fácil: ela enfrentou diversos preconceitos e lutou contra a pobreza cotidianamente, enquanto alimentava o sonho de ser escritora em um país que a rejeitava, principalmente, por ser uma mulher preta. O Brasil naquela época era um país em transformação, e São Paulo, especificamente, era uma cidade em constante crescimento, sem incluir nenhuma estrutura organizacional, e isso dificultou muito a vida da escritora mineira. Ao longo desta pesquisa, continuaremos vendo como Carolina seguiu seus dias, mas afirmamos desde já que as dificuldades nunca deixaram sua vida, mesmo após a publicação de seu livro “Quarto de Despejo”.

1.2 O Governo Militar

Para dar continuidade à história do Brasil, iniciaremos aqui a questão do Governo Militar que ocorreu nos anos sessenta, em que o mundo estava polarizado após a Segunda Guerra Mundial. Como diz José Paulo Netto (2015), os países imperialistas, com maior influência norte-americana, patrocinaram a contrarrevolução preventiva nos países de Terceiro Mundo, que viviam um período de crescimento nos movimentos sociais e de libertação nacional. Com isso, a contrarrevolução preventiva objetivou derrubar as tendências socialistas, padronizar o desenvolvimento dos países à nova economia capitalista e impedir os protagonistas sociopolíticos que poderiam resistir ao tal sistema.

O Governo Militar (1964 a 1985) foi um processo histórico e político extremamente complexo, cuja implantação, em 1964, foi uma forma de resistência capitalista frente a possíveis avanços sociais. Foi através de violências como prisões, torturas, assassinatos e intervenção em sindicatos, e

tinha o objetivo de internacionalizar a economia e reconcentrar a renda, o poder e a propriedade (Lara; Silva, 2015).

Uma das primeiras medidas tomadas no governo militar foi a revogação do decreto que transferia as terras das margens das estradas para a reforma agrária e, na esfera dos direitos trabalhistas, houveram grandes retrocessos como o fim da lei que garantia estabilidade para os trabalhadores que estivessem na mesma empresa por mais de dez anos. Outro grande atraso para os trabalhadores foi a lei *antigreve*, que proibiu a greve nos serviços públicos, em empresas estatais e nos serviços essenciais, prejudicando diretamente os direitos trabalhistas e as condições de vida dos trabalhadores (Lara; Silva, 2015).

Além disso, o governo militar trouxe uma grande modernização no setor agrícola com a inserção de novas tecnologias, incentivo à pesquisa e desenvolvimento da exportação, conhecido como “Revolução Verde”, o que só reforçou o monopólio da terra e os grandes latifundiários (Rocha; Cabral, 2016). Consistiu em um modelo agrícola que usou de forma intensiva os venenos (Stedile; Estevam, 2011 apud Santos, 2022), de modo a propagar a ideia de desenvolvimento das atividades do campo, mas que na verdade buscava o aumento dos lucros por meio da monopolização de partes ainda maiores do mercado (Andrades; Ganimi, 2007 apud Santos, 2022).

O capitalismo no Brasil, que ganhou estímulo a partir da Era Vargas com a industrialização e, posteriormente, no governo de Juscelino (1956-1960), foi consolidado durante o governo militar. A partir de então, as propagandas nas grandes mídias passaram a se fortalecer para criar desejos nos consumidores, além das grandes obras públicas construídas, que tornaram o Brasil mais dependente por conta dos empréstimos internacionais. Porém, ainda assim, o desenvolvimento social não foi alcançado, a pobreza e a marginalização cresceram, de forma que em São Paulo a população que vivia na favela cresceu de 42 mil, em 1972, para mais de um milhão em 1980 (Filho; Silva, 2011).

O movimento popular “Diretas Já” em 1984 se fez em defesa da democracia e das eleições diretas para presidente. Por mais que essa emenda não tenha sido aprovada, foi um importante marco para a união da sociedade

brasileira. A primeira eleição de voto direto após 1965 foi em 1982, para vereadores e governadores, e então, em 1985, o governo militar chega ao fim e acontece a eleição para presidência com candidatos civis, tendo como vencedor Tancredo Neves, conhecido por combater o governo militar (Boeira; Costa; Oliveira; Vaz, 2016).

Porém, no dia da posse da presidência, Tancredo Neves faleceu, fazendo seu vice-presidente assumir o poder, alguém com um passado de aliança com os militares, o que pareceu uma jogada suspeita. Logo que Sarney (1985 - 1990) assumiu a presidência, tomou um posicionamento pró-democratização e finalmente a eleição direta para Presidente da República foi aprovada, assim como a legalização dos partidos que estavam proibidos (Boeira; Costa; Oliveira; Vaz, 2016).

A Ditadura Militar foi um período anti-democrático que deixou raízes na sociedade brasileira. Não podemos mensurar a dor das mães que perderam seus filhos para um governo injusto e assassino, que além de torturar fisicamente, marcou uma época de ausência de políticas públicas sociais. Como podemos, nós brasileiros, viver sem a proteção que deveria ser fornecida por quem votamos nas urnas? Infelizmente, mesmo após o fim do governo militar, a democracia no Brasil passou novamente por períodos de risco que veremos a seguir. Entraremos brevemente nos seguintes governos do pós-redemocratização do Brasil:

- Governos Collor e Itamar Franco (1990–1994)
- Governo FHC (1995–2002)
- Governo Lula (2003–2010)
- Governo Dilma (2011–2016)
- Governo Temer (2016–2018)
- Governo Bolsonaro (2019 - 2022)
- Governo Lula (2023 - até o presente momento)

1.3 A pobreza, a fome e o neoliberalismo

Frente à crise econômica que persistia desde o começo dos anos de 1980, o Estado brasileiro passou a colocar em prática o projeto liberal a partir

do início da década de 1990, no governo do Fernando Collor de Melo (1990-1992), primeiro presidente brasileiro eleito de maneira direta pós-redemocratização, o qual adotou o receituário neoliberal e não se interessou pela proposta política de combate à insegurança alimentar e nutricional elaborada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O Governo de Itamar Franco (1992-1994), presidente que assumiu após o impeachment de Fernando Collor de Mello, aceitou a proposta do PT, mas diante de sua política econômica neoliberal, não tratou da acumulação que agravava o pauperismo. Como consequência, mais de 40% da população se encontrava abaixo da linha da pobreza em 1993 (Silva, 2023).

Fernando Henrique Cardoso, presidente que assumiu no período de 1995 a 2002 por dois mandatos, trouxe diversos retrocessos nas conquistas dos setores democrático-populares incluídos na Constituição Federal de 1988, inclusive na área de segurança alimentar e nutricional, que abarcou programas com caráter emergencial e assistencialista. Já Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), foi o primeiro presidente eleito da classe trabalhadora e seguiu por dois mandatos. Apesar de um partido de esquerda, o governo foi marcado por uma variante social-liberal que seguiu com o projeto neoliberal, preservou os interesses do capital e executou pequenas intervenções na expressão da questão social da insegurança alimentar, com ações específicas e locais que não modificaram as reais causas da fome (Silva, 2023).

Diante dos programas de combate à insegurança alimentar no Governo Lula, o mais importante foi o Programa Fome Zero (2002 - 2003), que contava com o envolvimento de diversos ministérios e das três esferas do governo por conta de sua grande dimensão. Entre suas iniciativas, estavam formas de organização por bairro, assentamentos agrários, restaurantes populares, bancos de alimentos, entre outros (Tomazini; Leite, 2016).

O Fome Zero estava baseado em um conjunto de ideias mais intervencionistas do ponto de vista econômico: investimentos para baratear o preço dos alimentos, intervenção na economia territorial para a dinamização da economia local, fortalecimento dos pequenos produtores, por meio da compra e venda de produtos, entre outros. Esse conjunto de ideias não se articulava bem com as ideias dominantes do paradigma do “capital humano”, em que a pobreza é vista como um problema de ordem mais individual, de capacitação e

de educação para a sobrevivência no mercado de trabalho (Tomazini; Leite, 2016, p. 25).

Diante disso, as mudanças políticas econômicas orquestradas nos governos posteriores deram espaço para o abandono do Programa Fome Zero.

O governo Dilma Rousseff (2011-2016), também do Partido dos Trabalhadores (PT), teve dois mandatos e trouxe para o Brasil a primeira presidenta mulher que, ao vencer as eleições, continuou com os princípios sociais-liberais de Lula. Durante seus dois governos, o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) executou duas conferências nacionais que reconheceram os avanços no combate à insegurança alimentar e nutricional, visto que pela primeira vez o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014. Entretanto, os documentos das conferências relatam que a insegurança alimentar e nutricional ainda existia, sobretudo entre as mulheres que são as únicas responsáveis pelas suas famílias (Silva, 2023).

[...] nosso país ainda se defronta com contradições e desafios decorrentes de nosso histórico de desigualdade social e racial, das marcas deixadas pelo autoritarismo no Estado brasileiro e de um sistema político que limita a representação democrática. Estão suficientemente demonstrados os danos causados pelo modelo agrícola concentrador de terra, pela monocultura intensiva em agrotóxicos e os riscos da utilização dos transgênicos (Brasil, 2012, p. 14 apud Silva, 2023, p. 297).

O Brasil vivia reflexos da crise financeira e, conseqüentemente, passava por uma radical mudança política, como podemos analisar os desdobramentos a seguir.

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal votou pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. O processo contou com o apoio de uma Polícia Federal partidarizada, de uma mídia burguesa poderosa e de uma Câmara dos Deputados formada pelos grandes latifundiários, empresários da indústria de armas e líderes evangélicos. O pacto de classes feito pelo PT já não era mais suficiente, mesmo que sendo predominantemente voltado aos interesses capitalistas, a classe dominante exigia um governo burguês capaz de não ceder o mínimo de direitos aos trabalhadores e lhes retirar o pouco conquistado (Braz, 2017).

Bastou apenas existir um traço popular para que o governo fosse desestabilizado. Os avanços sociais sempre foram uma ameaça às classes dominantes, mesmo que estes não interferissem na reprodução e na acumulação capitalista, e é na democracia que encontramos uma forma de lutar e resistir. Mas, por outro lado, a democracia por si é burguesa, por mais que possa promover socialização política, não contempla a participação popular necessária dentro do poder político (Braz, 2017).

Tal situação de derrube do PT e da Dilma criou um cenário de ataque à democracia e aos direitos sociais já conquistados (Braz, 2017), o que propiciou também um cenário específico para o avanço do ultraneoliberalismo. A conjuntura se alimenta de uma cultura fascista que nos leva à uma nova hegemonia, com condições ideais de reprodução dos interesses capitalistas e com o princípio de implementar uma “maior repressão sobre os trabalhadores e melhores condições para a acumulação capitalista” (Braz, 2017, p. 96).

Após o impeachment de Dilma Rousseff, é alçado ao poder o então vice-presidente da República, Michel Temer (2016-2018), através de uma ação ultraneoliberal que despreza os direitos sociais e a democracia.

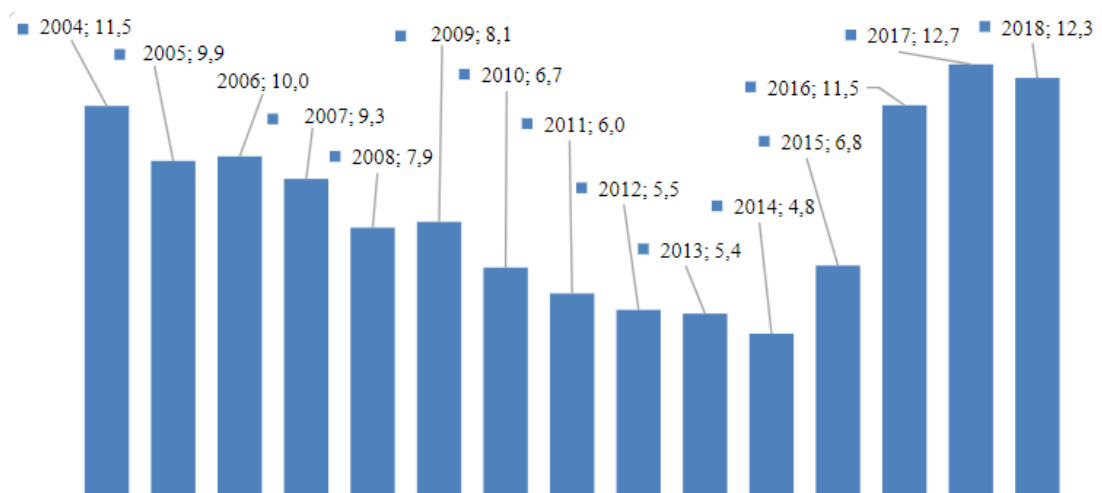
Durante seu governo, foi colocada em prática a reforma trabalhista, com a retirada de diversos direitos dos trabalhadores, junto de outras políticas neoliberais (Krein, 2018 apud Carelli, 2021), ao mesmo tempo em que o agronegócio bateu recordes de vendas para o exterior sem nenhuma reversão ao Brasil, como criação de empregos ou produção de alimentos (Silva, 2023).

[...] as iniciativas agrárias do governo Temer significam um duro golpe contra os direitos e programas voltados aos camponeses, com a extinção de ministérios, órgãos e programas que lhes favoreciam. O apoio oficial irrestrito ao agronegócio vem possibilitando o avanço da fronteira agrícola sobre territórios ocupados pelos camponeses, com efeitos nefastos sobre as políticas fundiárias e de distribuição da propriedade e renda no campo. Mas não só isso, a violência crua se recrudesceu, materializando-se em mortes e violências as mais diversas, com crescimento dos envolvidos em conflitos por terra e água. Enquanto isso, a ideologia dominante encontrou o seu jargão preferido, ‘o agro é pop’ (Cunha, 2017, p. 321-322 apud Silva, 2023, p. 298).

Uma das propostas aprovadas em 2016 foi a Emenda Constitucional nº 95, que congela investimentos em políticas sociais por 20 anos. Além disso, foi aprovada também a Contrarreforma Trabalhista, que

entrou em vigor em 2017, com a promessa de crescimento econômico e da geração de empregos através da redução dos custos do trabalho e da flexibilização das leis trabalhistas. Mas o que de fato aconteceu foi um aumento do índice de desemprego e a precarização das condições de trabalho (Ghiraldelli, 2019).

Gráfico 1. Taxa (%) de Desemprego no Brasil no período de 2004 a 2018.



Fonte: IBGE, 2019 (Ghiraldelli, 2019).

É de suma importância ressaltar que, segundo o IBGE (2019), a leve queda no desemprego entre 2017 e 2018 está relacionada com a geração de empregos flexíveis, precários, temporários e por conta própria (Ghiraldelli, 2019).

Como disse Carolina, “Não sei como havemos de fazer. Se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome” (Jesus, 2018, p. 129).

Dentro disso, “[...] a fome tem uma relação direta com as crises econômicas em uma sociedade salarial. Se a forma de acesso a bens e serviços é o salário e a renda, a ausência destes leva a população à situação de fome [...]” (Teixeira, 2022, p. 454 apud Silva, 2023, p. 297). Assim, segundo dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (2017-2018), a fome voltou a crescer em 2016, diante dos desmontes das políticas e programas de combate à insegurança alimentar e nutricional (Silva, 2023).

O direito à alimentação é fundamental e deve anteceder qualquer outro direito ou situação, pois está associado ao direito à própria vida (Maluf;

Menezes, s.d.). Segundo o IBGE, entre 2016 e 2017, durante o governo de Temer, a pobreza aumentou de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas; e a pobreza extrema foi de 13,5 milhões para 15,2 milhões de pessoas (IBGE, 2018 apud Silva, 2023). Além disso, entre os 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% se encontravam em insegurança alimentar em 2017-2018, atingindo 84,9 milhões de pessoas, sendo que mais da metade dos domicílios em insegurança alimentar grave eram chefiados por mulheres (Agência IBGE Notícias, 2020).

Devemos lembrar que esses números se tratam de pessoas, de famílias que, por conta da decisão de políticos neoliberais que almejavam o desmonte de políticas públicas e trabalhistas, passaram a conviver com o emprego precário e o desemprego. Em uma sociedade capitalista que divide as pessoas por classes sociais, as classes subalternas dependem da mobilização política e social para conseguirem empregos estáveis, dignos e humanos, pois só assim se torna possível o acesso a uma alimentação saudável, algo tão óbvio que deveria ser generalizado e independente da condição social.

Como dizia Carolina de Jesus “Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome” (Jesus, 2018, p. 99).

Posteriormente, o neoliberalismo avançou ainda mais ao poder em 2018, com a eleição do ex Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), um “representante dos interesses neoliberais e da extrema direita” (Fonseca; Silva, 2020, p. 64), que colocou em risco, inclusive, a democracia deste país. A partir de então, vivenciamos um avanço ainda maior da ideologia capitalista, o neoliberalismo em sua face ultraneoliberal, que se faz em cima de uma razão de mundo que considera tudo comercializável e qualquer limite à conquista do lucro precisa ser extinto. Com isso, os direitos sociais fundamentais são atacados, tornando “o trabalhador mais vulnerável ao processo de exploração de sua força de trabalho” (Cavalcante; Rocha, 2023, p. 174). Como consequência, temos um país de fome, de miséria e de desigualdade social, enquanto a elite acumula riquezas e poder (Cavalcante; Rocha, 2023).

O desmonte do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), por exemplo, passou pela extinção do Consea e da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, pela desativação da CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) e pela não convocação da VI Conferência Nacional de SAN, que aconteceria em 2019. Além disso, o orçamento deste Sistema passou de 2,5 bilhões, como era em 2014, para apenas R\$447 milhões em 2019, ao mesmo tempo em que houve desmonte de ações destinadas à agricultura familiar, assentamentos rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. É importante ressaltar também o aumento do desmatamento florestal a fim de favorecer o agronegócio, principalmente na Amazônia, que entre agosto de 2018 a julho de 2021, sofreu um aumento de 56,6% de desmatamento, sendo 63,7% apenas em Unidades de Conservação (Silva, 2023).

Em meio a esses retrocessos do combate à fome do Brasil, em 2020 eclodiu a pandemia de COVID-19, com o Brasil governado por um Presidente que se mostrou negacionista e preocupado apenas com questões da economia geral (Fonseca; Silva, 2021). A pandemia intensificou ainda mais as expressões da questão social, como o desemprego e a fome, sendo possível observar que a fome tem classe social, cor, gênero e nível de escolaridade (Santos, 2022), visto que o acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente é dificultado à população mais pobre, em especial à população negra, aos lares chefiados por mulheres e com a pessoa de referência sem escolaridade ou com Ensino Fundamental incompleto (Rede PENSSAN, 2021 apud Santos, 2022). A insegurança alimentar é uma expressão da questão social também atravessada pelo racismo, visto que hoje 46,8% dos lares comandados por pessoas brancas se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar, enquanto esse número sobe para 65% nos lares comandados por pessoas negras ou pardas (Rede PENSSAN, 2022).

O governo propôs um Auxílio Emergencial, como uma estratégia política e de caráter emergencial de combate à fome, sem modificar as estruturas que provocam as causas reais da insegurança alimentar. O valor proposto foi de apenas R\$200 que, posteriormente, foi ampliado por conta dos setores democráticos-populares (Silva, 2023). Hoje, depois de um governo genocida

que pouco se interessou por questões sociais e afirmava que tratar da fome é mero discurso populista (Jiménez, 2019 apud Santos, 2022), 33,1 milhões de pessoas passam fome diariamente no Brasil (Rede PENSSAN, 2022).

Segue um poema da atriz que interpretou Carolina Maria de Jesus, Ruth de Souza, que também escrevia para um jornal:

É triste a condição do pobre na terra
Rico quer a guerra, pobre vai na guerra,
Rico quer paz, pobre vive em paz
Rico vai na frente, pobre vai atrás

Rico faz a guerra, pobre não sabe porque
Pobre vai na guerra tem que morrer
Pobre só pensa no arroz e no feijão
Pobre não se envolve nos negócios da Nação
Pobre não tem nada com a desorganização

Pobre e rico são feridos
Porque a guerra é um coisa brutal
Só que pobre nunca é promovido
Rico chega a marechal.
(Souza, 1961 apud Farias, 2018, p. 306).

Conforme Sérgio Amaral (2023), o Governo Lula (2023 até os dias de hoje) já nos primeiros seis meses conseguiu tirar 43 milhões de pessoas da pobreza e intensificou a luta contra a insegurança alimentar e nutricional. O Plano Brasil sem Fome tem a meta de retirar o país do Mapa da Fome novamente, a partir da reativação de diversas políticas públicas e da revisão de ações que tiraram o Brasil do Mapa da Fome em 2014. Assim, o Plano possui três metas, sendo elas tirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030; reduzir a extrema pobreza (a 2,5%) e a pobreza, com inclusão socioeconômica; e reduzir a insegurança alimentar e nutricional, através de três eixos organizados em: “Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; Segurança Alimentar e Nutricional: alimentação saudável da produção ao consumo; Mobilização para o combate à fome” (Amaral, 2023).

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (Jesus, 2018, p. 29).

A eleição do Governo Lula em 2022 trouxe vitórias para a classe trabalhadora. Apesar das limitações do PT, que ainda se apoia na conciliação

de classes e no neoliberalismo, ter um Presidente da República que minimamente pensa sobre os direitos fundamentais da população é um grande alívio para o Brasil, que conviveu nos últimos anos com o risco à democracia e aos direitos mais básicos necessários para a sobrevivência. Porém, não podemos nos contentar com esse pequeno conforto de ser governado por alguém que já foi da classe trabalhadora, precisamos continuar nossas lutas unidos para, além de reconquistar os direitos perdidos, alcançarmos a igualdade social.

Capítulo 2 - “Ontem comemos mal. E hoje pior.”³

22 de junho... Saí triste porque não tinha nada em casa para comer. Olhei o céu. Graças a Deus não vai chover. Hoje é segunda-feira. Tem muitos papéis nas ruas. No ponto do bonde, eu me separei da Vera. Ela disse:

- Faz comida, que eu vou chegar com fome.

A frase comida ficou eclodindo dentro do meu cérebro. Parece que o meu pensamento repetia:

Comida! Comida! Comida!

Dizem que o Brasil já foi bom. Mas eu não sou da época do Brasil bom... Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de morrer de fome!

(Jesus, 2018, p. 175).

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional

A partir da (re)organização do Consea em 2003, que será trabalhada ainda nesse capítulo, o Governo do Brasil passou a reconhecer seu dever em garantir o direito humano à alimentação adequada e, por isso, organizou o marco legal da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 15 de setembro de 2006 (Oliveira, 2017), que define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como:

a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista sócio-econômico e agroecológico (Brasil, 2006).

A proposta foi realizada pelo governo Lula, que possuía a Estratégia Fome Zero e entendeu que a questão alimentar no Brasil ia além da superação da fome e da pobreza (Oliveira, 2017). Afinal, a insegurança alimentar não se dá apenas pela ausência do alimento, ela pode ser causada pela insuficiência nutricional dos alimentos disponíveis e pela falta de escolha à alimentação, que se dá a partir da ausência de políticas públicas que consideram as diversidades culturais e as condições de saúde de cada pessoa.

De acordo com Brasil (2023), a insegurança alimentar é medida em nível domiciliar através da Ebia (Escala Brasileira de Medida Domiciliar de

³ Jesus, 2018, p. 120.

Insegurança Alimentar), que classifica os domicílios em quatro categorias conforme destacado a seguir:

Segurança alimentar: os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;
Insegurança alimentar leve: apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada;
Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos;
Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome (Brasil, 2023).

A política pública de SAN possui natureza integrada, ou seja, dispõe da necessidade de uma dependência entre políticas de diversos setores e uma implementação de ações intersetoriais. Exige uma operacionalização complexa, que encontra na intersetorialidade uma estratégia de envolver e contemplar as ações de produção, comercialização, abastecimento, acesso e consumo dos alimentos. Assim, há inúmeros desafios para a sua concretização, como conflitos políticos, diferenças de valores e idéias, distribuição financeira, falta de adesão dos diversos atores, entre outros, (Burlandy, 2009).

A dificuldade em compor a política de SAN, as rixas políticas e os interesses neoliberais impactam diretamente no combate à insegurança alimentar e nutricional do país. Cada processo que concretiza o acesso da população a uma alimentação adequada é complexo, essencial e exige o apoio e a vontade de diversos setores políticos. Assim como a produção precisa de atenção, debates e estudos, a comercialização, o abastecimento e a distribuição também são necessários para a conquista da SAN.

É importante lembrar que o conceito de segurança alimentar surgiu como estratégia do plano internacional por conta da Primeira Guerra Mundial, momento em que a autoprodução nacional dos países precisou assumir centralidade. O conceito se fortaleceu devido à crise internacional de abastecimento e pela Conferência Mundial de Alimentação (1974), onde o foco era a disponibilidade de alimentos (IPEA, 1996 apud Burlandy, 2009).

Para nos aproximarmos da realidade da fome, de forma a desenvolvermos senso de empatia e revolta, seguiremos aqui com a história de escrita e publicação do livro de Carolina Maria de Jesus. Quem lê “Quarto de Despejo” consegue sentir o desespero da fome e a perturbação que é acordar de estômago vazio e não ter a opção de se alimentar, mas só quem já passou fome sabe como é viver isso na realidade, para além das páginas de um livro. A fome é desumana, é uma violência contra a própria sobrevivência, é um ataque ao direito de existir. Por isso, daremos espaço para continuar contando a história de alguém que passou fome, mas mais do que isso, alguém que soube sabiamente escrever sobre a fome.

2.2 Quarto de Despejo: diário de uma favelada

“Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (Jesus, 2018, p. 108).

Carolina Maria de Jesus já era uma escritora há tempos antes de escrever Quarto de Despejo. Sua primeira publicação foi em 1940, na “Folha da Manhã”, e a data do primeiro texto do diário é o dia 15 de julho de 1955, aniversário de sua filha Vera Eunice. Na favela do Canindé, ela era conhecida como a negra que vivia lendo e escrevendo, pois passava boa parte de seu tempo mergulhada nas leituras e escritas. Os livros, revistas e cadernos, em sua maioria, ela encontrava no lixo e ia registrando a sua vida (Farias, 2018).

Certo dia, no mês de abril do ano de 1958, o repórter Audalio Dantas foi enviado para escrever uma denúncia sobre o mau uso dos brinquedos instalados na favela, que foram tomados pelos meninos mais velhos. Foi quando conheceu a escritora, que estava por perto protestando: “onde já se viu uma coisa dessas, uns homens grandes tomando brinquedo de criança!” e sem qualquer mudança, ela prosseguia: “deixa estar que eu vou botar vocês todos no meu livro!”. Chamou a atenção do repórter, que foi logo perguntar que livro era aquele, “o livro que estou escrevendo as coisas da favela”, respondeu ela (Dantas, 1960 apud Farias, 2018).

Após essa conversa, Audalio Dantas foi até o barraco de Carolina, na Rua A, número 9, e viu os cadernos que continham a vida diária de Carolina na favela, “eu prometo que tudo isso que você escreveu sairá em livro”, afirmou o repórter. Ela ficou muito contente, disse que queria publicar mas que ninguém nunca quis ler. (Dantas, 1960 apud Farias, 2018).

Logo no mês seguinte, no dia 9 de maio de 1958, Audalio já publicava a figura de Carolina na “Folha da Noite”, com três fotos dela com seus filhos dizendo: “Catadora de papel, passa fome com filhos pequenos, no barracão infecto, mas sabe ‘ver’ além da lama do terreiro e do zinco da favela...” (Folha da Noite, 1958 apud Farias, 2018). Durante a redação, afirmou: “Com sua caligrafia nervosa, ela conta coisas que nenhum escritor do mundo será capaz de contar com tanta propriedade”, e depois: “traça um retrato sem retoques da favela, que parece nítida, impressionantemente revelada em um ‘diário’ (...)” (Folha da Noite, 1958 apud Farias, 2018).

A matéria explodiu, nas ruas ela passou a ser notada, mas seu dia a dia seguiu sendo uma luta diária como catadora de papel e uma mãe que passava necessidades com os filhos. Para ela, a favela do Canindé era o “Gabinete do Diabo” e o chiqueiro de São Paulo, todos os dias e todas as noites era emoção à flor da pele, e quando alguém a provocava, ela colocava o nome da pessoa no seu diário, mais tarde publicado como “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (Farias, 2018).

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2018, p. 37).

O nome do livro de Carolina é uma denúncia da segregação urbana, que é a manifestação da dominação social que gera a desigualdade social, muito bem acentuada nas cidades brasileiras. Isso porque a segregação urbana é uma forma de exclusão social que possui uma dimensão espacial (Villaça, 2011), de modo que Carolina faz comparação da cidade com uma casa, na qual “o Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2018 p.32).

Mais pra frente, Audalio Dantas fez uma importante publicação sobre Carolina no “O Cruzeiro”, uma revista bem conceituada para a época, que na edição do dia 20 de junho de 1959, começou estampando a “Miss Brasília” na capa e terminou com oito páginas que carregavam trechos do diário de Carolina e o dia a dia na favela. No dia da publicação, Carolina não tinha dinheiro para comprar a revista, que custava 15 cruzeiros. Revirou o bolso, pediu emprestado ao amigo e finalmente conseguiu comprar a revista para saciar a curiosidade sobre o que poderiam ter escrito sobre ela. O que Audalio fez foi dar voz à Carolina, dizendo que ela escrevia pela “necessidade de dizer algo ao mundo” (Farias, 2018).

Mas Carolina não é apenas uma mulher que grita contra o mundo. Tem seus momentos de fuga, quando deixa o registro puro e simples das misérias da favela e se encontra com seu ‘mundo interior’. Olha através da janela do barraco e não vê a lama do terreiro. Nem ouve o choro do filho do vizinho. Descobre nuvens coloridas sobre os telhados de zinco, enche os olhos de sol e o coração de alegria (Dantas, 1959 apud Farias, 2018).

Em 1960, Audalio Dantas cumpriu a promessa e encontrou uma editora que publicasse o livro de Carolina. No dia da cerimônia de assinatura do contrato com a Livraria Francisco Alves, as crianças estavam tristes de tanta fome, e ficavam repetindo “fome”. Chegaram na livraria e a imprensa estava presente, tirando fotos, entrevistando Carolina e lendo trechos de seu diário. A melhor parte foi o final:

O senhor Lélío de Castro Andrade deu 2 mil cruzeiros ao repórter para dar-me. Os filhos ficaram alegres. Eu disse ao João que amanhã vou comprar carne para fazer bife para ele, porque faz tempo que ele está suplicando-me para fazer. Ele ficou alegre sorrindo. Percebi que ele estava pensando num prato de arroz com bife acebolado. As crianças antigas pensavam em Ciranda-Cirandinha. As atuais pensam em comida (Jesus, 1961, p. 14 apud Farias, 2018, p. 201).

Esse dia foi uma festa: Carolina levou as crianças para jantar em um restaurante. João disse que era bom demais “a gente comer até encher” e Carolina afirmou aos seus filhos que a miséria iria acabar. E a partir daí, a fome foi calada pela comida, não haviam mais choros e sim almoços com bife, arroz,

feijão e salada. João até passou a ser mais gentil, pois ela dizia que “a fome deixa as pessoas neuróticas” (Farias, 2018).

Carolina passou a ser uma mulher cheia de compromissos, recebia visita de jornalistas ao seu barraco todos os dias e estava pesadamente exposta na mídia. Chegou a ser entrevistada na Record e até em outros programas de TV, ela havia se tornado o principal alvo da imprensa sensacionalista, como uma mulher negra, favelada e escritora. Era um produto “vendável” que atraía audiência pelo estranhamento e pela curiosidade (Farias, 2018).

Como já foi dito neste trabalho, o capitalismo enxerga o mundo a partir dos lucros. Naquele momento, Carolina era um “objeto” que lucrava a partir da sua condição de mulher preta favelada que tinha a “capacidade de escrever e até de aparecer no jornal”. Aquilo era estranho para a época, era exótico.

Carolina não precisava mais catar lixos na rua e passou a ter mais tempo para se dedicar à escrita. A família estava mais calma e feliz. No dia da assinatura do contrato de edição do livro, ela recebeu 40.000 cruzeiros pelos seus direitos autorais. Ela nem acreditava, para ela “Quarto de Despejo” eram coisas escritas só para afogar as misérias. Nesse dia, foi levada ao banco para guardar o dinheiro e futuramente dar entrada em uma casinha, coisa que ela tanto sonhava (Farias, 2018).

No dia 19 de agosto de 1960, às 17h o livro começaria a ser vendido. No dia 13, Audalio levou um exemplar para Carolina, que se emocionou com o cabeçalho “Carolina Maria de Jesus/Diário de uma favelada/QUARTO DE DESPEJO”. Depois de tanto invejar os nomes dos autores nos livros, finalmente tinha chegado a sua vez. Ela ficou lendo seu livro até às três horas da madrugada e, no dia seguinte, saiu por aí mostrando ele para todo mundo (Farias, 2018).

O dia da publicação de “Quarto de Despejo” foi um sucesso, a Livraria Francisco Alves estava cheia e Carolina autografou centenas de exemplares (Farias, 2018):

O senhor Lelio já estava na livraria, os garçons com seus trages a rigor circulavam pela livraria, ageitando as mesas para os coqueteis. Eu era alvo dos olhares. O Dr Lelio de Castro Andrade, o meu ilustre editor, conduziu-me num lugar apropriado para eu autografar. Não

fiquei nervosa quando vi afluência. Fiquei alegre. Para uns as frases eram longas, para outros era só cordialidades. Os meus filhos percorriam a livraria. Era tantos livros para eu autografar que eu não via as horas passar (Jesus, 1961, p. 40 apud Farias, 2018, p. 220).

O evento contou com a presença de muitos ex-chefes de Carolina, da época em que ela trabalhava como cozinheira e empregada, e famosos, como o jogador Pelé e o escritor Clóvis Moura, além de alguns moradores da favela, que foram buscados pelo jornal “Última Hora”. Como publicou um jornal do dia seguinte, pela primeira vez uma livraria foi tomada pelo povo, aquilo era uma revolução e não um simples lançamento, como acreditava Paulo Dantas (Farias, 2018).

A venda do livro foi um recorde, no mesmo dia a escritora vendeu quase 800 exemplares e uma semana depois, já tinha vendido 10 mil exemplares, esgotando a primeira edição. Ela entrou em primeiro lugar no ranking dos mais vendidos na última semana, na frente de Jorge Amado, com “Gabriela, cravo e canela”. Uma livraria chamada Pedro Siciliano, afirmou que normalmente quando surgia uma obra muito esperada, costumavam vender cerca de 200 exemplares na primeira edição, o livro de Jorge Amado vendeu 500 exemplares e o de Carolina vendeu 2 mil. Ela se tornou uma celebridade, era cada vez mais solicitada em diferentes regiões do país, todos queriam sua foto e seu autógrafo, e seu livro, traduzido em várias línguas, se tornou um “best-seller” (Farias, 2018).

Por outro lado, como já esperado, ela recebeu várias críticas (Farias, 2018).

É vergonhoso que, numa cidade que se supõe culta, como é São Paulo, isso aconteça. Em primeiro lugar, porque, quem escreveu o livro apenas visou uma vingança contra a sociedade; segundo, porque o livro não vale mesmo nada, nem mesmo como pesquisa social e, nada literalmente falando. E ainda: Para que, pois publicar tais objetos amontoados de monstruosidades? A sociedade, em si, como instituição, é que não tem culpa, mas a adoção dessas carnavalescas ideologias que geram o socialismo (Farias, 2018, p. 233).

A verdade é que a elite não conseguia tolerar tamanha ascensão. As diversas críticas em relação a sua escrita não se tratavam de sua literatura, mas sim de sua condição social como uma mulher preta da favela: “Sem

dúvida que devemos olhar Maria de Jesus com muita ternura e simpatia. Mas feri-la na sua simplicidade, vestindo-a de escritora, é falta de humanidade cristã. É achincalhe. É aviltamento” (Farias, 2018, p. 235).

No entanto, ela também recebeu diversos elogios e aplausos, muitas pessoas conseguiram enxergar em seu livro uma escrita nova, de grande importância para o contexto histórico, político e social do Brasil. Como seu próprio editor, Paulo Dantas, disse, “ninguém supera a voz de Carolina, que brota de dentro e nasce feita” (Farias, 2018, p. 238). Por fim, o ano de 1960 foi de grande intensidade para a escritora Carolina Maria de Jesus, que viveu muitas confusões, tristezas e felicidades (Farias, 2018).

Carolina tornou-se popular entre ícones do movimento negro e passou a ser convidada a diversos eventos e atividades, o qual aceitava todos. O popular Delegado, um homem preto, chegou a dizer que “havia de sair do lixo e dos monturos quem ia libertar os homens de cor” do Brasil (Jesus, 1962, p. 42 apud Farias, 2018, p. 244). Um artigo escrito provavelmente por Correia Leite, dizia:

O diário da favelada de Carolina é um depoimento que, não só retrata, em seu triste conteúdo, as nossas mazelas sociais do momento, como remonta aos erros políticos que se vêm cometendo, neste - em matéria de justiça social - desde o alvorecer da República (Farias, 2018, p. 245).

Enquanto Carolina era amada e reconhecida nos eventos em que era convidada, na favela a inveja e o ciúme aumentaram: as mulheres afirmavam que Carolina havia citado elas em seu livro sem receber nenhuma parte do dinheiro, uma verdadeira aproveitadora que conseguiu lucrar em cima das histórias da favela, segundo as opiniões gerais. Logo, um amigo de Carolina, o senhor Antônio Soeiro Cabral, ofereceu um quarto em sua casa que ela e seus filhos poderiam ficar até conseguirem algo melhor. O quarto tinha energia elétrica e até tanque para lavar roupa, era finalmente a casa de alvenaria que a escritora sonhava há tanto tempo, não era perfeita, mas com isso conseguiria deixar a favela (Farias, 2018).

“Não vou incluir a saudade na minha bagagem.”, afirmou Carolina. E no dia da mudança, estava toda a imprensa testemunhando o bota-fora da escritora, que foi caracterizado por ter poucas pessoas ajudando e várias

mulheres vaiando e dizendo palavrões (Jornal do Brasil, 1960, p. 9 apud Farias, 2018, p. 255).

O motorista partiu com a máquina acelerada. Começaram a atirar pedras. A Leila agitou-se, pegou pedra e atirou dentro do caminhão. Eu olhava as pedras e a direção com receio de atingir os olhos da Vera e do José Carlos, que já estava ferido com as pedradas. Que confusão! Eu não sei de onde surgiu tantas pessoas para presenciar a minha partida. A China e a Nair xingavam-me e diziam: Você vai embora para não apanhar! (Farias, 2018, p. 256).

Ao chegar na nova casa em Osasco, Carolina conta: “Um senhor que nos olhava perguntou: Isto é despejo? Não. Não é despejo, eu estou saindo do quarto de despejo” (Farias, 2018, p. 258).

Audálio Dantas parecia ser o "guardião" do dinheiro de Carolina, de forma que ficava com os cheques da escritora, mesmo que ela pudesse sacar dinheiro a qualquer hora. Às vezes ela agradecia esse controle, mas muitas vezes se sentia escrava do repórter. Ele começou a procurar casas para Carolina e, por mais que ela não tenha ficado tão satisfeita com a casa encontrada, a aceitou. Era seu sonho se realizando, teria sua própria Casa de Alvenaria, tomaria banho em um banheiro e teria salas com retratos do lançamento do seu livro (Farias, 2018).

E assim, Carolina comprou móveis novos, contratou uma empregada e as crianças foram estudar na melhor escola. A vizinhança, como sempre, passou a reclamar de seus filhos, mas eles eram apenas crianças que brincavam e davam o trabalho que uma criança normal dá, mas como filhos de um ex favelada, tudo isso ganhava outro peso (Farias, 2018).

Todos os dias Carolina recebia visitas que traziam histórias tristes e pediam ajuda à escritora, até mesmo de alguns moradores da favela que já maltrataram sua família. Ela fazia muitas doações, ajudou muitas pessoas e algumas vezes chegou a ser enganada. “Agora que tenho dinheiro sou procurada igual personagem de destaque. Transformei-me em abelha rainha de uma colmeia que não quer mel, quer dinheiro” (Jesus, 1961, p. 158 apud Farias, 2018, p. 281).

Carolina, que do dia para noite se tornou uma celebridade, recebeu o título de “Cidadã Paulistana”, com um abaixo-assinado de mais de 6 mil

assinaturas e o apoio do vereador Ítalo Fitipaldi. Seguem alguns trechos de seu discurso:

Convivendo com os paulistanos há 23 anos, aprendi a amar este povo laborioso. Eu fui favorecida por um grupo de brancos bons e humanos, jornalistas e estudantes e o povo. Quando manifestei desejo de escrever, os paulistanos cooperaram, enviando-me livros e cadernos. Deixei de escrever nos papéis que encontrava no lixo, para escrever nos papéis decentes. E surgiu um editor que duplicou o meu ideal pelos livros. Tenho impressão que eu era uma figura e agora dei frutos e flores que são os livros (Farias, 2018, p. 285).

Devo agradecer os brancos de São Paulo que deram oportunidade aos pretos, aceitando as nossas criações e acatando-nos no núcleo social. Este gesto contribui para abolir preconceitos raciais. É o branco que predomina, mas não veda os ideais dos pretos, que participam em todas as atividades do país (Farias, 2018, p. 286).

Esse período da vida da escritora foi de muito estresse e assédios que a deixavam perturbada, mesmo tentando ser gentil. Sua agenda estava lotada de viagens, era sempre hospedada em hotéis de luxo e, além de eventos, entrevistas e aparições na televisão, costumava conhecer favelas locais, como fez na Argentina e no Chile. No Uruguai, foi recebida no Palácio pelo presidente da República e andou de carro aberto, como uma autoridade. No Chile, um país que, de acordo com os dados de 2014 da “Geografia genética do Chile. Distribuição regional das contribuições genéticas americanas, europeias e africanas” (Farias, 2018, p. 293, tradução nossa), é composto de apenas 3,81% da população de origem africana, Carolina foi alvo de muito racismo e grosserias, uma garota chegou até a oferecer sabão para limpar sua pele e deixá-la branca, como se estivesse suja (Farias, 2018).

Enfim, seu livro no exterior foi um sucesso, depois de cerca de quatro anos do seu lançamento no Brasil, ele já estava sendo lido em dezenas de línguas, sendo especulada vendas de mais de um milhão de exemplares só no exterior. As maiores repercussões nas mídias internacionais foram em países como Estados Unidos, Alemanha, França, Argentina e Itália, onde o prefaciador de seu livro no italiano a colocou “em seu lugar social na favela, numa visão marxista” (Farias, 2018, p. 300), afirmando que “Ela se encontra nessa posição de força de que fala Marx, quando diz que os proletários não têm nada a perder além de suas algemas” (Farias, 2018, p. 301).

Vimos até aqui a ascensão da vida de Carolina, quando ela trocou a fome pela fama e pelos autógrafos. A seguir, abordaremos as políticas de segurança alimentar e nutricional, que faltaram durante a vida de escritora.

2.3 As Políticas de SAN e a intersectorialidade

Foi em 1985 que tivemos pela primeira vez no Brasil o conceito de “segurança alimentar” nas políticas governamentais, em função da proposta de uma “política nacional de segurança alimentar” do Ministério da Agricultura (Burlandy, 2009).

Entretanto, houveram planos anteriores a esta década. O primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição datado de 1952, se mostrava preocupado com a intersectorialidade, que se faz quando diversos setores se juntam em uma pauta integrada, formulando estratégias interventivas e realocando recursos. Assim, foi colocada na política ações relacionadas à produção, comercialização, abastecimento, acesso e consumo dos alimentos, porém a funcionalidade desta política sempre foi muito complexa. Em 1972 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) a fim de centralizar as atividades da área de alimentação e nutrição do país. Este elaborou e coordenou o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), de 1973 a 1974, que não se realizou, e o segundo, de 1976 a 1989, que se apoiou na intersectorialidade para impactar questões de produção, comercialização e consumo de alimentos (Burlandy, 2009).

A década de 1980 é marcada pela intensa mobilização social em defesa de diversas questões, inclusive da alimentação e nutrição (Burlandy, 2009). Houve uma expansão nos orçamentos sociais dos programas, porém, por conta do caráter desordenado desse processo, a disputa interministerial por recursos dificultou o desenvolvimento da intersectorialidade (Silva, 1994 apud Burlandy, 2009).

Em 1986 aconteceu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, quando o Brasil assumiu a alimentação como direito de cidadania e aos poucos foi tornando legal o direito humano à alimentação, concebido pelo Plano Nacional de Direitos Humanos de 1996. A dimensão nutricional foi aderida ao

conceito, foi proposto a criação de um Sistema Nacional de SAN (retomado em 2004) e de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, que seria responsável pelo desenvolvimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), estabelecida em 1999 (Burlandy, 2009).

O combate à fome tornou-se prioridade para o governo de 1993, através do “Plano de Combate à Fome e à Miséria”, baseado nas propostas da Política Nacional de SAN, sendo o Consea o responsável pela organização e coordenação (Burlandy, 2009). Desse modo, em 1994, em Brasília, foi realizada a primeira Conferência Nacional de SAN, a qual foi definida uma estratégia governamental que continha

um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania (Consea, 1994 apud Burlandy, 2009, p. 855).

No entanto, o Consea não foi capaz de desfazer as contradições políticas e teve pouca intervenção na política econômica, evidenciando as dificuldades do governo em aderir às prioridades integradas. Assim, o Consea foi extinto, sendo retomado apenas em 2003, no Governo Lula (2003-2011), que, além de realizar a II e a III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, trouxe consigo importantes políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, já citada neste trabalho, que instituiu o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), composto por órgãos e entidades de diferentes setores. Com isso, foi instituída uma câmara interministerial para formular a política e o Plano Nacional de SAN (Burlandy, 2009).

Além disso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar (2003) veio como uma política intersetorial de comercialização da produção da agricultura familiar para fornecer alimentos saudáveis e nutritivos à população, e a Lei nº 11.947 de 2009 determinou que 30% dos alimentos da PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) deve vir da agricultura familiar, garantindo a comercialização destes produtos e a qualidade da

alimentação nas escolas. Mesmo assim, o desafio de compor a intersectorialidade necessária para o combate à insegurança alimentar continuou durante o Governo Lula (Burlandy, 2009) e se intensificou nos seguintes governos neoliberais.

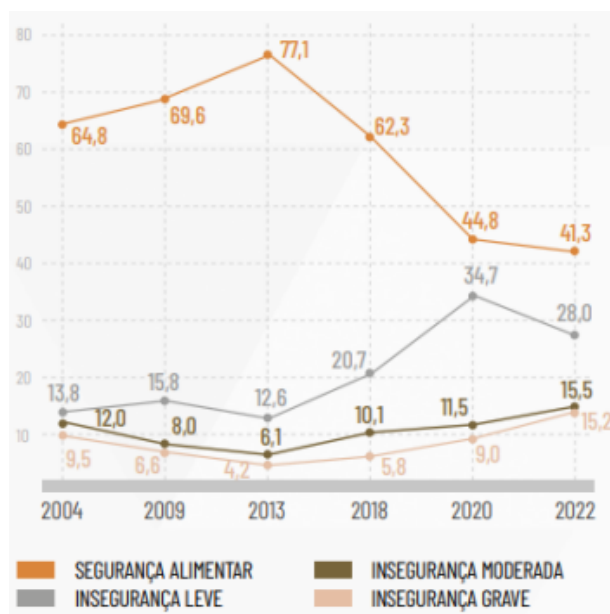
2.4 Agenda 2030

A fome e a pobreza são preocupações a nível mundial, por isso a ONU (Organização das Nações Unidas), desde sua fundação em 1945, pós Segunda Guerra Mundial, desenvolve protocolos para que os países realizem intervenções para combater tais demandas, sendo o Brasil um país signatário.

Dessa forma, aqui no Brasil temos o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), que é formado por cerca de 60 movimentos sociais, ONGs (organizações não governamentais), redes, fóruns e federações brasileiras, com o objetivo de promover “o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais, indivisíveis e interdependentes” (GTSC A2030, 2022, p. 6). Em 2022, o Grupo elaborou o Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, que revela a realidade do Brasil frente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (GTSC A2030, 2022).

Focaremos nossa pesquisa no ODS 2: “fome zero e agricultura sustentável”, que apresenta o objetivo de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Porém, a meta se manteve estagnada devido ao desinvestimento de políticas públicas nos últimos anos, além do avanço do agronegócio exportador que não prioriza alimentos para o consumo interno, aumentando o custo das cestas básicas em todo o país e diminuindo os índices das plantações de arroz, feijão e milho (GTSC A2030, 2022).

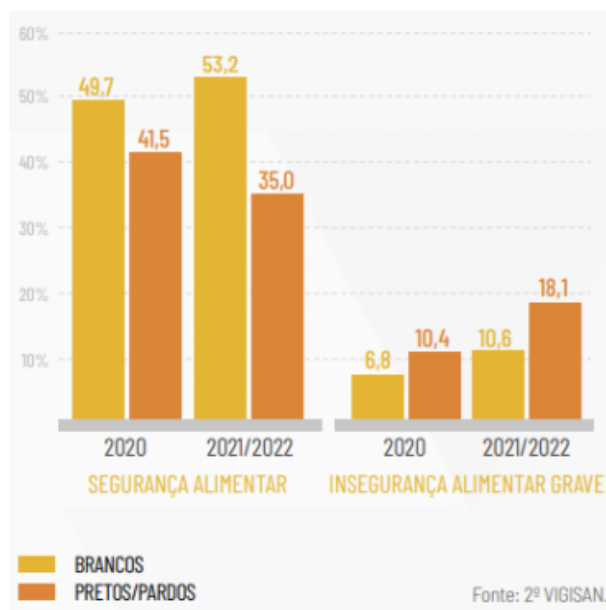
Gráfico 2: Evolução da Segurança e da insegurança alimentar no Brasil (2020-2022).



Fonte: 2º VIGISAN. Evolução, em %, da estimativa da insegurança alimentar moderada e grave, tomando por base a PNAD, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)/2018 e os inquéritos VIGISAN (GTSC A2030, 2022).

Como podemos ver no gráfico acima, de 2020 a 2022, período da pandemia do Covid-19, o índice de segurança alimentar baixou, enquanto a insegurança alimentar moderada e grave subiram. Além disso, o Relatório revela que em 2021, 125,2 milhões de pessoas viviam em algum grau de insegurança alimentar, tendo total influência na raça/cor das pessoas, como podemos analisar abaixo.

Gráfico 3: Segurança e insegurança alimentar grave por raça/cor autorreferida (2020/2022).



Fonte: 2º VIGISAN (GTSC A2030, 2022).

O gráfico 3 retrata muito bem a questão de quem a insegurança alimentar atinge e quem a segurança alimentar atinge. Conforme o Relatório Luz do GTSC A2030 (2022), os dados revelam que a segurança alimentar é mais abrangente na população branca, visto que em 2020, 49,7% das pessoas brancas estavam em segurança alimentar, número que sobe para 53,2% em 2021/2022, mesmo com a pandemia do Covid-19, enquanto o número de pretos/pardos em segurança alimentar baixou de 41,5% em 2020 para 35% em 2021/2022. Diante da insegurança alimentar, podemos analisar que esta se intensifica nas pessoas pretas/pardas, visto que em 2020, 10,4% dos pretos/pardos estavam em insegurança alimentar contra 6,8% dos brancos, número que subiu para 18,1% e 10,6% em 2021/2022, respectivamente.

Isso se dá a partir do racismo, que determina quem tem acesso à educação, empregos dignos, lazer e comida. Ao longo do presente trabalho pudemos analisar como se deu a construção do racismo no nosso país. Não podemos esquecer que a escravização de pessoas pretas e a ausência de políticas públicas no pós-abolição tem reflexo até os dias de hoje, revelando um racismo estrutural que afasta as pessoas negras de seus direitos fundamentais.

Os anos se passaram, mas o descaso, o preconceito e a fome continuam. Como disse Carolina Maria de Jesus (2018, p. 30), “que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz”.

Com a posse do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Consea foi retomado junto da agenda de combate à fome e da instituição e alteração das leis do PAA (Brasil, 2023), que estava em risco de deixar de existir na prática devido ao baixo orçamento dos últimos 10 anos (Croquer, 2022). Para além disso, o Relatório Luz do GTSC A2030 (2022) recomenda parar e reverter os processos de liberação de agrotóxicos, que desde 2016 têm tomado grandes proporções, de forma que o Brasil bateu o terceiro recorde consecutivo em liberação de agrotóxicos.

Outra importante medida em defesa da SAN é

Definir e implementar, em diálogo com os movimentos de representações negras, quilombolas e indígenas, medidas apropriadas para recuperar as condições de segurança alimentar nessas populações, promover a alimentação adequada e saudável, com a devida regulamentação sobre a publicidade de alimentos (GTSC A2030, 2022, p. 18).

Assim, além de fortalecermos uma democracia em que todas as pessoas tenham espaço para desfrutar plenamente de suas culturas, teremos um país verdadeiramente rico no quesito alimentação. Devemos sempre nos lembrar: não são as commodities exportadas pelo agronegócio que alimentam o povo brasileiro. Nós não queremos comer as 86,1 milhões de toneladas de soja que foram exportadas somente em 2021 (GTSC A2030, 2022), nós temos fome de comida saudável, nutritiva e acessível.

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade
(Titãs, 2011).

Após a leitura da música “Comida” dos Titãs, que retrata perfeitamente a questão da alimentação como algo básico e necessário para que seja possível a realização das outras atividades do dia a dia, a seguir conheceremos o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que é de suma importância para o combate à insegurança alimentar e nutricional do país.

2.5 II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN)

O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN) 2011-2015 foi elaborado em 2011, pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), criada pela Lei Orgânica de SAN (Lei nº 11.346/2006), junto do Consea, a partir das deliberações da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O I Plano buscou a concretização da intersetorialidade, através de 43 objetivos e 330 metas, que, para o limite de quatro anos, se mostrou além da capacidade de monitoramento, prejudicando o foco às questões mais sensíveis e prioritárias, por conta do elevado número de metas (PLANSAN, 2017).

O II PLANSAN foi construído a partir de uma revisão do I Plano, selecionando as metas prioritárias e criando um Sistema de Monitoramento do PLANSAN - SISPLANSAN (PLANSAN, 2017). Segundo o Orienta PLANSAN (2017), que se trata de um curso de orientações para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o PLANSAN deve ser revisado a cada dois anos a partir das orientações da CAISAN, das propostas do Consea e no seu monitoramento. Assim, após sua revisão em 2018, o II PLANSAN possui 131 metas e 9 desafios (PLANSAN, 2018), que iremos aprofundar a seguir.

O Desafio 1 busca “promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional” (PLANSAN, 2018, p. 11), através de 9 metas inseridas nas questões de transferência de renda, alimentação escolar e

distribuição de alimentos, a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira (PLANSAN, 2018).

Já o Desafio 2 pretende “combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural” (PLANSAN, 2018, p. 14), com 56 metas relacionadas à redução da insegurança alimentar e nutricional, inclusão produtiva rural, acesso à terra e gestão territorial, biodiversidade, saúde indígena, acesso à água, extrativistas e ribeirinhos e acesso à políticas públicas (PLANSAN, 2018). Este Desafio foi construído a partir do diagnóstico do “Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional” feito em 2015 pela CAISAN, onde foi possível analisar a desnutrição de crianças menores de 5 anos em territórios de populações tradicionais e específicas, incluídas no Cadastro Único, para assim, articular um conjunto de políticas que visam o combate à insegurança alimentar e nutricional nessas localidades (PLANSAN, 2017).

O Desafio 3 é elaborado com base na discussão acerca do enfrentamento do uso dos agrotóxicos e sementes transgênicas, da concentração fundiária, do acesso à terra na garantia da SAN e da agricultura familiar, que é a principal responsável pela alimentação dos brasileiros e necessita do fortalecimento de políticas públicas (PLANSAN, 2017). Assim, este Desafio tem como objetivo “promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica” (PLANSAN, 2018, p. 25), contendo 38 metas que envolvem o fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, transição agroecológica, mulheres, juventude, sementes e mudanças climáticas. Importante destacar que este Desafio foi o que mais sofreu alteração na revisão do Plano: duas metas foram excluídas, pois foram retiradas do Plano Plurianual (PPA 2016-2019), e nove metas foram modificadas devido os cortes orçamentários (PLANSAN, 2018).

No Desafio 4, que pretende “promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável” (PLANSAN, 2018, p. 34), podemos encontrar 32 metas relacionadas

a compras públicas, abastecimento, legislação sanitária, economia solidárias, perdas e desperdícios de alimentos, equipamentos públicos de SAN e agricultura urbana (PLANSAN, 2018). Afinal, os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis são aqueles que promovem a sustentabilidade desde a produção, até a comercialização, o abastecimento e o consumo. Dentro da questão da comercialização, por exemplo, tem-se os programas de compras públicas da agricultura familiar, como o PAA e a compra de 30% dos recursos da PNAE da agricultura familiar (PLANSAN, 2017), já destacados neste trabalho.

O Desafio 5 tem a pretensão de “promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias” (PLANSAN, 2018, p. 40), diante de 35 metas referentes à promoção da alimentação saudável, promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, ações regulatórias e controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e a exposição ao uso de agrotóxicos (PLANSAN, 2018). Apenas a convergência de políticas através de um conjunto de ações é eficiente para a complexidade do combate à insegurança alimentar e nutricional. O governo federal tem a responsabilidade de garantir uma alimentação adequada à população, dito isso, o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável objetiva o chamamento aos governos, ao setor privado e à sociedade para a defesa da SAN. A Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) visa a redução nos teores de sódio dos alimentos processados, o Guia Alimentar para a População Brasileira apoia e incentiva práticas alimentares saudáveis e a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil busca colaborar nos hábitos alimentares saudáveis desde a infância (PLANSAN, 2017).

O Desafio 6 objetiva “controlar e prevenir os agravos decorrentes da má alimentação” (PLANSAN, 2018, p. 48), visto que a alimentação inadequada é um grande fator de risco para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), que representam mais de 70% das causas de morte no Brasil. Esse cenário deve ser combatido por meio de ações intersetoriais do governo e participação social, como a “Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade”, construída pela CAISAN, e outras ações de prevenção e controle

da desnutrição e monitoramento das políticas de fortificação de alimentos (PLANSAN, 2017), e para isso, este Desafio possui 8 metas. (PLANSAN, 2018).

Com o objetivo de “ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural” (PLANSAN, 2018, p. 49), o Desafio 7 possui 15 metas que correspondem a temas como água para o consumo humano, água para a produção de alimentos, recursos hídricos e saneamento básico rural (PLANSAN, 2018). Em razão das mudanças climáticas, as crises relacionadas à seca, enchentes e falta de água tem se acentuado, por isso, devemos optar pelo uso sustentável da terra, das beiras de nascentes e rios e das florestas (PLANSAN, 2017).

No Desafio 8 encontramos o objetivo de “consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social” (PLANSAN, 2018, p. 52). Possui 20 metas referentes a intersetorialidade das relações federativas, participação social, gestão e financiamento do sistema, formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada) e exigibilidade e monitoramento do DHAA (PLANSAN, 2018), a fim de fortalecer os componentes do SISAN, como Conseas, CAISANS e PLANOS, e estimular a adesão dos municípios (PLANSAN, 2017).

Por fim, o Desafio 9 pretende apoiar as “iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do Direito Humano à Alimentação Adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional” (PLANSAN, 2018, p. 57), através de 13 metas sobre governança global, cooperação internacional e participação da sociedade civil (PLANSAN, 2018).

É importante ressaltar que, por conta do descaso dos últimos governos para com as expressões da questão social, como a fome por exemplo, a 6º CNSAN (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) será realizada seis anos após a 5º CNSAN, do dia 11 ao dia 14 de dezembro de 2023. Como afirmou a Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Elisabetta Recine (2023) no Caderno de Orientações da 6º CNSAN,

a ampla diversidade e representatividade que o processo conferencial nos proporciona, a avaliação dos processos de implementação de políticas e programas e as propostas advindas dos diferentes saberes e práticas irão compor o conjunto de medidas que iremos entregar ao Governo Federal para a elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, com a finalidade de concretizar a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurada no Direito Humano à Alimentação Adequada, segue o lema da 6ª CNSAN: “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade” (Recine, 2023, p. 4).

Capítulo 3 - “Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los.”⁴

(...) Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo.

Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar (Jesus, 2018, p. 22).

3.1 Carolina mãe

Nesse momento da pesquisa, iremos refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mães solo e, por isso, iniciaremos o capítulo com a história de Carolina Maria de Jesus, na favela do Canindé, em São Paulo, onde teve seus três filhos. O foco de nosso trabalho é levar o leitor para além do conhecimento teórico, queremos apresentá-lo à realidade de forma poética e sensível, através de uma mulher que viveu na pele todas as questões trabalhadas aqui. Retomaremos o momento da vida da escritora em que ela acaba de ganhar um terreno na favela, grávida de seu segundo filho, visto que a primeira bebê nasceu morta, em 1945.

Os terrenos cedidos às famílias na favela do Canindé mau poderiam abrigá-las: tinham seis metros de frente com doze de fundo, não havia esgoto encanado nem água, que era tirada direto do rio Tietê, e também não tiveram ajuda financeira nem material para a construção das casas. Ela estava grávida e logo no final de 1948, foi para o Canindé, que por feitiço do novo prefeito da cidade, já contava com a instalação de uma caixa d'água (Farias, 2018).

Fui feliz. Ganhei. No início eu fui morar com o casal que bebia. Todos utensílios cheiravam álcool. Eu trabalhava numa pensão. Quando eu chegava em casa estava exausta, dormia, enquanto eu dormia eles vasculharam meus bolsos. De manhã, eu não tinha dinheiro para condução (Farias, 2018, p. 154).

⁴ Jesus, 2018, p. 189.

Começa então sua saga para a construção de seu próprio barraco, sozinha e prestes a ter seu filho João José, que não foi reconhecido pelo pai. Sem dinheiro para comprar os materiais necessários, descobriu a construção da igreja de Nossa Senhora do Brasil, a qual pediu as sobras das madeiras ao padre e conseguiu. Eram dez quilômetros que Carolina, grávida, andava a pé carregando as madeiras na cabeça (Farias, 2018):

Todas as noites eu dava duas viagens. Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Três dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Dêitava às duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não conseguia dormir. Eu mesma fiz meu barracãozinho. 1 metro e meio por um metro e meio. Aquê tempo eu tinha tanto medo de sapo. Quando via um sapo gritava pedia socorro. Quando fiz o meu barracão era um Domingo. Tinha tantos homens e nenhum auxiliou-me sobrou uma tabua de quarenta centímetros de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dormia (Farias, 2018).

No dia em que ela começou a sentir as dores do parto, Carolina chamou dona Adélia, uma amiga que gostava e com quem dividia sua comida, mas esta recusou ajudá-la. Passou o dia gemendo em seu barraco e ninguém se dispunha, até que a senhora Marina chamou a Assistência Municipal, um tipo de ambulância, que finalmente a levou ao Hospital das Clínicas, onde já estava em acompanhamento. Ela passou vinte dias internada devido aos seus problemas de saúde, mas voltou à favela com a face corada, alimentada e feliz com seu filho no colo (Farias, 2018).

A criação do menino foi uma luta constante: havia dias em que ela até se arriscava a deixá-lo sozinho no barraco para ir catar papel ou objetos pelas ruas e vender no depósito, pois não tinha emprego fixo, dinheiro e muito menos o que comer (Farias, 2018). Aqui fica evidente que a desigualdade social e a pobreza são interdependentes e proporcionam a fome (Souza, 2008 apud Aguiar; Padrão, 2022). Ter acesso permanente aos alimentos é tudo que Carolina não vivia nesse momento mas, segundo a ONU (1966), o acesso permanente aos alimentos é fundamental para a manutenção da vida de todas as pessoas, de forma que se alimentar com alimentos de qualidade regularmente é um pressuposto para a concretização de diversos outros direitos (Aguiar; Padrão, 2022). Segue uma frase de Carolina encontrada em seu livro: “Já faz tanto tempo que estou no mundo que eu estou enjoando de

viver. Também, com a fome que eu passo, quem é que pode viver contente?” (Jesus, 2018, p. 125).

Assim, ela percebeu que seu sustento viria das ruas, mas eram difíceis os dias chuvosos ou quando sua coleta era vendida de forma subavaliada, ela precisava sempre ficar de olho para não ser enganada na pesagem dos materiais recolhidos, principalmente por ser uma mulher. Por essas razões, Carolina decidiu procurar um trabalho fixo que a aceitasse na companhia de seu filho pequeno, foi direto na rádio Piratininga e conseguiu, mas permaneceu por apenas oito dias. “Fui despedida. Achavam que eu e o menino dava prejuízo” (Jesus, 2014, p. 50 apud Farias, 2018, p. 159). Na verdade, ela também estava bem avançada na gestação de seu terceiro filho, José Carlos, fruto de um relacionamento com um espanhol (Farias, 2018).

Antes da criança nascer, Carolina pediu ajuda ao José Carlos Garcia, pai do menino, para construir um novo barraco, pois além daquele não caber outra pessoa, sempre que chovia encharcava de água por ter sido construído direto no chão. O linguiçeiro, apelido dado ao espanhol por vender linguiça e sempre lhe dar muita linguiça em troca de “atenção”, disse que não podia ajudar e acabou prometendo vinte cruzeiros semanais à Carolina Maria. Ele sabia que era pouco, mas ironizava dizendo que ela ganhava mais dinheiro do que ele (Farias, 2018).

Carolina não via futuro com o linguiçeiro, decidiu levantar seu barraco sozinha, grávida de José Carlos. Passou a sair mais cedo para catar papel, trocou o vendedor e percebeu que poderia dobrar seu ganho com a mesma quantidade que levava no outro depósito. Agora ganhava cerca de 45 cruzeiros por dia e, de pouco em pouco, foi comprando os materiais e pagando dois conhecidos para construir (Farias, 2018).

O barraco é assim: feito de tábuas, coberto de lata, papelão e tábuas também. Tem dois cômodos, não muito cômodos. Um é sala-quarto-cozinha, nove metros quadrados, se muito for; e um quarto quartinho, bem menor, com um lugar para uma cama justinha lá dentro (Dantas, 1960 apud Farias, 2018, p. 166).

Na favela era conhecida como a negra metida e de nariz em pé. Carolina dizia por aí que reprovava os que bebiam e repetia: “O meu estomago é fidalgo não vou deturpá-lo com tóxicos”, expressão que ressaltava a visão de

soberba sobre ela dos moradores da favela, em sua maioria analfabetos. Era um lugar cheio de confusões, fofocas, brigas e desentendimentos, na medida em que sempre era despertada durante a noite com gritos de socorro feminino. Chegou até a tentar aconselhar e conversar, mas logo viu que não dava resultados e deixou de se envolver (Farias, 2018).

Com um filho chegando, sem emprego ou alguém para apoiá-la, a situação de Carolina foi piorando (Farias, 2018). Podemos relacionar a realidade da escritora com o termo “Solidão da Mulher Negra”, que tem origem na infância, diante de uma família desestruturada pelo machismo e racismo, perpassa a adolescência, na construção de uma imagem “aceitável”, e atinge a vida adulta nas relações amorosas, na vida profissional, e entre tantos outros aspectos (Gregório, 2017 apud Barrozo, Hunziker, Mizael, 2021).

Ao se tratar das relações amorosas, a combinação do machismo com o racismo cria uma imagem da mulher negra como uma “mulata fogosa”, sendo vista como um objeto sexual passível de desejos sexuais, mas não de carinho e amor (Bueno, 2020; Collins, 2000; Davis, 1981/1983; Nascimento, 2016 apud Barrozo, Hunziker, Mizael, 2021). Assim, a mulher negra não coincide com a imagem ideal de mulher para se ter um relacionamento sério e duradouro, o que pode explicar a sua solidão (Pacheco, 2013; Souza, 2008 apud Barrozo, Hunziker, Mizael, 2021).

Carolina fazia o tratamento pré-natal no Hospital das Clínicas e não tinha dinheiro para as passagens, então se submetia a longas caminhadas. A gravidez estava difícil e lhe trazia tonturas, muitas vezes ela acabava caindo inconsciente nas ruas durante o caminho e a confundiam com uma bêbada, “negra nova podia e pode trabalhar mas prefere embriagar-se - diziam dela, enquanto ela gemia de dores estiradas numa calçada” (Farias, 2018, p. 168). Mas o que Carolina Maria de Jesus tinha era um possível problema de anemia e fome (Farias, 2018).

José Carlos de Jesus nasceu no dia seis de agosto de 1950. O pai da criança apareceu dois dias depois, disse que parecia com ele e deu à mãe cinquenta cruzeiros para as despesas. Pediu para que Carolina registrasse o menino apenas no nome dela, que seria melhor para os dois. Angustiada, ela não soube o que dizer e muito menos o que fazer, cinquenta cruzeiros não

seriam o suficiente para comprar leite em pó, açúcar, talco e todas as outras coisas necessárias. Dez dias depois do parto, colocou uma cinta e decidiu sair para catar papel, adquirindo o hábito de andar depressa, já que a princípio deixava as crianças sozinhas no barraco (Farias, 2018).

Vinha pensando no menino. Meus seios dôia de tanto lêite. Chegava abulia-me, e dava de mamar o menino. Arranjei uma mocinha para olhar o menino até eu voltar. E passei a trabalhar mais sossegada. Todos os dias eu lhe dava dinheiro. Ela comprava álcool. Mas o menino ela olhava bem. Minha vida piorou porque todos os dias eu lhe dava dinheiro e não guardava um centavo. Mas mesmo assim, eu ia tolerando porque ela trocava o menino e lhe dava mamadeiras na hora certa. O espanhol me dava apenas níquel e linguiça. Um dia, eu exaltei. Eu não fiz promessa de comer linguiça todos os dias. Eu preciso de dinheiro para alimentar o seu filho. Percebi que não adiantava insistir (Jesus, 2014, p. 60 apud Farias, 2018, p. 161).

Três anos depois, no dia 15 de julho de 1953, nasceu Vera Eunice, filha caçula de Carolina Maria de Jesus, fruto da sua relação com José Antônio Montes Vicentex (Farias, 2018).

Não apareceu uma mulher para auxiliar-me carregar uma lata d'água, ou lavar minhas roupas. Foi o dia que passei uma sede horrível não podia levantar para tomar água. Meus filhos ficaram sujos, e toda hora vinham na minha cama pedir pão. Eu tinha uns pedaços de pão duro que eu havia catado no lixo, descascava os pães, e dava para ele comer. O pai de minha filha apareceu, mas não me deu um tostão. Disse que estava residindo no Rio de Janeiro, para eu não procurá-lo (Jesus, 2014, p. 70 apud Farias, 2018, p. 175).

Logo ela que ajudava tantas mães gestantes na favela, na sua vez não apareceu ninguém, então no dia seguinte ela já estava lavando roupa. Algumas a chamavam de louca e outras de “mulher forte”, termo que romantiza a situação de sobrecarga de mãe solo que logo será discutido neste trabalho, mas na verdade Carolina quase não podia andar e se cansava fácil, a fome a obrigou a se levantar e, por isso, três dias depois já estava nas ruas catando papel. Ela tinha vontade de chorar e até mesmo de morrer, porém tinha três crianças para alimentar e dizia que “lágrimas não soluciona as dificuldades” (Farias, 2018).

3.2 Feminismo, racismo e a maternidade solo

“Hoje é o aniversário da minha filha. Vera Eunice. Eu não posso fazer uma festinha porque isto é o mesmo que querer agarrar o sol com as mãos. Hoje não vai ter almoço. Só jantar” (Jesus, 2018, p. 93).

Carolina Maria de Jesus viveu a condição de mãe solo de três crianças, João José, José Carlos e Vera Eunice, sem a presença e o apoio do pai de nenhuma delas, estando ainda no maior nível de opressão por ser uma mulher preta da favela.

Dentro disso, Lélia Gonzales (2020) afirma que o racismo é um discurso de exclusão que tem sido perpetuado e reinterpretado, “uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial” (Gonzalez, 2020, p. 55). É também uma grande força que separa as mulheres brancas das mulheres pretas. De acordo com Bell Hooks (2020), precisamos assumir a responsabilidade de estabelecer uma revolução feminista antirracista e anticlassista, características essenciais para afastar as mulheres dos princípios materialistas patriarcais e firmar a sororidade como ligação política entre as mulheres.

Nego-me a habituar com o fato de que há um grupo imenso de pessoas que não conseguem ver uma mãe envolvida em qualquer atividade, seja ou não de lazer, sem a companhia constante dos/as filhos/as. E se forem mães pretas, mais incomodadas ainda as pessoas demonstram ficar porque entendem que mulheres pretas têm sempre afazeres domésticos na sua casa ou na casa de alguém para cuidar. Reflexos de um racismo secular! (Passos, 2022, p. 5).

“Não se pode falar sobre direitos das mulheres até incluirmos todas as mulheres. Quando você nega direitos a uma mulher, você nega a todas” (Bolden apud Hooks, 2022, p. 236).

No Brasil, as mulheres negras ainda carregam uma tripla discriminação caracterizada pelo racismo e pelo sexismo, que as colocam no maior nível de opressão. Elas ainda sofrem com a velha ideia racista de que as mulheres pretas servem para cozinhar e apenas as brancas servem para casar (Gonzalez, 2020), em vista de que o homem negro que ascende socialmente em geral se casa com uma mulher branca, e o casamento do homem branco

com a mulher negra é proporcionalmente mais raro (Oliveira; Porcaro; Costa, 1980 apud Gonzalez, 2020).

A grande maioria das mulheres negras brasileiras estão inseridas nos trabalhos mais vulneráveis do mercado, como empregos domésticos, autônomos e sem carteira assinada (Carneiro, 2011), e muitas vezes elas são o único sustento de suas famílias (Collins, 2019, p. 149).

De acordo com Bell Hooks (2022), em comparação com a mulher branca, a mulher negra tem uma tendência maior de estar solteira, possuir mais filhos, ter um menor salário e mais responsabilidade econômica para com sua família, assim como viveu Carolina Maria de Jesus:

Eu tenho muito serviço. Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. Por isso não amei ninguém. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los (Jesus, 2018, p. 189).

A sociedade brasileira carrega marcas machistas e patriarcais, além de uma forte influência da Igreja Católica, que aceitava apenas o casamento como forma de constituição de uma família, não podendo desfazê-lo, senão com a morte. As mulheres eram subordinadas ao marido quando casadas, ou aos irmãos e ao pai quando solteiras, tendo seus direitos civis, sexuais e reprodutivos reduzidos. O termo utilizado para se tratar das mães solo até pouco tempo atrás era “mãe solteira”, visto que o fator essencial para uma mulher se tornar mãe era a conjugalidade, desconsiderando o fato de que a maternidade é feita através dos próprios filhos, e não do estado civil da mulher (Borges, 2020).

A emancipação feminina percorreu algumas alterações legislativas que citaremos a seguir, como por exemplo o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962), que tirou a obrigatoriedade do acréscimo do sobrenome do marido, possibilitou a contribuição da mulher nas decisões do casal, dos filhos e da família, autorizou a mulher a exercer a profissão que quisesse e permitiu que a mãe que adquirisse novas núpcias não perdesse o poder familiar dos filhos (as) da relação anterior (Brasil, 2019 apud Borges, 2020).

A Emenda Constitucional do Divórcio (EC 9/77) e a Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), tornaram possível o rompimento do vínculo

matrimonial. A Constituição Federal de 1988 passou a reconhecer como família as famílias monoparentais e as uniões estáveis, além de estabelecer igualdade entre homens e mulheres e vedar as diferenças salariais em relação ao gênero, raça, idade ou estado civil. A partir do artigo 21 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), é assegurado que o poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe em condições de igualdade e, por fim, o Código Civil de 2002 reconhece novos arranjos familiares, chamado pluralidade familiar, a partir de princípios como afetividade, dignidade da pessoa humana, igualdade entre os filhos, solidariedade familiar e igualdade entre os cônjuges (Borges, 2020).

Para além do que é assegurado pela Lei, ainda existe uma grande projeção de mãe exemplar no imaginário popular que oprime, padroniza e pode até adoecer, provocando uma grande decepção entre filhos e filhas que não desfrutam de uma “mãe perfeita”, e até de mulheres que não alcançam o insuperável irreal (Passos, 2022). Os julgamentos vêm de todos os lados, se amamenta, o bebê ficará manhoso, se não amamenta, ele ficará doente, se coloca na creche, é muito cedo, se não coloca, não vai socializar, e assim se segue. Ser mãe é visto pela sociedade como uma obrigação da mulher dentro de um roteiro de felicidade pré-estabelecido, um ato de amor romantizado que ignora toda a solidão, o cansaço, o trabalho, a perda de trabalho, a angústia e as incertezas que existem na maternidade real (D’ávila, 2019).

É preciso repensar e rediscutir o papel do homem e da mulher dentro da maternidade, “porque pra cada homem poderoso com filhos ausentes existe uma mulher trancada em casa depois do expediente” (D’ávila, 2019, p. 115). Essa cultura existente no Brasil faz as mães serem as maiores responsáveis pelos cuidados dos filhos. Elas cuidam, e cuidar é muito mais do que afeto, é superar toda ausência de políticas públicas, é ter toda a responsabilidade da comunidade e do Estado, é ir atrás de creches, de consultas médicas, levar na creche, acompanhar as consultas, e principalmente, é trabalhar antes e depois do trabalho (D’ávila, 2019).

“Trabalhar como se não tivesse filhos, ser mãe como se não trabalhasse fora” (Lizaukas, 2019 apud Borges, 2020). Uma pesquisa de 2017 da Primeiríssima Infância - Creche, relatou que 89% das crianças de até 3 anos

são cuidadas pelas mães (Martins, 2019 apud Borges, 2020). Além do mais, segundo a PNAD (2018), mulheres que trabalham fora de casa dedicam cerca de 18,1 horas semanais de cuidados com os filhos e idosos e tarefas da casa, enquanto homens desempregados ou inativos gastam cerca de 12 horas semanais nas mesmas atividades (Borges, 2020).

Ambas as pesquisas supracitadas revelam a sobrecarga feminina no trabalho de cuidado, ligado diretamente à capacidade de ser boa mãe, segundo os entendimentos da sociedade. E como disse Angela Davis (2016), “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (Borges, 2020, p. 9).

Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no início da pandemia, a parcela de mulheres trabalhando que possuem filhos de até 10 anos caiu 7,8 pontos (G1, 2020), dado que projeta o excesso de trabalho de cuidado das mulheres que são mães durante o isolamento social, visto que as escolas foram suspensas e elas passaram a dedicar tempo integral de cuidado com as crianças (Hecksher, 2021 apud Fonseca; Sutto, 2021).

Enquanto as mães solo vêm sofrendo historicamente diversos preconceitos e acúmulos de tantas funções, o abandono paterno é naturalizado, sendo popularmente utilizadas expressões como “mãe guerreira” e “pães” - sendo esta a junção de “mãe e pai” - para revelar o pai ausente e a sobrecarga das mães solo. Segundo uma pesquisa do IBGE (2017), em 2005 o número de mães solo chegava a 10,5 milhões, já em 2015 esse número subiu para 1,1 milhões (Velasco, 2019 apud Borges, 2020), revelando o aumento das mulheres com filhos que não se encontram em uma relação conjugal. O Censo Escolar de 2011, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelou que 5.494.267 milhões de crianças não possuem o nome do pai em seus registros (Borges, 2020).

Os pais que não convivem sob o mesmo teto dos filhos possuem uma dívida para com eles chamada pensão alimentícia (PA) (Cahali, 2005 apud Almeida, 2011), que é uma das obrigações fundamentais para satisfazer as necessidades das crianças, como alimentação, saúde, educação e moradia (Leite, 2003 apud Almeida, 2011). O projeto de Lei 420/2022 prevê que a PA

será de, no mínimo, 30% do salário mínimo vigente (Brasil, 2022), porém há muitas dificuldades para cumprir esse pagamento, como o desemprego e a informalidade do mercado, que ressaltam o individualismo de garantir sua própria sobrevivência antes de pensar nos filhos. Isso traz uma grande instabilidade financeira para os pais e mães (Almeida, 2011), acentuando a vulnerabilidade econômica e consequentemente a insegurança alimentar em lares de mães solo.

É importante lembrar que o modelo neoliberal vivenciado hoje no Brasil intensifica o individualismo. Aprendemos a não dar espaço para o problema do outro e a pensar somente em nossas questões, negando a empatia e a visão do coletivo. Essa ação nos afasta da luta e da resistência perante as indignações políticas e sociais, afinal, o “problema do outro não me pertence”.

Por outro lado, a obrigação parental não se resume ao fornecimento de alimentos e à contribuição material,

Há um leque de encargos que não se mensuram monetariamente. Mas nenhuma consequência é imposta a quem descumpra os deveres inerentes ao poder familiar. Separado o casal, o pai, na maioria dos casos, nem ao menos divide os deveres de criação e educação do filho, pois raramente reconhece sua responsabilidade de acompanhar o seu desenvolvimento. De forma frequente, não exerce sequer a obrigação de visitas. Os danos afetivos que decorrem dessa omissão não estão previstos como indenizáveis, mas a justiça vem, ainda que timidamente, impondo o pagamento (Dias, pág.160, 2016 apud Borges, 2020).

O Superior Tribunal de Justiça, em 2012, reconheceu o cuidado como valor jurídico implícito no art. 227 da Constituição Federal (Borges, 2020), sendo que esta afirma ser

dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Assim, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios afirma que não tem como obrigar um pai a amar um filho, mas que lhe é assegurado o direito de ser cuidado, sendo possível os pais ou responsáveis que negligenciar ou omitirem tal dever, responderem judicialmente por ter causado danos morais a seus próprios filhos. Em uma decisão específica de um pai que foi condenado por indenizar a filha, o desembargador do TJDFT afirmou que "Amar é uma possibilidade; cuidar é uma obrigação civil" (TJDFT, 2019).

Quando a gente mudar a nossa cultura vai achar estranho o pai que nunca está com seus filhos. Alguém está. Esse alguém é a mãe. Isso tem relação com mulheres não ocuparem espaço público. É fácil, fácil pra um homem. Quando desfila com o filho, vira mito (D'ávila, 2019, p. 168).

Essa cultura tem nome: machismo, causador da diferença salarial entre homens e mulheres que exercem o mesmo cargo, o culpado do desemprego após parir, da ideia de que as mulheres são menos livres, menos donas de si e responsáveis pelas violências sofridas (D'ávila, 2019).

Ainda nos dias de hoje, as mulheres recebem, em média, 30% a menos que os salários dos homens, exercendo a mesma função (Nery, 2023). Em relação a desigualdade salarial entre brancos e pretos, segundo o IBGE, em 2021 uma pessoa branca recebeu uma renda 75,7% maior que de uma pessoa negra, que também é mais afetada pelo desemprego, visto que a taxa de desocupação de brancos foi de 11,3% contra 16,5% entre as pessoas pretas (Agência Brasil, 2022).

Dito isso, podemos refletir que o capitalismo ainda valoriza mais os homens brancos frente as mulheres e as pessoas pretas, que são facilmente descartadas e rebaixadas. Já dizia Carolina Maria de Jesus (2018, p. 70), "enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações."

Em relação ao feminismo, não podemos resumi-lo ao combate à violência dos homens contra as mulheres, isso oculta a realidade, por exemplo, se um homem diz que belisca a mulher para controlar seus comportamentos, essa atitude imediatamente é percebida como comportamento abusivo, no entanto, se uma criança é ferida, essa dominação masculina é imediatamente

desculpada. A violência patriarcal está conectada com todas as formas de violência: violência de homens contra mulheres, violência de adultos contra crianças, violência racial, violência de homens contra o planeta, guerras, etc, sendo necessária a união entre homens e mulheres para o fim do uso da violência (Hooks, 2020), pois “em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social” (Hooks, 2020, p. 99).

A maior consequência da violência patriarcal para as crianças é a desvalorização das mães solo pela sociedade, construindo inseguranças emocionais para as crianças que não pertencem a uma família patriarcal constituída por mãe e pai. Ainda por cima, muitas mães solo frequentemente se sentem culpadas pela ausência do pai e acabam levando fortes valores sexistas às crianças, principalmente aos garotos. Independente da constituição familiar, crianças precisam ser educadas em um ambiente de amor, ausente da dominação e da violência, seja de homens ou de mulheres, para crescerem seguras e livres. O feminismo também luta pela família e nos traz a base necessária para consolidar os laços de amor, é uma política sábia e amorosa que luta contra toda a forma de dominação e violência (Hooks, 2020).

Como Carolina Maria de Jesus (2018, p. 38) dizia, “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais”.

A pobreza é o principal determinante da insegurança alimentar, fome e desnutrição (Maluf; Menezes, s.d.), e segundo o IBGE (2021), 63% das casas chefiadas por mulheres estão abaixo da linha da pobreza, sem contar que as mulheres ganham 20,5% menos que os homens no país (PNAD, 2021 apud Alvarenga, 2022), apesar da vedação de diferença salarial (Borges, 2020).

Além disso, a mulher que é mãe sofre também preconceitos para conseguir emprego: 45,4% das mães com crianças de até três anos estão desempregadas, número que aumenta para 50,3% na maternidade negra (IBGE, 2021 apud Souza, 2021). Haja vista, são as mulheres pretas que recebem a menor remuneração, de forma que a PNAD revelou que elas ganham em média 46% do salário de homens brancos (Belloni, 2019 apud Borges, 2020).

Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), metade das mulheres ficam desempregadas em até um ano depois do início da licença maternidade, seja por demissão ou por escolha. Diante do alto índice de desemprego, muitas mães se tornam empreendedoras, não pelo sonho de obter uma empresa, mas pela necessidade de inserção no mercado, como apontou a pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), de 2016, sendo importante acentuar a “romantização” do empreendedorismo materno (Borges, 2020).

Podemos perceber que a maternidade ainda é um entrave na inserção das mulheres no mercado de trabalho e em sua própria subsistência, tendo em vista que elas parecem precisar escolher entre a maternidade e a realização profissional, como se não fosse possível desfrutar de ambas as opções (Borges, 2020).

No dia 8 de março de 2022, o Senado aprovou o Projeto de Lei 3717/21, que assegura por 20 anos direitos específicos às mães solo, como atendimentos prioritários, cotas mínimas e subsídios (Pincer, 2022).

Também no dia 8 de março, mas agora de 2023, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 1.085/2023, que dispõe sobre o reforço da igualdade salarial entre homens e mulheres, de forma que, como já foi dito, a Constituição Federal de 1988 já vedava a diferença salarial entre homens e mulheres. Porém, o novo Projeto de Lei apresentado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, garantirá a igualdade salarial por meio de diversas medidas, como aumento da fiscalização, mecanismos de transparência salarial e remuneratória, criação de canais específicos para denúncias de discriminação salarial, promoção de programas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho, fomento à capacitação e à formação de mulheres para ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens e publicação semestral de relatórios de transparência salarial pelas empresas com 100 (cem) ou mais empregados (Brasil, 2023).

Para além disso, o Governo precisa também desenvolver políticas públicas voltadas à erradicação da insegurança alimentar e nutricional em lares

de mães solo, para evitar a triste realidade que Carolina Maria de Jesus enfrentou durante sua vida.

“Fiz café para João e o José Carlos, que hoje completa 10 anos. E eu apenas posso dar-lhe os parabens, porque hoje nem sei se vamos comer” (Jesus, 2018, p. 106).

3.3 Os CRAS de Franca no combate à insegurança alimentar em lares de mães solo

“...Eu disse para os filhos que hoje nós não vamos comer. Eles ficaram tristes” (Jesus, 2018, p. 186).

Neste trabalho já foi possível refletir que a fome tem gênero, cor e classe social. Afinal, o 2º Inquérito Nacional da Rede PENSSAN (2022) afirma que, desde o 1º Inquérito, em 2020, a fome cresceu de 11,2% para 19,3% nos lares comandados por mulheres, sendo que, nos lares comandados por homens, a fome foi de 7,0% para 11,9%, devido, principalmente, a desigualdade salarial entre os gêneros. Além disso, em pouco mais de um ano, a fome dobrou em lares com crianças menores de 10 anos: foi de 9,4% para 18,1%, e na presença de três ou mais moradores com até 18 anos, a fome chegou a 25,7% dos lares. Por isso a importância de olharmos para a questão das mães solo em situação de vulnerabilidade econômica, que além de serem mulheres comandando o lar, possuem filhos, situação esta que se agrava quando são mulheres pretas, visto que a fome cresceu de 10,4% para 18,1% nos lares comandados por pessoas pretas (Rede PENSSAN, 2022).

Como já foi dito anteriormente, apesar dos inúmeros contatos com a Prefeitura de Franca através da Secretaria Municipal de Assistência Social, a autorização do acesso ao GESUAS (software para Gestão do Sistema Único de Assistência Social) e aos dados numéricos do município não foi concretizada. Por isso, foi com muita frustração que não foi possível trazer dados numéricos sobre a insegurança alimentar e sobre as mães solo do município. Isso reflete a falta de transparência que ainda perdura por parte do governo local, apesar da lei 12527 de 2011 que regula o acesso à informação.

As mulheres mães solo podem ser atendidas no CRAS, que é a porta de entrada da Política de Assistência Social, sendo esta composta por equipamentos públicos: os CRAS na Proteção Social Básica; os CREAS e os Centros POP na Proteção Social Especial.

A Proteção Social Especial é estruturada a partir da oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que possuem o objetivo de reconstruir vínculos familiares e comunitários, fortalecer as potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos diante do enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Dessa forma, a proteção especial é dividida em Média Complexidade e Alta Complexidade, contendo diversos serviços em cada um deles (Franca, 2023).

Na Proteção Social Básica se encontram os CRAS, um local público que oferece serviços de Assistência Social a fim de fortalecer a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2019). A cidade de Franca/SP possui cinco CRAS, que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social devido a pobreza, do precário acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou outras situações de risco social (Franca, 2023).

A principal ação ofertada pelo CRAS é o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), definido como

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade - que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (MDS, 2012).

A Política de Assistência Social trabalha na garantia de diversos direitos, através de benefícios eventuais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros.

Um dos benefícios oferecidos às famílias em situação de pobreza é o Renda Mínima, programa municipal de transferência de renda, no valor de R\$109,83 mensais, durante 24 meses, visando a auto-sustentação e melhoria na qualidade de vida (Franca, 2023). O Benefício de Prestação Continuada (BPC) está previsto no LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e garante um salário mínimo por mês à pessoa com deficiência ou ao idoso com mais de 65 anos que tenha a renda per capita menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (Brasil, 2023).

O Programa Bolsa Família, também ofertado pelo CRAS, foi retomado no atual Governo Lula como a maior iniciativa de combate à fome da história do país. É um programa federal de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, no qual todas recebem no mínimo R\$600, com um adicional de R\$150 por crianças de zero a 6 anos, e R\$50 para cada integrante da família com idade entre 7 e 18 anos incompletos e para gestantes (Brasil, 2023).

Os benefícios eventuais, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, possuem caráter suplementar e temporário e devem ser fornecidos às famílias em virtude do nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Através do fornecimento de uma parcela única no valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o auxílio natalidade tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de um membro da família e é destinado às famílias cuja renda mensal per capita seja de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (Franca, 2013).

A cidade de Franca optou pelo benefício eventual na modalidade Alimentação pelo cartão-alimentação. No Diário Oficial de Franca do dia 21 de setembro de 2021 é possível encontrar informações sobre o cartão-alimentação, que pode ser fornecido às famílias e indivíduos que apresentarem impossibilidade de arcar com sua subsistência, com o objetivo de apoiar e reconstruir a autonomia das famílias e indivíduos em uma situação de vulnerabilidade e risco social (Franca 2021), ou seja, possui caráter

eventual. Por outro lado, a fome é permanente e precisa ser saciada todos os dias, várias vezes por dia.

Os usuários do CRAS são atendidos por conta de sua situação de pobreza e, como já dissemos nesta pesquisa, a pobreza é o grande alarmante da fome. Os programas de transferência de renda não resolvem o problema da insegurança alimentar, visto que nem todos os benefícios são permanentes nem suficientes para suprir as necessidades de uma família toda. Por outro lado, eles avançam na luta pela segurança alimentar e nutricional e apoiam famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica. Afinal, já vimos aqui o elevado índice de desemprego do país e discutimos a questão da flexibilização das leis trabalhistas, que colocam o trabalhador em uma situação precária e de risco, além de todo o debate de classe, gênero e raça, que dificulta que determinadas esferas da sociedade consigam emprego.

Entre as 34.045 famílias cadastradas no Cadastro Único de Franca, 10.085 vivem com R\$109 per capita, ou seja, por pessoa, 3.270 famílias vivem entre R\$109 e R\$218 per capita, e 8.552 famílias se encontram em baixa renda (CECAD, 2023). Como consequência do alto índice de pobreza, Franca está no rancking das cidades com mais casos de trabalho infantil do Brasil: ela se encontra em 2º lugar, atrás somente de São Paulo (Taveira, 2021).

Tabela 1: Perfil de crianças e adolescentes ocupados no município de Franca.

Gênero	10 a 13 anos	14 a 15 anos	16 a 17 anos
Homens	321	1030	2563
Mulheres	326	535	1963
Total	647	1565	4526

Fonte: IBGE, 2017 (Franca, 2018).

O trabalho infantil é uma consequência da insegurança alimentar e da pobreza, visto que para suprir as necessidades da família, as crianças e os adolescentes precisam trabalhar. Aqui podemos ver como a vulnerabilidade

econômica e a insegurança alimentar e nutricional proporcionam diversas violências e risco aos direitos, inclusive de crianças e adolescentes, que ao exercerem o trabalho infantil, perdem seu direito à infância e à proteção.

De acordo com o CensoSuas (2009), o NOB/SUAS (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social) preconiza que a capacidade de atendimento do CRAS deve ser proporcional à população do município. Sendo assim, os municípios de porte médio, como Franca, devem ter um CRAS para cada território de 5 mil famílias, aproximadamente 20 mil habitantes. Ou seja, nessas condições, a cidade de Franca/SP deveria ter no mínimo 17 CRAS, todos com quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional do SUAS (Sistema Único de Assistência Social); além de quatro técnicos de nível médio em cada CRAS. No entanto, Franca conta com apenas 5 CRAS, um em cada região da cidade, sobrecarregando os profissionais e prejudicando o acesso dos usuários aos benefícios, programas e projetos, que dispõem de listas de espera.

Dito isso, analisamos que a ausência de programas e projetos destinados exclusivamente às mães solo nos CRAS se dá principalmente devido à sobrecarga dos profissionais.

Seria imprescindível o acompanhamento exclusivo dos (as) assistentes sociais com as mães solo, para, além de acompanhar a situação econômica da família, divulgar atividades culturais e esportivas em ambientes seguros para as crianças e adolescentes, a fim de ceder tempo de lazer, de trabalho e até tempo ócio para as mulheres mães solo. Além disso, seria de suma importância mobilizar grupos de mulheres que se encontram na situação de mãe solo, desenvolvendo oficinas de caráter crítico e reflexivo que fortaleça o apoio e a identificação entre elas.

Importante ressaltar que a cada dois anos acontecem as Conferências de Assistência Social, fundamentais para o controle social da Política de Assistência Social (CNAS, 2011). Em 2023 no município de Franca, ocorreu a XIII Conferência Municipal de Assistência Social nos dias 5 e 6 de julho. Uma importante deliberação deste espaço foi a alteração da Lei de Benefícios Eventuais e de Transferência de Renda, como podemos ler a seguir.

Lei de Benefícios Eventuais e de Transferência de Renda no que se refere a critérios de renda e tempo de moradia, substituindo-os por critérios relacionados a Circunstâncias pessoais, familiares, comunitárias e fatores socioeconômicos, como acesso à Educação, Saúde, Lazer, Moradia, Alimentação e Transporte, além de aumentar o valor do benefício eventual Cartão-Alimentação para meio salário-mínimo, associado ao fortalecimento da Política de Segurança Alimentar no Município (Franca, 2023, p. 2).

Para mais, foi deliberado ao município que este garanta orçamento para a implantação de novas unidades de CRAS e de CREAS e que aumente a quantidade de vagas e o valor do Programa de Transferência de Renda - Renda Mínima, alterando a legislação de forma que os critérios de renda e tempo de município seja substituído por critérios relacionados a circunstâncias pessoais, familiares, comunitárias e fatores socioeconômicos. Também foi deliberado a criação de Programas de Transferência de Renda, vinculados ao salário-mínimo para situações como trabalho infantil, população em situação de extrema pobreza, entre outros (Franca, 2023).

É indispensável lembrar ao leitor que ser deliberado não significa ser aceito pela Prefeitura local. Isso ainda precisa ser politizado junto da Prefeitura Municipal para que seja definitivo no município em questão, visto que essas deliberações foram feitas na discussão coletiva entre a população e os profissionais.

Dentro disso, a/o assistente social tem a função de “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (Brasil, 1993, p. 1 apud Jesus; Coelho; Martins, 2018, p. 198). Ela/ele deve atuar nas políticas públicas que garantam o direito à alimentação junto da realidade social em que se inserem as famílias em situação de insegurança alimentar, de forma que “a qualidade das políticas públicas passa pela nossa atuação enquanto operadores que ampliam os direitos da população” (Jesus; Coelho; Martins, 2018, p. 199).

Cabe a reflexão de que a fome é uma das expressões da questão social, consequência do capitalismo imposto à classe trabalhadora. Temos a capacidade de mediar a relação capital trabalho e levar aos usuários das políticas públicas a reflexão sobre as expressões da questão social e a importância das lutas sociais, de forma a defender a democracia e a

participação social. Juntos, o Serviço Social e a segurança alimentar e nutricional, questionam a desigualdade, a violência e o patriarcado, enquanto defendem a agroecologia diante do agronegócio e da indústria alimentar que priorizam o lucro acima da alimentação adequada (Jesus; Coelho; Martins, 2018). O compromisso da profissão com a luta pela superação da fome é essencial para justificar a importância da necessidade de um maior investimento do Estado nas políticas de assistência social, visando a erradicação da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional em todos os níveis.

“...Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei os filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo?” (Jesus, 2018, p. 174).

3.4 Fome em Franca

O município de Franca, localizado no Estado de São Paulo, conta com uma população de pouco mais de 355 mil habitantes (IBGE, 2021). A cidade é conhecida pela importância na fabricação de calçados masculinos, mas também se destaca pela forte produção de café no setor agropecuário. Além disso, Franca é a sede da Região Administrativa de Franca – a DRADS, que segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), é composta por 23 municípios que somados resultam em mais de 750 mil habitantes (Queiroz, 2022).

No início desta pesquisa trouxemos a juventude de Carolina Maria de Jesus, que teve um breve momento de dois ou três anos morando com a sua mãe na cidade de Franca. Foi aqui que as duas já chegaram a morar na rua e passar fome. Carolina é o nosso patrimônio de Franca, uma cidade que tem história, e a realidade de Carolina está mais perto do que nós imaginamos.

A cidade não possui nenhum indicador sobre a insegurança alimentar e nutricional da população, o que, além de dificultar as pesquisas, prejudica a criação de metas, objetivos e elaboração de políticas públicas de combate à fome.

Para chegar em uma estimativa da insegurança alimentar de Franca e considerando a realidade do salário mínimo do Brasil, soma-se o número de famílias cadastradas no Cadastro Único até julho de 2023 em situação de pobreza (12.486) e de baixa renda (8.342), chegando ao cálculo de 20.828 famílias.

Considerando que cada família tenha em média 4 pessoas, multiplica-se esse número por 4, resultando em um total de 83.312, número aproximado de pessoas em insegurança alimentar e nutricional no município de Franca/SP.

A partir do Tabulador do Cadastro Único, que possui referência de setembro de 2023, conseguimos cruzar algumas informações pertinentes à nossa pesquisa.

Tabela 2 - Tabulação para pessoa da faixa de renda familiar per capita por sexo de Franca/SP.

Faixa da renda familiar per capita	Masculino	Feminino	TOTAL
Pobreza 1 (até R\$109)	45,69%	54,31%	100%
Pobreza 2 (de R\$109 a R\$218)	44,13%	55,87%	100%
Baixa Renda	46,02%	53,98%	100%
Acima de ½ S.M.	44,70%	55,30%	100%
TOTAL	45,27%	54,73%	100%

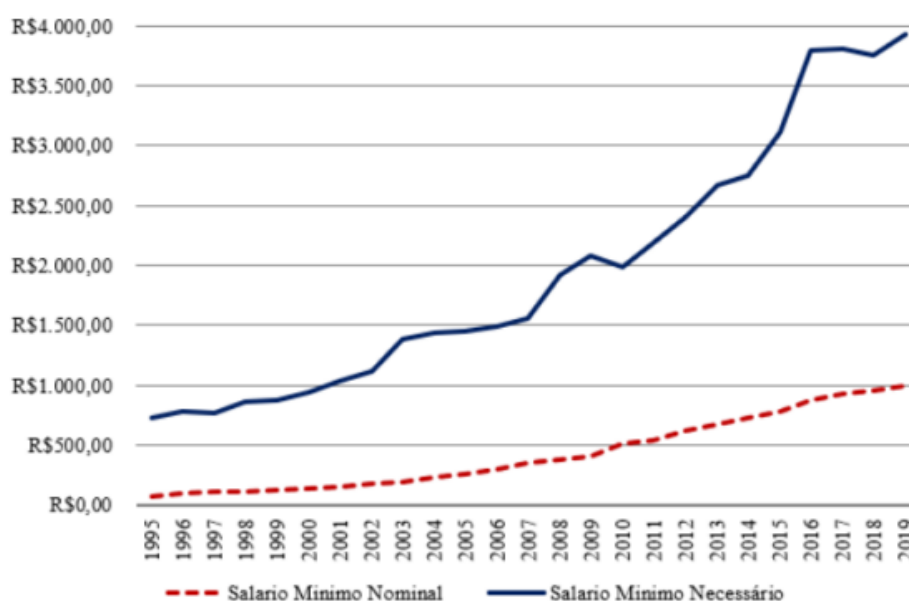
Fonte: CECAD, 2023

Feito a análise da tabela, percebe-se que dentre o total de pessoas cadastradas no Cadastro Único de Franca/SP até outubro de 2023 (82.929 pessoas), 54,73% são mulheres e 45,27% são homens, resultando em 100%. Diante das pessoas em situação de pobreza de até R\$109 per capita, 54,31% são mulheres, assim como 55,87% das pessoas em situação de pobreza com R\$109 a R\$218 per capita e 53,98% em situação de baixa renda (CECAD, 2023). Esses dados comprovam mais uma vez a necessidade do olhar à

situação econômica das mulheres mesmo em 2023, após tantas lutas e discussões sobre o feminismo.

Segundo a Agência IBGE Notícias (2022), o Banco Mundial considera a linha da pobreza equivalente a R\$486 mensais per capita, e a extrema pobreza correspondente a R\$168 mensais per capita. Dentro dessa realidade, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) considerou o cálculo da alimentação, moradia, vestuário, educação, higiene, transporte, lazer e previdência, direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, de uma família de quatro pessoas para fazer um levantamento do valor que deveria ser o salário mínimo. O resultado apontou que o salário mínimo precisaria ser R\$6.575,30, quase cinco vezes maior que o valor atual de R\$1.320, que mesmo após o aumento de apenas R\$18 no início de 2023 no Governo Lula, segue sendo um número muito inferior às necessidades das famílias brasileiras (Andes, 2023). Calcula-se que o atual salário mínimo é de apenas 20% do salário mínimo necessário para a sobrevivência plena das famílias brasileiras.

Gráfico 4: Relação entre o Salário Mínimo nominal (real) versus Salário Mínimo necessário - Mês de referência: Janeiro (anos de 1995 a 2019).



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 2019 (Ghiraldelli, 2019).

O gráfico acima é capaz de nos mostrar a diferença entre o valor que o salário mínimo deveria ser e o que ele é. Assim, conseguimos analisar visualmente a condição salarial precária do brasileiro, que intensifica a pobreza e o acesso a alimentos saudáveis.

A seguir, traremos informações sobre como Franca está se mobilizando para combater a fome e a insegurança alimentar na cidade, através de novas políticas públicas e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEA).

O COMSEA de Franca/SP, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social, iniciou suas discussões no município em 2018. Foi a partir de uma reunião com a CRSANS (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável) da região de Franca que a cidade foi incentivada a participar da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), sendo disponibilizados os documentos e as legislações necessárias (Franca, 2021).

Foi então que foram realizadas as atividades em relação a implantação do conselho e a efetivação das políticas de SAN. As diversas reuniões com as secretarias de saúde, educação, desenvolvimento e ação social foram essenciais para conhecer as ações que já estavam sendo desenvolvidas nesse setor (Franca, 2021).

No início de 2019, com a entrada do Ex Presidente da República, Jair Bolsonaro, o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi extinguido, reafirmando a pouca importância dada ao direito humano à segurança alimentar e nutricional pelo Governo Bolsonaro (Quirino, 2019), e assim, as atividades do COMSEA de Franca/SP foram suspensas. Em 2020 foi aberta uma petição para a implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Franca, e já em agosto de 2021 o COMSEA de Franca/SP tomou posse como um conselho consultivo, ou seja, tem o poder de mobilização e não de decisão.

A Lei nº 9.048, de 20 de julho de 2021, altera a nomenclatura do COMSEA, que antes era Conselho de Combate ao Desperdício e de Ação

Contra a Fome e a Miséria. Além disso, propõe sua regulamentação e dá providências, como podemos ver a seguir (Franca, 2021).

- I - Acompanhar e fiscalizar as ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;
- II - Propor as diretrizes da política e do plano municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável;
- III - Articular áreas do governo municipal e de organizações da sociedade civil para implementação de ações que visam promover a segurança alimentar e nutricional;
- IV - Propor ações emergenciais para atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e ações de educação alimentar e nutricional;
- V - Propor e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública;
- VI - Ampliar as condições de acesso a alimentos de qualidade;
- VII - Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
- VIII - Produzir conhecimento e acesso à informação;
- IX - Desenvolver atividades integradas com os Conselhos Estadual e Federal;
- X - Elaborar diagnóstico da situação de insegurança alimentar, a realização do monitoramento e a aferição dos resultados obtidos, mediante identificação e acompanhamento de indicadores;
- XI - Realizar, incentivar e apoiar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional sustentável;
- XII - Realizar, em um período não superior a 4 (quatro) anos, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;
- XIII - Elaborar seu regimento interno (Franca, 2021).

Sendo assim compreende-se que o COMSEA fica encarregado de toda a parte ideológica, teórica e legislativa no âmbito das políticas públicas de SAN. Ressalta-se também que o COMSEA tem posicionamento político, já que de acordo com a lei supracitada, é de competência do COMSEA propor as diretrizes e princípios das políticas e do plano de SAN da cidade de Franca. Sendo assim, o conselho acaba por ter uma participação política muito forte, e um posicionamento muito definido, partilhando as ideologias que contém os mesmos princípios.

Produzir o conhecimento e acesso à informação a respeito de SAN é um princípio que fortifica o posicionamento do COMSEA e traz ao conhecimento da população a importância das práticas de uma segurança alimentar. O COMSEA se apoia em importantes pilares e ideologias que tornam ele um importante agente na busca de uma alimentação mais saudável, acessível e garantida por lei.

A ocupação de conselheira suplente representando o Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional nos trouxe experiências importantes para a compreensão de que a sociedade civil, junto de representantes do governo, pode e deve recorrer aos conselhos para reivindicar seus direitos. É dever de todo cidadão se indignar frente à fome e à insegurança alimentar, mas mais do que isso, é necessário se levantar e lutar para que os direitos fundamentais da população não sejam violados.

Em 2021, através da Lei nº 9.118, foi reestruturado o Programa de Hortas Comunitárias no Município de Franca, criado pela Lei nº 6.138 de março de 2004, com os seguintes objetivos:

- I - promover a saúde, educação e conservação do meio ambiente;
 - II - manter terrenos públicos limpos e utilizados, criando espaços verdes;
 - III - incentivar a produção para o autoconsumo e melhoria nutricional;
 - IV - cultivar alimentos "in natura" sem o uso de agrotóxicos;
 - V - praticar a atividade de horticultura que, ao mesmo tempo melhora a qualidade do meio ambiente urbano e a qualidade de vida das pessoas envolvidas, contribuindo para a melhoria da saúde física e mental, eliminando o sedentarismo e o estresse;
 - VI - proporcionar terapia ocupacional;
 - VII - desenvolver programas sociais e de geração de renda.
- Parágrafo único. Para os fins desta Lei entende-se por Horta Comunitária toda atividade desempenhada com finalidade social, destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, árvores frutíferas e para floricultura e paisagismo no âmbito do município (Franca, 2021).

As hortas comunitárias são uma ótima alternativa para o combate à insegurança alimentar. Através delas, alimentos saudáveis e nutritivos são distribuídos para a população de forma a promover a SAN e a soberania alimentar, que garante a autonomia sobre as escolhas alimentares e as condições de produção.

A Lei nº 9.175, de maio de 2022, cria para o município de Franca/SP os componentes municipais do SISAN (Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional), reestrutura o Programa Banco de Alimentos e define parâmetros para a elaboração e implementação do Plano Municipal de SAN, levando em consideração as dimensões culturais, sociais, econômicas, ambientais e regionais do município. É importante destacar o artigo 12, que discorre sobre o

Programa Banco de Alimentos, criado pela Lei Municipal nº 5.944, de maio de 2003 (Franca, 2022).

1º O Programa Banco Municipal de Alimentos tem por objetivo combater a fome e a insegurança alimentar através da coleta de doações, seleção, processamento e distribuição de alimentos sólidos e líquidos, em boas condições para o consumo humano e que, por algum motivo, deixaram de ser comercializados.

2º A Secretaria Municipal de Ação Social, ou órgão que vier a sucedê-la, gerenciará o Programa Banco Municipal de Alimentos, que o executará de forma direta ou em parceria com organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

3º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COMSEA, alterado pela Lei nº 9048, de 20 de julho de 2021, no exercício de suas atribuições, acompanhará a execução do Programa disciplinado por esta Lei (Franca, 2022).

O Banco de Alimentos foi inaugurado no dia 17 de março de 2023, junto da Cozinhamento, um espaço equipado com orientações e cursos para o preparo de alimentos, com foco na alimentação saudável e nutritiva. Com isso, a cidade de Franca pode capacitar agentes multiplicadores de ações de segurança alimentar e nutricional sustentável (Franca, 2023).

Observa-se que nos CRAS de Franca a maioria das pessoas atendidas são mulheres, mães solo, em sua maioria negras e em sua maioria em situação de insegurança alimentar, podendo assim justificar na prática a importância dessa pesquisa.

Enquanto estagiária da Política de Assistência Social, atuando no CRAS Centro de Franca, tivemos uma maior aproximação com as situações de fome emergenciais, visto que muitas famílias chegam ao CRAS solicitando alimentos de imediato, de forma que o cartão alimentação, além da lista de espera, demora cerca de 15 dias para chegar.

O que fazer então com a próxima refeição de *hoje*? Os usuários não podem ir até o Banco de Alimentos, mas as instituições podem e devem recorrer ao Banco de Alimentos para conseguir alimentos para uma família que se encontra em situação de emergência.

Atualmente o Banco de Alimentos está distribuindo cestas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 0 a 17 anos, com prioridade nos de 0 a 13 anos, e nos serviços no domicílio. Se faz necessário aumentar a distribuição de alimentos, visto que a fome em Franca se estende a

todas as faixas etárias, e também passar a priorizar, junto das crianças e adolescentes, as mulheres mães solo em situação de pobreza, por possuírem maior tendência de se encontrarem em insegurança alimentar, conforme estudos anteriores elencados aqui que discutem essa situação.

Assim como ocorreu a XIII Conferência Municipal de Assistência Social, no mesmo mês, no dia 11 de julho de 2023, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Franca/SP, com o tema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade” (Franca, 2023, p. 4). Entre as propostas municipais referentes aos determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional, se encontram

01. Propor que o banco de alimentos tenha uma dinâmica sistemática de funcionamento de maneira a permitir a entrega regular de alimentos e execute um programa de cestas verdes, financiadas por um programa de aquisição de alimentos municipal.
02. Criar hortas comunitárias para todos os territórios do município.
03. Estabelecer uma sistemática de funcionamento regular da CAISAN com agenda permanente com o COMSEA
04. Sugerir que poder público municipal crie rubricas específicas na lei orçamentária para a execução da política de segurança alimentar e nutricional nas secretarias que compõem a CAISAN.
05. Contratar mais funcionários efetivos para a execução da política de SAN.
06. Implantar hortas, em todas as regiões em espaços públicos comunitários, bem como nas escolas municipais de ensino, creches, UBS, com a respectiva alimentação, serviços de convivências e instituições parceiras, com os produtos destinados à população atendida pela instituição, garantida a participação da população integrando os conhecimentos tradicionais (Franca, 2023, p. 5).

Diante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e políticas públicas garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), foram apresentadas as seguintes propostas municipais:

01. Implantar hortas em espaços públicos comunitários, como nas escolas municipais de ensino, creches, UBS, com a respectiva alimentação, serviços de convivências e instituições parceiras, com os produtos destinados à população atendida pela instituição, garantida a participação da população integrando os conhecimentos tradicionais.
02. Utilizar o espaço destinado ao projeto “Cozinhamento” para efetivar programas permanentes de educação alimentar e nutricional, incrementar a capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável nas áreas de promoção

da educação e conscientização de práticas alimentares saudáveis e equilibradas, realização de cursos, palestras, treinamentos e eventos educativos visando o combate ao desperdício, a manipulação adequada e utilização das partes não convencionais dos alimentos e promover o desenvolvimento local, com cursos e palestras que oferecem conteúdo de capacitação e de geração de renda.

03. Criar “Praças Agroecológicas” para uso da população, “jardins comestíveis”, sendo o espaço coletivo para a população com subvenção e coordenação do poder público e/ou parcerias com instituições.

04. Realizar um amplo diagnóstico da Segurança Alimentar e Nutricional no Município e das famílias com potencial para produção da agricultura familiar com garantia de acesso a recursos hídricos.

05. Implantar uma Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que execute e articule a política de segurança alimentar com os respectivos profissionais afins, contratação de mais nutricionistas, técnicos agrícolas, agrônomos, entre outros.

06. Implantar cozinhas solidárias/comunitárias junto ao município, com participação da sociedade civil organizada.

07. Destinar recursos financeiros específicos para a política de segurança alimentar e nutricional na esfera municipal.

08. Ampliar o banco de alimentos com a criação de PAA - Programa de Aquisição de Alimentos municipal (cestas verdes).

09. Ampliar restaurante popular com a criação de unidades itinerantes.

10. Destinar com base na política nacional de alimentação e nutrição do SUS, recurso municipal para custeio de grupos de educação alimentar e nutricional nas UBS com presença de nutricionistas e garantia de alimentação adequada para pessoas com doenças crônicas e com necessidade de alimentação especial (Franca, 2023, p. 6).

Esperamos que, com a pressão dos usuários, profissionais da assistência social e dos conselheiros do COMSEA junto da comunidade e dos estudantes, a Prefeitura de Franca fortaleça ainda mais a política de segurança alimentar e nutricional sustentável, a fim de erradicar a fome no município como um todo, mas também nos lares de mães solo.

A partir de tudo que foi discutido até aqui, pudemos chegar ao nosso objetivo geral da pesquisa e conhecer as ações direcionadas ao combate da insegurança alimentar em lares de mães solo no município de Franca/SP em consonância com a Política Nacional de Assistência Social. Os benefícios, programas e projetos da Assistência Social podem e devem ser grandes aliados na luta em defesa da SAN, assim como as políticas públicas e o COMSEA.

A ausência de alimentação saudável pode não atingir a todos, mas essa é uma pauta coletiva que deve ter a atenção de todos os membros da sociedade, pois todos possuem o direito de se alimentar bem. Afinal, como

bem disse Carolina Maria de Jesus, “a fome é uma invenção dos que comem”, e se você está comendo, você tem a responsabilidade de lutar para que os outros também comam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2018, p. 44).

Diante da citação supracitada, traremos aqui o que acreditamos ser o mais potente caminho para que todos os brasileiros enxerguem tudo normalizado aos olhos, como deve ser quando se tem comida no organismo. Discutiremos a reforma agrária e o papel das extensões comunicativas e populares no combate à fome, enquanto concluimos o fim da história de Carolina Maria de Jesus.

No presente trabalho pudemos alcançar todos os objetivos previstos no projeto de pesquisa, sendo o objetivo geral analisar as ações direcionadas ao combate da insegurança alimentar em lares de mães solo no município de Franca/SP em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

Através da leitura do capítulo 1 “É duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer” (Jesus, 2018, p. 61) compreendemos as condições históricas e sociais que propiciaram o avanço do modo de produção capitalista, do racismo e da insegurança alimentar, com discussões acerca da história agrária e política do Brasil, enquanto conhecíamos a infância e juventude de Carolina Maria de Jesus, que perpassou por todas as questões sociais teorizadas neste capítulo.

No capítulo 2 “Ontem comemos mal. E hoje pior” (Jesus, 2018, p. 120) conhecemos o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileiro, ao longo dos estudos sobre as definições de SAN, as políticas contra a fome e o II PNSAN. Neste capítulo, pudemos entender os reflexos da publicação do livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” na vida de Carolina Maria de Jesus, que de um dia para o outro se tornou popular e conseguiu finalmente encher sua barriga e de suas crianças.

O capítulo 3 “Os homens que passaram na minha vida só arranjam complicações para mim. Filhos para eu criá-los” (Jesus, 2018, p. 189) foi essencial para entendermos o trabalho realizado pelos CRAS junto às mães solo no município de Franca no combate à insegurança alimentar, através do

conhecimento sobre feminismo, racismo e maternidade solo, além de nos aproximarmos da realidade da fome em Franca e da Política de Assistência Social. A leitura da vida de Carolina na favela do Canindé foi indispensável para nos aproximarmos da questão da insegurança alimentar em lares de mães solo para além da teoria.

Frente à conclusão da história da escritora mineira, toda a publicidade em torno da vida da escritora e de seus filhos pequenos começou a ficar mais exagerada e invasiva. Chegou até a declarar em um jornal que não estava feliz com a “vida de burguesa” (Correio do Paraná, 1961, p. 5 apud Farias, 2018, p. 308). Os jornais não paravam de ressaltar o quanto Carolina estava rica, divulgando os valores recebidos e até o endereço completo de sua casa, e ela, como uma boa falante, era aproveitada pela mídia, que explorava cada informação de sua vida privada (Farias, 2018).

Agora que venceu a fome, ela precisava se ajustar com essa nova realidade de sociedade hipócrita e oportunista. Sua vida no ano de 1961 estava repleta de pressão, tinha agenda cheia de autógrafos, viagens e eventos, ao mesmo tempo que precisava cuidar da casa, dos filhos e lidar com as intensas reclamações dos vizinhos, tudo isso enquanto desabafava em cadernos, que agora eram novos e sem manchas de chorumes (Farias, 2018).

Carolina chegou a financiar muitas pessoas que exploravam sua ingenuidade e compaixão, o dinheiro que entrava fácil, saía rápido. Ela não poderia ver uma criança descalça, que logo comprava um sapato novo. Uma coisa era certa: quem se aproximava da escritora, jamais sairia de mãos vazias (Farias, 2018).

Mesmo diante de tudo isso, Carolina assinou um novo contrato com a Livraria Francisco Alves, se tratando da publicação de seu novo diário: “Casa de Alvenaria”. Foi um fracasso, a imprensa já havia explorado toda a curiosidade do público diante de uma escritora negra vinda da favela. Diariamente seu nome era trazido em jornais, rádios e televisões, e o insucesso do novo livro foi como um “basta de Carolina”. Depois disso, parecia que nada mais dava certo (Farias, 2018).

Com todo esse impacto, chegam os sintomas de depressão, as dores pelo corpo, a falta de ar e o começo das dívidas.

Estou ficando nervosa com os aborrecimentos diários. Tem dia que não escrevo por falta de tempo. O que sei dizer é que minha vida está muito desorganizada. Estou lutando para ageitar-me dentro da casa de alvenaria. E não consigo. Minhas impressões na casa de alvenaria variam. Tem dia que penso ser a Gata Borralheira (Farias, 2018, p. 317).

Carolina previa a mudança de sua vida, mesmo não acreditando ser tão cedo. Ela já havia comprado um sítio em Parelheiros sem o conhecimento de ninguém, a uns 40 quilômetros de São Paulo, para realizar seu sonho de infância e plantar, colher e criar galinhas e porcos. Então começou a planejar sua saída da cidade para viver no sítio e acalmar sua vida, mesmo com as reclamações dos filhos. Ela dizia que em 1970 São Paulo estaria insustentável a ponto de os pobres morrerem de fome (Farias, 2018).

Nessa época a imprensa aproveitava de suas fraquezas, ela já não recebia muitos convites para eventos, e quando recebia, não era mais o centro das atenções, e além disso, passou a ser menos reconhecida nas ruas. Ela estava doente com problemas nos rins e o repouso absoluto era impossível: os filhos brigavam demais e Vera Eunice estava sofrendo bullying na escola (Farias, 2018).

No final de 1962, Carolina já não tinha dinheiro para comprar pão aos filhos. Voltou a catar ferros para vender e teve que vender sua máquina de escrever para comprar comida. Mesmo sem luz e nem portas, ela logo se mudou para o sítio com seus filhos para conseguir um dinheiro com o aluguel da casa da cidade (Farias, 2018).

Nas ruas, catando ferro e papel no lixo, era maltratada por outros catadores que alegavam que ela estava rica, e por isso também não conseguia arrumar emprego de arrumadeira ou passadeira. A fome dos filhos gritava na sua cabeça e seu principal sustento eram as plantações no em torno de sua casa, a criação de galinhas e porcos e a água do córrego que passava pelo terreno (Farias, 2018).

Nesse momento da vida de Carolina fica evidente como o acesso a terras colaborou com a sustentação e a alimentação de sua família. Também podemos nos lembrar de sua infância, em que as plantações forneciam felicidade e comida farta, sem nenhum espaço para a fome. A partir daqui,

daremos início à discussão da Reforma Agrária, capaz de proporcionar empregos dignos e alimentação saudável, sendo necessária para o fim da insegurança alimentar no Brasil.

Segundo a Embrapa (2022), em 2021 o Brasil se tornou

o maior exportador mundial de soja do planeta (91 milhões de toneladas); terceiro maior produtor de milho e feijão (105 milhões e 2,9 milhões de toneladas, respectivamente); mais de um terço da produção mundial de açúcar é gerado aqui, liderança absoluta no produto; e o maior volume de carne bovina exportada do mundo saiu daqui (2,5 milhões de toneladas) (Guaraldo; Reynol, 2022).

No mesmo ano em que o país do agronegócio atingia importantes marcos na produção e exportação de alimentos, a Rede PENSSAN (2021) afirmou que mais da metade da população brasileira se encontrava em insegurança alimentar. Nesse período, o mundo vivia a pandemia do Covid-19, que em 2020 fez ao menos um membro de cada família perder o emprego, ou seja, 19% da população, e 49,7% ter redução na renda familiar. Enquanto para muitos a comida não chegava na mesa, o outro extremo lucrava: em 2021 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estimou um aumento de 9,8% do VBP (Valor Bruto de Produção) em relação a 2020 (Becerene, 2021).

Com isso, ressaltamos aqui a importância da agricultura familiar, que se trata de um modelo de produção multifuncional, no qual produz alimentos de qualidade, com quantidade e diversidade adequadas, além de manter uma relação positiva com o meio ambiente e estabelecer empregos estáveis e dignos. Ela dispõe de um desenvolvimento social, econômico e ambiental (Peterson, 2009 apud Santos, 2012), e é responsável por 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, mesmo com uma área territorial de apenas 23% (Netto, 2021).

A superação da fome no Brasil só é possível através da Reforma Agrária Popular, já que mesmo dentro do país que mais exporta commodities agrícolas (Netto, 2021), 58,7% da população nacional se encontra em insegurança alimentar, devido ao desmonte das políticas públicas, crise econômica, desigualdade social e a pandemia do Covid-19 (Rede PENSSAN, 2021). Segue uma entrevista de Carolina Maria de Jesus com Carlos de Freitas, em 1960,

pouco antes do lançamento do livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”.

Pergunta - Carolina, o que você acha e como se sente com a transformação de sua vida?

Resposta - Eu estou alegre e agradeço a colaboração dos que auxiliou-me na divulgação do meu livro. É o meu ideal concretizado.

Pergunta - Que você acha da campanha eleitoral?

Resposta - Espero que o governo eleito colabore com o povo, porque os nossos políticos só interessa pelo povo nas campanhas eleitorais. Depois divorciam-se dos humildes.

Pergunta - Que você acha do governo de Fidel Castro?

Resposta - Adoro o Fidel Castro. Ele fez bem defender Cuba. Os países tem que ser independentes. Cada um deve mandar na sua casa.

Pergunta - E se a senhora fosse governador, o que fazia?

Resposta - Queria dar impulso na lavoura, aproveitar as terras, construir casas com todo conforto e colocar os favelados. Eles trabalhavam nas lavouras e teriam mais conforto moral e físico (Farias, 2018, p. 215).

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é referência no Brasil por defender a Reforma Agrária Popular, que compreende a divisão massiva das terras brasileiras através da desapropriação e distribuição de terras improdutivas àqueles que pretendem produzir alimentos saudáveis. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsabilizado por constar as terras improdutivas que, ao serem compradas ou desapropriadas, são distribuídas e loteadas às famílias que ficaram acampadas e mobilizadas por anos (Lavratti, 2021).

O MST surgiu no final da Ditadura Militar (1964-1985), em 1984, a partir de trabalhadores rurais que pretendiam lutar pela terra e por mudanças sociais no país. Dessa forma, a ocupação da terra se tornou uma ótima oportunidade de enfrentamento ao autoritarismo (Lavratti, 2021).

Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer (Boletim Sem Terra, 1981, n.p. apud Lavratti, 2021, p. 162).

Enquanto a mídia utiliza o termo “invasão” para manipular a opinião do público, o termo correto utilizado pelo MST é “ocupação”, pois através de uma manifestação política, os trabalhadores ocupam as terras que “não cumprem

sua função social para pressionar o governo a desapropriar a área e assentar famílias sem terras, sendo o proprietário indenizado” (Lavratti, 2021, p. 162).

Se olharmos a história, veremos que os invasores foram os grandes proprietários. E que não satisfeitos com o saque às terras públicas, continuam hoje fazendo acordos com os governos para usar mais recursos públicos em seu favor. Quando os sem-teto ou os sem terra ocupam uma grande área vazia, não estão fazendo mais do que tomar de volta o que é seu (Boulos, 2013, p. 44 apud Lavratti, 2021, p.163).

Se antes a classe era o centro das lutas e discussões do MST, hoje já podemos ver diversas causas em defesa da vida, do fim das opressões, do capitalismo e do patriarcado. Foram elaboradas pautas de proteção ao meio ambiente, de defesa da Soberania Alimentar e da Agroecologia, sendo esta caracterizada por ser uma “ciência agrônômica que respeita às interações com a biodiversidade local e as experiências cotidianas e tradicionais (Lavratti, 2021, p.167). Além disso, foram criados coletivos LGBTQIAP+ e de mulheres e Redes de Combate à Violência Doméstica nos territórios, discutindo o Fim da Violência de Gênero e promovendo o 1º Encontro nacional das mulheres sem terra (Lavratti, 2021).

Já no início da pandemia de Covid-19, o MST organizou ações de combate a fome com o lema “Cultivando Solidariedade Sem Terra”, a qual impulsionou o trabalho permanente da Frente Nacional Contra a Fome e a Sede, que construiu dezenas de Cozinhas Solidárias, Bancos Populares de Alimentos e Hortas Comunitárias em todo o Brasil. Além da doação de mais de 50 mil máscaras de proteção, foram formados 2 mil Agentes Populares de Saúde que permaneceram na linha de frente com as famílias em situação de vulnerabilidade. Ao todo, foram doados mais de 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e 2 milhões de marmitas solidárias (Alcantara, 2022), e o MST afirma que

As famílias Sem Terra se mantêm produzindo alimentos saudáveis e mobilizando ações solidárias emergenciais, contando com o apoio do conjunto da sociedade por meio do trabalho de base e campanhas permanentes na construção de um projeto popular para o país livre da fome e da miséria (Alcantara, 2022).

A luta se faz também dentro das Universidade. Por mais que a produção do conhecimento em defesa do capital ainda seja dominante, existem perspectivas de caráter emancipatório e contra-hegemônicas (Sant'ana; Carmo; Ortiz, 2016 apud Santos, 2022).

[...] é ainda reduto possível de produção científica e tecnológica comprometida com o desenvolvimento humano e social. É nesse espaço que o tripé ensino, pesquisa e extensão pode se articular para promover uma formação de qualidade, não do ponto de vista da eficiência ou eficácia ditada pelo capital, mas no sentido de permitir que a produção do conhecimento seja fundamento para a construção de um patamar civilizatório onde a emancipação humana seja o princípio orientador do modelo de desenvolvimento (Sant'ana; Carmo; Ortiz, 2016, p. 23 apud Santos, 2022, p. 75).

A Extensão Comunicativa e Popular é definida como “ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular” (Forproex, 2012, p. 13 apud Santos, 2022). Diante de todos os grupos de extensão popular do país, destaca-se o NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz) da FCHS (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais) da Unesp de Franca/SP, que, desde 1996, “[...] participa ativamente ao lado dos movimentos sociais, sobretudo, o Movimento Sem Terra (MST) da luta pela reforma agrária, por educação popular no campo [...]” (Sant'ana; Palma; Gusmini, 2021, p. 207 apud Santos, 2022, p. 77).

Os movimentos sociais e diversos estudiosos afirmam que a única forma de acabar com a fome é através da Reforma Agrária, por isso, o NATRA entende que é preciso cumprir a função social da terra, sendo ela um direito das famílias que querem trabalhar e produzir alimentos saudáveis. O grupo, além de fortalecer a luta pela democratização do acesso à terra e compor movimentos sociais rurais, traz para dentro da Universidade debates sobre a questão agrária, envolvendo temas que abrangem os quatro cursos da Unesp de Franca: História, Serviço Social, Direito e Relações Internacionais (Ferro; Turoni; Cruz, 2015).

O NATRA se organiza em dois coletivos: o coletivo de educação e o coletivo de produção. O primeiro realiza atividades semanais na Escola Leonor Mendes de Barros, localizada no Assentamento 17 de Abril, com o objetivo de

contribuir com a educação do campo, que se estabelece a partir da luta das pessoas camponesas, envolvendo direitos culturais, do trabalho, de soberania e segurança alimentar e nutricional, entre outros ligados ao território (Guarinello; *et al*, 2021). O coletivo de produção foca suas atividades em torno da produção e discussão acerca da soberania e segurança alimentar e nutricional, realizando o Espaço Agroecológico semanalmente na Unesp, onde ocorrem rodas de conversa sobre temas da questão agrária e a venda de alimentos produzidos no Assentamento 17 de Abril. Diante das atividades supracitadas, é importante ressaltar que o NATRA se envolve em diversos outros projetos, como horta comunitária, organização de eventos dentro da temática, composição do COMSEA, entre outros. E assim segue, ocupando o latifúndio do saber.

Durante a pandemia de Covid-19, o NATRA foi contemplado pelo edital “COVID-19: Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis” da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com o Projeto “Cestas Verdes” (Santos, 2022).

[...] toda cesta grande deveria conter frutas, legumes e verduras e pesar de 8 a 10 quilos; as pequenas variavam apenas no peso (4 a 5 quilos), mantendo a diversidade. Eram entregues cerca de 50 cestas (20 grandes e 30 pequenas) semanais e cada uma com custo de R\$30,00. [...] [Os(as) produtores(as)] entregavam num local estabelecido pela prefeitura e, posteriormente, as cestas eram distribuídas às famílias inscritas no Cadastro Único, através da sistematização feita pela Secretaria de Ação Social do município de Franca (Sant’ana; Palma; Gusmini, 2021, p. 199 apud Santos, 2022, p. 81).

Além disso, foram distribuídas máscaras confeccionadas por uma assentada e panfletos informativos e educativos com linguagem acessível, que foram importantes para manter diálogo com a população em um momento de distanciamento devido às medidas de biossegurança. No total, o Projeto entregou 1.392 cestas para 640 famílias, possibilitando que famílias em situação de insegurança alimentar tivessem acesso a alimentos saudáveis, como frutas, verduras e legumes com baixo ou nenhum nível de insumos químicos, enquanto gerava renda aos produtores familiares (Santos, 2022).

Com a comprovação de que o Projeto é viável, ele passou a ser uma reivindicação de política pública de SAN em Franca, pois o município conta

com agricultores familiares que podem fornecer alimentos e com a Secretaria de Ação Social (SEDAS), que dispõe de uma organização para distribuí-los e para trazer discussões a respeito de segurança alimentar e nutricional com a população (Santos, 2022). Precisamos apenas de “[...] vontade política para o financiamento e execução direta pelo poder público [...]” (Sant’ana; Palma; Gusmini, 2021, p. 201 apud Santos, 2022, p. 82), para que as Cestas Verdes possam ser distribuídas permanentemente como uma política pública de combate à insegurança alimentar (Santos, 2022).

Precisamos de políticas públicas como esta para acabar com a insegurança alimentar em Franca, uma cidade em que até Carolina Maria de Jesus vivenciou a fome.

Diante de sua vida, a mudança para a casa do sítio agravou sua relação com os meninos, que estavam acostumados a viver na cidade e passaram a desobedecê-la. Tais conflitos viriam a ocasionar situações de violências psicológicas e físicas, as quais resultavam em ameaças de suicídio de Carolina. Relatos de Vera Eunice alegam que sua mãe “falava em suicídio com a mesmo naturalidade como dizia que escreveria outro livro de sucesso” (Farias, 2018, p. 340), e chegava a dizer que iria sair para arranjar dinheiro e que se não conseguisse, se jogaria do Viaduto (Farias, 2018).

Eu nasci para sofrer
Se eu morrer não levo saudades
Na terra, o negro não pode ter
Personalidade

Eu nasci aqui no Brasil
Mas sofri. Fui tão infeliz
Lutei e não consegui
Realizar o que eu quis.

Pedi: me dê felicidade
Quero o campo e não a cidade
Mas foi tudo em vão,
Por isso me arrependi
Porque fui tola e saí
Do meu barracão
(Farias, 2018, p. 341).

Carolina estava em um forte período de instabilidade emocional e não andava bem de saúde, frequentava o Pronto-Socorro duas vezes por semana e tomava medicações. José Carlos agora morava com a mãe de seus três filhos

em Cipó, onde a escritora resolveu passar alguns dias dizendo: “vim aqui para morrer perto de você, que é meu filho mais querido” (O Globo, 1977 apud Farias, 2018, p. 346). Se sentiu melhor, brincou com os netos e até cantou suas canções na companhia de um violonista. E assim, segue o relato de José Carlos dos últimos suspiros de Carolina Maria de Jesus, no dia 13 de fevereiro de 1977 (Farias, 2018):

Era meia noite, quando ela começou a sentir falta de ar. Corri Cipó inteiro na procura de um carro para socorrê-la. Não fosse o doutor Antônio, um advogado, me ceder seu carro, acho que estava até hoje procurando um. Quando tentei pegá-la no colo, para descer as escadas, ela dizia que iria sozinha, pois achava que iria melhorar, como sempre melhorou. Ela morreu dentro do carro, no colo da minha esposa, a Joana, por volta da 1 hora da manhã de ontem. Ela nunca se preocupou e nem tinha medo da morte. Quando disse que não voltaria para Parelheiros, afirmou que estava no fim, que veio para minha casa para morrer e que queria ser enterrada em Cipó (Diário da Noite, 1977 apud Farias, 2018, p. 346).

E assim foi. O motivo da morte foi uma violenta crise de bronquite asmática e insuficiência respiratória crônica, aos 62 anos. O velório foi silencioso, em sua casa no sítio, com as flores plantadas e cuidadas por ela e colocadas sob seu simples caixão. Seu filho João José falou que ela morreu na simplicidade que queria e na chácara que tanto gostava e cuidava (Notícias Populares, 1977, p. 18 apud Farias, 2018, p. 348).

Nenhuma autoridade compareceu, além do prefeito de Embu Guaçu, um representante da Livraria Francisco Alves e Audalio Dantas. Já na capela de Cipó, o padre pediu para que todos da praça ao lado entrassem para conseguir um maior público, mesmo que indiferentes aos acontecimentos dali. Um orador improvisado afirmou que Carolina havia morrido como sempre viveu: pobre. A imprensa trouxe grande repercussão, mas culpando Carolina pela sua condição de vida e por acabar com seu dinheiro (Farias, 2018).

Não digam que eu fui rebotalho,
Que vivia à margem da vida
Digam que eu procurava por trabalho
Mas eu fui sempre preterida.

Digam ao meu povo brasileiro
Que o meu sonho era ser escritora,
Mas eu não tinha dinheiro
Pra pagar uma editora.

(Carolina Maria de Jesus in Folha da Noite, edição de 9 de maio de 1958 apud Farias, 2018).

Carolina Maria de Jesus foi vítima dos convites sonhadores que atraem aqueles que estão na moda e são descartados após um consumo exaustivo. Ela morreu quase esquecida (Símbolo, 1977 apud Farias, 2018), julgada. Mas de origem e herança escravizada, nascida em uma família pobre e analfabeta, filha bastarda de uma mãe solo, deixou seu legado, suas histórias e sua existência para o Brasil e o mundo (Farias, 2018).

Esperamos que o leitor tenha se aproximado dela ao longo do trabalho e se revoltado contra a injustiça e a miséria que permearam a sua vida. Carolina foi exemplo vivo de que não basta ter um sonho no Brasil para que ele se realize, muito menos sendo uma mulher preta da favela. Diante disso, nos arriscamos a dizer que o maior sonho de Carolina, para além de se tornar escritora, era ser feliz, ter paz e estabilidade ao lado de seus três filhos.

Os movimentos sociais do campo, como o MST, por exemplo, trazem consigo o gosto pela humanização e pela liberdade. É importante ressaltar que, o opressor, ao desumanizar o oprimido, também se desumaniza, pois só assim a desumanização se concretiza, de forma que “não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser” (Freire, 1992, p. 50). Consequentemente, o oprimido, através de uma luta justa e necessária, ao se libertar, liberta também o opressor através da proibição de oprimir (Freire, 1992).

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (Freire, 1992 apud Takahashi, 2021).

Dependemos da esperança para alcançar a concretude, dependemos dessa faísca luminosa de esperança que se faz através do verbo 'esperançar'. Sejam sujeitos de esperança, mas não só, sejam também sujeitos críticos, travando uma luta justa pela liberdade, pela humanização e pela segurança alimentar e nutricional.

Por fim, finalizamos o trabalho com um poema da escritora homenageada ao longo destas páginas: Carolina Maria de Jesus.

Muitos fugiam ao me ver
Pensando que eu não percebia
Outras pediam para ler
Os versos que eu escrevia

Era papel que eu catava
Para custear o meu viver
E no lixo eu encontrava livros para ler
Quantas coisas eu quiz fazer
Fui tolhida pelo preconceito
Se eu extinguir quero renascer
Num país que predomina o preto

Adeus! Adeus, eu vou morrer!
E deixo esses versos ao meu país
Se é que temos o direito de renascer
Quero um lugar, onde o preto é feliz
(Jesus, 1996 apud Farias, 2018, p. 186).

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. **Renda média de trabalhador branco é de 75,7% maior do que de pretos, diz IBGE.** InfoMoney, 12 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-do-que-de-pretos-diz-ibge/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

Agência IBGE Notícias. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave.** Gov.br, 14 de nov de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave#:~:text=Menos%20da%20metade%20dos%20domic%C3%ADlios,grave%20eram%20chefiados%20por%20mulheres>> Acesso em: 20 de out. de 2022.

Agência IBGE Notícias. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. 02 de dezembro de 2022.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=J%C3%A1%20a%20linha%20de%20extrema,2020%2C%20mas%20teve%20alta%20recorde.>>. Acesso em: 31 ago 2023.

AGUIAR, Odaleia; PADRÃO, Susana. **Direito humano à alimentação adequada:** fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 143, p. 121-139, jan./abr. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

ALARCON, Rodrigo. **O Óbvio Sobre o Amor.** Youtube, 08 abri. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZcKwimtZBs>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ALCANTARA, Fernanda. **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia.** MST, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>>. Acesso em: 09/10/2023.

ALMEIDA, Maria. **As representações Sociais de pais sobre a pensão alimentícia:** entre a ajuda e o direito. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia. Unesp, Franca/SP, 2011.

ALVARENGA, Darlan. **Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil.** G1, 08 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 17 de jul. de 2022.

AMARAL, Sérgio. **Lula retira 43 milhões da pobreza e intensifica luta para erradicar a fome.** Pt, 2023. Disponível em: <<https://pt.org.br/lula-retira-43-milhoes-da-pobreza-e-intensifica-luta-para-erradicar-a-fome/>>. Acesso em: 18 ago 2023.

ANDES. **Salário mínimo deveria ser cinco vezes superior ao aprovado para 2023, aponta Dieese.** Sindicato Nacional, 10 jan 2023. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/salario-minimo-deveria-ser-cinco-vezes-superior-ao-aprovado-para-2023-aponta-dieese1>>. Acesso em: 31 ago 2023.

BARROZO, Sarah; HUNZIKER, Maria Helena; MIZAEL, Táhcita. **Solidão da Mulher Negra:** uma revisão na literatura. Revista da ABPN, v. 13, n. 38, p. 212-239, 2021.

BATISTA, Waleska; MASTRODI, Josué. **Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil.** Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 4, p. 2332-2359, 2018.

BECERENE, Carlos. **Os contrastes entre o lucro do agronegócio e o aumento da fome no Brasil.** Colabora, 2022. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods2/os-contrastes-entre-o-lucro-do-agronegocio-e-o-aumento-da-fome-no-brasil/>>. Acesso em: 17 out 2023.

BOEIRA, Adriana; COSTA, Liandra; OLIVEIRA, Lucas; VAZ, Clóvis. **Etiologia da consolidação dos direitos fundamentais, na redemocratização política brasileira, de 1974 à Constituição Federal de 1988.** Revista Thêma et Scientia, vol. 6, nº 2, jul./dez. 2016.

BORGES, Liza. **Mãe solteira não. Mãe solo!** Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. Revista Direito e Sexualidade, nº 1, maio de 2020.

BRASIL. **Benefício de Prestação Continuada (BPC).** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 06 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>>. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 15 dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:** Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 30 jun 2023.

BRASIL. **Insegurança Alimentar e Nutricional**. 18 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **O Bolsa Família é um programa da sociedade brasileira, diz Lula**. 03 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/03/o-bolsa-familia-e-um-programa-da-sociedade-brasileira-diz-lula>> . Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Presidente Lula retoma Consea e prioriza agenda de combate à fome**. 28 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/presidente-lula-retoma-consea-e-prioriza-agenda-de-combate-a-fome>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei 1.085/2023**. Dispõe sobre o reforço da igualdade salarial entre homens e mulheres. Brasília, DF, 8 mar 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/06/senado-aprova-projeto-de-lei-que-reforca-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres#:~:text=Senado%20aprova%20projeto%20de%20lei%20que%20refor%C3%A7a%20igualdade%20salarial%20entre%20homens%20e%20mulheres,-De%20a%20autoria%20do&text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Senado%20Federal,Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis%20do%20Trabalho>> . Acesso em: 01 jul 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 420, de 2022. Prevê que a pensão alimentícia será de 30% do salário mínimo. Câmara dos Deputados, 2022**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/860735-proposta-define-piso-de-pensao-alimenticia-em-30-do-salario-minimo/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BURLANDY, Luciene. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009.

CARELLI, Rodrigo. **A razão neoliberal e a justiça do trabalho: uma comparação entre o Chile de Pinochet e o Brasil de Temer-Bolsonaro**. Revista da ABET, v. 20, n. 2, julho a dezembro de 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Editora Brasiliense, 1984.

CAVALCANTE, Maria, ROCHA, André. **O discurso da precarização do trabalho no governo Bolsonaro: ultraneoliberalismo e a destruição das bases de proteção social do Estado**. Leitura, nº 76, p. 160-177, 2023.

CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico). **Cadastro Único**. Franca - SP, julho de 2023.

CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico). **Tabulador do Cadastro Único**. Franca - SP, outubro de 2023.

CensoSuas. **CRAS**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009.

CNAS. **Manual Orientador da VII Conferência Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Abril, 2011.

COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro**. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Pedro; MENDES, Kíssila. **“Negro: de bom escravo a traficante”**. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. Revista Sociedade e Estado, Brasília, volume 37, número 2, p. 511 a 530, maio/agosto, 2022.

CROQUER, Gabriel. **Esvaziado, programa federal de aquisições de alimentos vê doações despencarem**. G1, 12 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/11/12/esvaziado-programa-federal-de-aquisicoes-de-alimentos-ve-doacoes-despencarem.ghtml>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

D'ÁVILA, Manuela. **Revolução Laura**. Caxias do Sul - RS: Belas Letras, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FARIAS, Tom. **Carolina, uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FERRO, Ana Carolina; TURONI, Giovanna; CRUZ, Sofia. **Papel do NATRA enquanto extensão comunicativa e popular na luta pela Reforma Agrária na região de Franca e Ribeirão Preto**. PROEX, 8º Congresso de Extensão Universitária da Unesp, 2015.

FILHO, Cyro; SILVA, Renan. **O avanço do capitalismo no Brasil e a consolidação de uma cultura de massa**. XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, 2011.

FONSECA, André; SILVA, Silvio. **O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto da crise da Covid-19**. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020.

FONSECA, Mariana; SUTTO, Giovanna. **Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos** - e a pandemia é parte do problema. InfoMoney, 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/>> . Acesso em: 07/10/22.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e luta de classes**. Revista Em Pauta, número 21, p. 23 a 36, 2008.

FRANCA. **Benefícios eventuais**, Lei nº 7.927, de 20 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/beneficios-eventuais>>. Acesso em: 24 ago 2023.

FRANCA. **CRAS**, Secretaria de Ação Social. 2023. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/menu-cras-3/acao-social/cras-4>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FRANCA. **CREAS**, Secretaria de Ação Social. 2023. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/creas-i>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FRANCA. **Diário Oficial, nº 1.876, 21 de setembro de 2021**. Dispõe sobre os recursos existentes no Fundo Municipal da Pessoa Idosa de Franca – COMUPI, as diretrizes, critérios e valores, para a seleção dos Projetos Sociais a serem financiados com recursos do FMPIF, gerenciado pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Franca – COMUPI – Gestão 2019 – 2021 e a serem repassados às Organizações da Sociedade Civil – OSCs de natureza privada, sem fins lucrativos, de atendimento às Pessoas Idosas do município de Franca, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, para liberação e execução em 2021 e 2022. Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Franca (COMUPI).

FRANCA. **Diário Oficial, nº 2.327**. Autoriza a abertura de crédito adicional especial, no Orçamento da Fundação Esporte, Arte, Cultura e Lazer – FEAC, no valor de até R\$ 115.000,00, altera o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dá outras disposições. Lei nº 9.399 de 19 de julho de 2023.

FRANCA. **Diário Oficial, nº 2.331, 25 de julho de 2023**. Dispõe sobre a Publicação das deliberações da XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Franca/SP. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

FRANCA. **Lei nº 9.048, de 20 de julho de 2021.** Propõe a alteração de nomenclatura do Conselho de Combate ao Desperdício e de Ação Contra a Fome e a Miséria para Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COMSEA Franca e sua regulamentação e dá providências. Franca, 2021. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-ordinaria/2021/905/9048/lei-ordinaria-n-9048-2021-propoe-a-alteracao-de-nomenclatura-do-conselho-de-combat-e-ao-desperdicio-e-de-acao-contr-a-fome-e-a-miseria-para-conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sustentavel-comsea-franca-e-sua-regulamentacao-e-da-providencias>>. Acesso em: 23 ago 2023.

FRANCA. **Lei nº 9.118, de 10 de dezembro de 2021.** Reestrutura o Programa de Hortas Comunitárias no Município de Franca. Franca, 2021. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-ordinaria/2021/912/9118/lei-ordinaria-n-9118-2021-reestrutura-o-programa-de-hortas-comunitarias-no-municipio-de-franca>>. Acesso em: 23 ago 2023.

FRANCA. **Lei nº 9.175, de 11 de maio de 2022.** Dispõe sobre o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Franca, cria os componentes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, reestrutura o Programa Banco Municipal de Alimentos e dá outras providências. Franca, 2022. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/f/franca/lei-ordinaria/2022/918/9175/lei-ordinaria-n-9175-2022-dispoe-sobre-o-sistema-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-do-municipio-de-franca-cria-os-componentes-da-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-reestrutura-o-programa-banco-municipal-de-alimentos-e-da-outras-providencias?r=c>>. Acesso em: 23 ago 2023.

FRANCA. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018 - 2021)**, out. 2018.

FRANCA. **Prefeitura incrementa Projeto de Hortas Comunitárias e Ação Social inaugura Cozinha comunitária e Banco de Alimentos.** Franca, SP, 2023. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/acao-social>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

G1. **A participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos, diz Ipea.** G1, 07 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/07/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-diz-ipea.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2022.

GHIRALDELLI, Reginaldo. **(Contra) Reforma Trabalhista: “modernização” destrutiva no Brasil das desigualdades.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 19, nº 2, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GTSC A2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2022. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GUARALDO, Maria Clara; REYNOL, Fábio. **Ciência e tecnologia tornaram o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos**. Embrapa, 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75085849/ciencia-e-tecnologia-tornaram-o-brasil-um-dos-maiores-produtores-mundiais-de-alimentos#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Pa%C3%ADs%20registrou,gerado%20aqui%2C%20lideran%C3%A7a%20absoluta%20no>>. Acesso em: 17 out. 2023.

GUARINELLO, Eulália et al. **Educação do Campo**. Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). Franca SP, 2021.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo** - Políticas Arrebatadoras. 14ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades de São Paulo**, Franca: população, 2021.

JESUS, Admilson; COELHO, Daniella; MARTINS, Leonardo. **O papel do/a assistente social na defesa do Direito Humano à alimentação**. Revista Serviço Social em Debate, v. 1, n. 2, p. 189-201, 2018.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2018.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n° 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LAVRATTI, Iara. **Fome, Reforma Agrária, Soberania e Segurança Alimentar e Agroecologia nos livros didáticos de Sociologia - PNLD 2018**. Tese de mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, SP, 2021.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco. **Caderno “Segurança Alimentar”**. Brasil, s. d.

MARÍNGOLO, Aline. **Enfrentamento da pandemia da Covid-19 pelo Governo Federal brasileiro e as consequências para a classe trabalhadora**. Tese (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2022.

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Orientações Técnicas sobre o PAIF, volume 2.** 1ª edição. Brasília, 2012.

MUNHOZ, Pedro. **Quando a fome bate em casa.** Trovador Munhoz Oficial, Youtube, 21 out. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DSqXGuKQ4AU>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NERY, Natuza. **A diferença de salário entre homens e mulheres.** G1, 05 jul. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/07/05/o-assunto-996-a-diferenca-de-salario-entre-homens-e-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 24 out. 2023.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17ª ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José. **Introdução aos Estudos do Método de Marx.** 1ª edição. São Paulo: Editora Popular, 2011.

NETTO, Silvio. **A Superação da Fome só é Possível com Reforma Agrária Popular.** MST, 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/11/15/a-superacao-da-fome-so-e-possivel-com-reforma-agraria-popular/>>. Acesso em: 09/10/2022.

OLIVEIRA, Anelise. **A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) 2006:** relatos, fatos históricos e processo de elaboração. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 11(4), 59-75, dez, 2017.

OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasil, Edições MEC/Unesco, 2016.

ORIENTA PLAN SAN - **curso de orientações para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de segurança alimentar e nutricional** - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017.

PASSOS, Roberta. **Mãe solo:** Guerreira, uma ova! 04 de jan. de 2022.

PINCER, Pedro. **Senado aprova projeto que prevê lei específica com direitos para a mãe solo.** Rádio Senado, 08 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/03/08/senado-aprova-projeto-que-preve-lei-especifica-com-direitos-para-a-mae-solo>>. Acesso em: 17 de jul. de 2022.

PLAN SAN - **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Revisado, 2016-2019.** Brasília, DF, CAISAN, 2018.

PLAN SAN - **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2016-2019.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), CAISAN, 2017.

QUEIROZ, Gabriel. **O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA DE FRANCA-SP DE 2000 A 2020.** Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia. Unesp, Rio Claro, 2022.

QUIRINO, Flávio. **Veto de Bolsonaro à recriação do Consea reafirma que alimentação saudável não é prioridade para o governo.** Fian Brasil, 2019. Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/veto-de-bolsonaro-a-recricao-do-consea-reafirma-que-alimentacao-saudavel-nao-e-prioridade-para-governo/>>. Acesso em: 10 de mar. de 2023.

RECINE, Elisabetta. **Caderno de Orientações: 6º Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea, Brasília, junho de 2023.**

REDE PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em: 24 ago 2023.

ROCHA, Rosaly; CABRAL, José. **Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil.** Revista Produção Acadêmica, Vol. 2 N 1, p. 75-86, junho 2016.

ROSSET, Peter. **Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar.** In: PEREIRA, João; SAUER, Sérgio. Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1º edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 311-338, 2006.

SANTOS, Ana Júlia. **QUEM TEM FOME, TEM PRESSA:** o projeto “Cestas Verdes: o acesso à alimentação saudável por parte da população vulnerável em Franca” e a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2022.

SILVA, Robson. **“Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal.** Argumentum, 15(1), p. 286–306, 2023.

SOUZA, Talita. **Mercado de trabalho ainda é rígido com mulheres que são mães.** Correio Brasiliense, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4923276-mercado-de-trabalho-ainda-e-rigido-com-mulheres-que-sao-maes.html>>. Acesso em: 30 jun 2023.

STEDILE, João; ESTAVEM, Douglas. **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960-1980.** 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TAKAHASHI, Akemi. **Esperanças em tempos de pandemia:** relato de uma professora da rede pública de Belo Horizonte. Revista Ponte, Belo Horizonte,

11 fev 2021. Disponível em
 <<https://www.revistaponte.org/post/esperan%C3%A7a-em-tempos-de-pandemia-relato-de-uma-professora-da-rede-p%C3%BAblica-de-belo-horizonte>>.
 Acesso em: 13 jul 2023.

TAVEIRA, Heloísa. **Franca é a 2ª cidade com mais casos de trabalho infantil no Brasil.** Sampi, 14 out. 2021.. Disponível em:
 <<https://sampi.net.br/franca/noticias/1702555/franca/2019/03/franca-e-a-2-cidade-com-mais-casos-de-trabalho-infantil-no-brasil-#:~:text=Segundo%20um%20levantamento%20do%20Minist%C3%A9rio,atr%C3%A1s%20apenas%20da%20capital%20paulista.>>. Acesso em: 22 out. 2023.

TITÃS. **Comida.** Youtube, 10 mai. 2011. Disponível em:
 <<https://www.youtube.com/watch?v=hD36s-LiKlg>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Abandono afetivo.** 2019. Disponível em:
 <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/abandono-afetivo#:~:text=O%20artigo%20227%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,discrimina%C3%A7%C3%A3o%2C%20viol%C3%Aancia%2C%20entre%20outros.>>. Acesso em: 30 jun 2023.

TOMAZINI, Carla; LEITE, Cristiane. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar:** ascensão e queda de uma coalizão? Universidade Federal do Paraná. Revista de Sociologia e Política, vol. 24, núm. 58, pp. 13-30, 2016.

VASCONCELOS, Francisco. **Combate à fome no Brasil:** uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, Campinas, 18(4):439-457, p. 439 - p. 457, Jul./ago., 2005.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo:** segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, 25 (71), abr 2011.

ZANIRATO, Silvia Helena. **São Paulo 1930/1940:** novos atores urbanos e a normatização social. História Social, Campinas - SP, n° 7, p. 241 - 264, 2000.